



# RELATÓRIO & CONTAS 2023

•CASCAIS •MAFRA •OEIRAS •SINTRA

31 Freguesias

864 067 Habitantes

459 537 t RSU/ano

Afiliada ESGRA



Índice	
<b>MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</b>	<b>5</b>
<b>1. QUEM SOMOS</b>	<b>9</b>
1.1. A TRATOLIXO, EIM, SA	9
1.2. Perfil TRATOLIXO	13
1.3. Curriculum vitae dos Administradores	14
1.4. Composição dos Órgãos Sociais	26
1.5. Organização da Empresa	28
1.6. Missão, Visão e Política Integrada	29
<b>2. O NOSSO NEGÓCIO EM 2023</b>	<b>31</b>
2.1. Resíduos Recebidos	31
2.2. Tratamento e Valorização de Resíduos	44
2.3. Novas Infra-estruturas	55
2.3.1. Adaptação das Unidades de Tratamento Mecânico e de Tratamento Biológico da TRATOLIXO à recolha selectiva de biorresíduos	55
2.3.2. Central de Compostagem de Resíduos Verdes	58
2.3.3. Nova Portaria Operacional de Trajouce	60
2.4. Planeamento, Estratégia e Inovação	61
2.5. Monitorização, Avaliação e Melhoria	73

2.6. Licenciamento e Requisitos Legais	75
2.7. Contratação Pública	77
2.8. Sistemas de Informação	78
2.9. Comunicação e Imagem	81
2.10. Apoio Social	84
2.11. Gestão de Recursos Humanos	84
<b>3. SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA</b>	<b>92</b>
<b>4. PERSPECTIVAS FUTURAS</b>	<b>103</b>
<b>5. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS</b>	<b>106</b>
<b>6. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS</b>	<b>109</b>
<b>7. CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS</b>	<b>188</b>
<b>8. RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO</b>	<b>193</b>

## Mensagem do Presidente do Conselho de Administração

Cumprido o meu primeiro ano de mandato como Presidente do Conselho de Administração da TRATOLIXO, foram vários os desafios ultrapassados ao longo do ano de 2023, alguns expectáveis, decorrentes da actividade e outros, inesperados, para os quais a resiliência, capacidade de adaptação e dinamismo de toda a equipa foi determinante.

Perante tal realidade, a gestão posta em prática na TRATOLIXO conseguiu dar provas de um excelente trabalho, impulsionador da Economia Circular e Consumos Sustentáveis, sendo um exemplo positivo do caminho que pode, deve e tem de ser trilhado num sector que é simultaneamente um serviço público e uma área extraordinariamente relevante para a sustentabilidade do País.

Quando, em Abril, a TRATOLIXO entrou para as estatísticas das organizações vítimas de cibercrime ao sofrer um ataque informático fortíssimo, toda a actividade da empresa dependente de sistemas de informação foi longamente interrompida.

Contudo, com o extraordinário empenho de todos os trabalhadores, compreensão e cooperação dos diferentes *stakeholders*, a TRATOLIXO conse-

guiu manter a actividade fabril em operação ininterrupta, preservou o pagamento de salários e posteriormente recuperou o desempenho das restantes áreas em atraso.

Fora este constrangimento, em termos operacionais, no ano de 2023 atingiu-se, mais uma vez, um valor máximo nas recolhas selectivas multimaterial de resíduos de papel/cartão, embalagens de plástico, metal e ECAL e vidro provenientes dos ecopontos, o qual se deve à aposta dos municípios no incremento das suas recolhas selectivas para o cabal cumprimento dos objectivos estratégicos do sector e, obviamente, do Sistema AMTRES.

Por outro lado, a recolha selectiva de biorresíduos em saco óptico expandiu-se fortemente nos quatro municípios da AMTRES, contando já no final do ano com uma adesão superior a 30% de toda a população do Sistema e permitindo a recepção de cerca de 4.000 t de biorresíduos somente por esta via, um aumento que se traduz em mais de 250% face ao ano anterior. Este resultado é tanto mais significativo, não só pelo facto da TRATOLIXO ter conseguido antecipar esta recolha selectiva em relação ao *deadline* legislativo – 01 de Janeiro de 2024 – como também por este modelo de recolha e tratamento ser inovador e pioneiro em Portugal, com claras vantagens ambientais, económicas, operacionais e também sociais.

Precisamente para proceder ao adequado tratamento destes biorresíduos, assinala-se no final do ano de 2023 o começo dos testes nas infra-estruturas de Trajouce e Abrunheira, requalificadas ao abrigo do co-financiamento do POSEUR para adaptação da Unidade de Tratamento Mecânico (TM) de Trajouce ao sistema de recolha selectiva de biorresíduos em saco óptico e para o aumento da capacidade de Tratamento Biológico (TB) da Central de Digestão Anaeróbia (CDA) da Abrunheira.

As metas a atingir no âmbito do Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos (PERSU 2030) para a gestão de resíduos são deveras exigentes e o tempo urge para se conseguir cumprir as mesmas. Por esse motivo, promovemos no final do ano a participação pública para elaboração do PAPERSU 2030 da TRATOLIXO, documento que contou com a colaboração estreita entre a empresa e os seus municípios, e que vai permitir dar cumprimento ao PERSU 2030 na sua área geográfica de intervenção, os municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra.

Graças ao futuro desempenho das unidades acima referidas bem como à operacionalização da nova Central de Compostagem de Resíduos Verdes (CCRV) de Trajouce, estamos confiantes de que conseguiremos incrementar a eficiência dos processos de tratamento do Sistema e, assim, alcançar a taxa de preparação para reutilização e reciclagem e a redução da deposição em aterro, de acordo



com o preconizado nas directrizes nacionais e comunitárias.

De salientar que, no respeitante à nova CCRV, recebemos em 2023 da Direcção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR) a autorização de colocação no mercado do composto Campoverde Premium **green** produzido nesta unidade, bem como a aprovação da sua comercialização para utilização em agricultura biológica, proeza inédita para a TRATOLIXO e que muito nos orgulha.

Ainda no que a infra-estruturas diz respeito, fechámos além disso o ano de 2023 com a nova Portaria Operacional do Ecoparque de Trajouce a entrar em funcionamento, unidade de apoio que há muito era necessária reconstruir, de modo a eliminar um conjunto de constrangimentos operacionais que se sentiam na empresa e também nos seus clientes municipais e não municipais de gestão de resíduos.

Igualmente decorrente da estratégia de mitigação da escalada registada nas taxas de juro, conseguimos em 2023 renegociar com sucesso a taxa de **spread** do Project Finance da TRATOLIXO para o quinquénio em curso, numa perspectiva de aliviar o esforço financeiro exigido à empresa decorrente da subida de preços.

Vivenciámos a conclusão de projectos de I&DT – tal como o Projecto SimRe-

cicla – continuámos a nossa participação em muitos outros e iremos iniciar a colaboração em novos projectos e iniciativas já durante o próximo ano de 2024, de acordo com a visão e dinâmica da nossa cultura empresarial, em prol da criação de valor, descarbonização e desenvolvimento sustentável.

Não obstante, mantemo-nos atentos à conjuntura, a qual trará em breve novidades legislativas para o sector – nomeadamente através da revisão do Regime Geral de Resíduos, do UNILEX e novos fluxos de resíduos a gerir, modelo de funcionamento do Sistema de Depósito e Reembolso e Estratégia do Biometano, entre outros temas.

Estamos, assim, não só activamente focados na resolução dos principais problemas e desafios, como também na nossa missão de superar os ambiciosos objectivos quer da gestão estratégica da empresa quer das importantíssimas metas do PERSU 2030.

O Presidente do Conselho de Administração

Nuno Manuel Vicente Esteves Soares

# 1. QUEM SOMOS



# 1. QUEM SOMOS

## 1.1. A TRATOLIXO, EIM, SA

A TRATOLIXO apresenta 34 anos de constituição, sendo uma empresa que representa um dos Sistemas de Gestão de Resíduos Urbanos (SGRU) mais importantes de Portugal, em termos de população servida, resíduos geridos, capacidade infra-estrutural, desempenho ambiental e experiência no sector. Refere-se que a TRATOLIXO – Tratamento de Resíduos Sólidos, EIM, SA é uma empresa intermunicipal de capitais integralmente públicos, detida em 100% pela AMTRES – Associação de Municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra para o Tratamento de Resíduos Sólidos.

Historicamente, a origem da TRATOLIXO remonta ao início dos anos 80, quando os representantes dos municípios de Cascais, Oeiras e Sintra iniciaram um conjunto de reuniões de trabalho para dar resolução aos problemas associados ao tratamento de resíduos urbanos.

Dessas reuniões resultou a decisão de construir uma central de tratamento mecânico e biológico (TMB) por compostagem, cujo concurso público foi então lançado a 1 de Julho de 1985.

Foi igualmente definido em caderno de encargos que a gestão e explora-

ção dessa unidade deveria ficar a cargo duma empresa, a criar para o efeito, detida maioritariamente pela AMTRES (51%) e pela empresa adjudicatária da obra ou por quem esta indicasse (49%).

A TRATOLIXO, que foi entretanto constituída em Julho de 1989, iniciou actividade em 1990 e passou a assegurar a gestão e exploração da Central Industrial de Tratamento de Resíduos Sólidos (CITRS) de Trajouce em 1992.

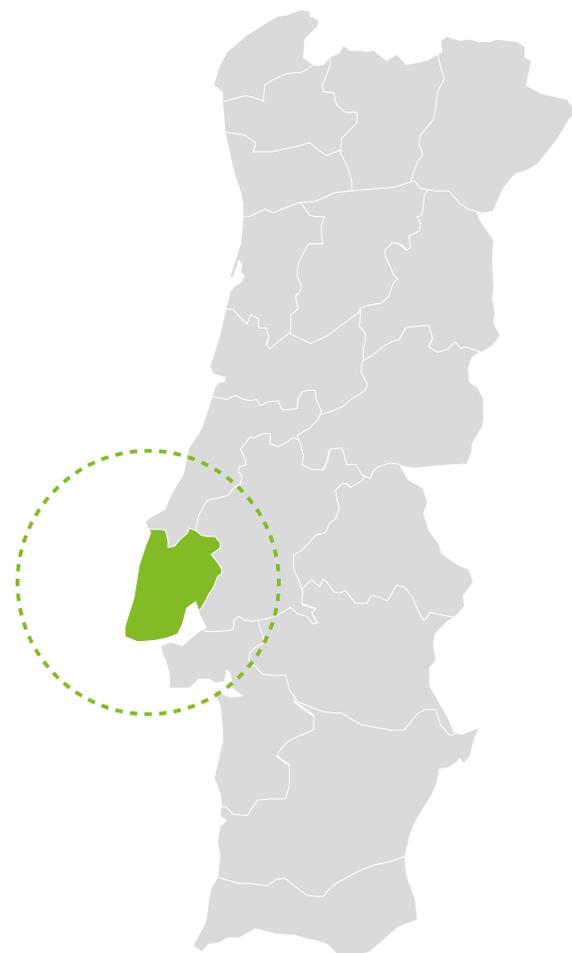
No ano de 2000, o município de Mafra aderiu à AMTRES, tendo o SGRU alcançado a configuração que mantém até hoje.

Em 2003, a AMTRES adquiriu a totalidade do capital social da TRATOLIXO, passando a ser a sua única accionista.

De seguida, em 2004 é assinado o Contrato-Programa entre a AMTRES e a TRATOLIXO relativo à gestão e exploração integrada do Sistema de Resíduos Sólidos dos Municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra.

A TRATOLIXO, à data, não tem quaisquer sucursais.

Assim sendo, a TRATOLIXO abrange actualmente uma área geográfica de 753 Km<sup>2</sup>, presta serviço a estes quatro municípios e a uma população de cerca de 860.000 habitantes, o que constitui cerca de 8% do total de Portugal.



Área geográfica abrangida pela TRATOLIXO

	População* (2022)	Capitação ** (kg/hab.dia)	Produção RU *** (2023)
Cascais	213 928	1,812	141 487
Mafra	88 630	1,698	54 934
Oeiras	172 742	1,220	76 928
Sintra	388 767	1,312	186 187
<b>Sistema AMTRES</b>	<b>864 067</b>	<b>1,457</b>	<b>459 537</b>

\*Dados do INE referentes ao Censos de 2021 (n.º de habitantes), actualizados a Março de 2023

\*\*Dados de produção relativos a 2023 (toneladas)

\*\*\*Toneladas correspondentes à totalidade dos resíduos recolhidos no Sistema

O objecto social da TRATOLIXO é gerir e explorar o Sistema de Gestão de Resíduos Urbanos. Isto envolve o tratamento, deposição final, recuperação e reciclagem de resíduos, a comercialização dos materiais transformados e outras prestações de serviços no domínio dos resíduos. Toda esta actividade é desenvolvida no respeito pelos princípios da Sustentabilidade e a aplicação da legislação e recomendações nacionais e internacionais em vigor para o sector.

Com mais de três décadas de experiência, a empresa aprendeu a valorizar cada vez mais e melhor os resíduos recebidos dos seus municípios, dispondo de várias infra-estruturas especializadas e dedicadas ao seu tratamento. Estas infra-estruturas distribuem-se pela sua sede no Ecoparque de Trajouce (Concelho de Cascais), pelo Ecoparque da Abrunheira (Concelho de Mafra) e Ecocentro da Ericeira (Concelho de Mafra).



*Localização das infra-estruturas da TRATOLIXO*

### 3 - ERICEIRA

- Ecocentro.

### 2 - ECOPARQUE DA ABRUNHEIRA

- Central de Digestão Anaeróbia (CDA) - Tratamento Biológico;  
- Células de Confinamento Técnico (CCT);  
- Ecocentro;  
- Estação de Tratamento de Águas Lixiviantes (ETAL).

### 1 - ECOPARQUE DE TRAJOUCE

- Central Industrial de Tratamento de Resíduos Sólidos (CITRS) - Tratamento Mecânico;  
- Central de Triagem de Embalagens;  
- Ecocentro;  
- Estação de Tratamento de Águas Lixiviantes (ETAL);  
- Central de Compostagem de Resíduos Verdes.

Atendendo às exigências cada vez maiores que se colocam na área da Gestão de Resíduos, a TRATOLIXO decidiu aderir, de forma voluntária, às normas internacionais de gestão de sistemas, com vista à implementação de um Sistema Integrado de Gestão (SIG) da Qualidade, Ambiente e Segurança.

O âmbito proposto contempla todos os processos e unidades da empresa envolvidos nas actividades de gestão e tratamento dos RU.

A empresa encontra-se certificada segundo a norma NP EN ISO 9001 – Sistema de Gestão da Qualidade – pela NP EN ISO 45001 – Sistema de Gestão da Segu-

rança e Saúde no Trabalho – e no caso específico da nova Central de Digestão Anaeróbia (CDA) da Abrunheira e Ecocentro da Ericeira, pela norma NP EN ISO 14001 – Sistema de Gestão Ambiental.

A empresa tem vindo a realizar um conjunto de acções e investimentos com o objectivo de desenvolver melhores soluções para o tratamento dos RU numa óptica de sustentabilidade.

Com um longo e vasto know how no domínio do tratamento de resíduos, a empresa faz questão de colaborar e participar activamente na troca de experiências e partilha de conhecimento a nível nacional e internacional, por intermédio das associações sectoriais das quais é associada.

Por essa razão, a TRATOLIXO é Silver Member da International Solid Waste Association (ISWA), é associada da Associação Portuguesa de Empresas de Tecnologias Ambientais (APEMETA) de modo a estar a par dos principais desenvolvimentos no sector dos resíduos, associada da Smart Waste Portugal (SWP) – para efeitos de participação em projectos e discussão pública de temas estratégicos para a empresa – associada da World Biogas Association (WBA) – associação comercial global dos sectores de biogás, gás de aterro e digestão anaeróbica (DA) – é associada da Associação para a Gestão de Resíduos ESGRA – associação que tem como missão a promoção dos interesses dos seus associados no âmbito da gestão e tratamento de resíduos e o seu desenvolvimento estratégico a nível nacional – e associada da Associação Portuguesa de Engenharia Sanitária e Ambiental (APESB) – entidade nacional vocacionada para o estudo, desenvolvimento e divulgação de conhecimentos nos sectores ambientais de águas e resíduos - e associada colectiva da Associação de Transferência de Tecnologia e Conhecimento Para Empresas e Instituições (ATTCEI) que é uma rede para a Investigação e Inovação que conta com mais de 40 Investigadores especialistas, em diferentes áreas do conhecimento, a colaborar com as Empresas suas Associadas.

## 1.2. Perfil TRATOLIXO



*Dimensão da organização*

\*Apenas produtos recicláveis. Não considera composto, estilha e Resíduos de Embalagem valorizados organicamente.



### 1.3. Curriculum vitae dos Administradores



**Nuno Soares**  
Presidente

Nasceu em Fevereiro de 1980. Casado, uma filha. Mestrado em Engenharia do Ambiente pelo ISA, Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa e Licenciado em Engenharia do Ambiente pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

Fluente em inglês. Trabalha em instituições públicas, há cerca de 19 anos. Em complemento à sua formação académica de base, possui diversas formações complementares, quer em matéria de gestão pública na administração local, quer, em particular, nos diferentes domínios de índole

ambiental.

**Desde Janeiro de 2023, Presidente do Conselho de Administração na TRATOLIXO E.I.M., S.A.**

#### **Experiência profissional**

De Dezembro de 2018 a Dezembro de 2022  
Câmara Municipal de Mafra -Chefe de Divisão de Ambiente

**Chefia da Unidade Orgânica – Divisão de Ambiente**, onde se incluem todos os serviços da unidade orgânica, designadamente:

- **Área de Resíduos** – Destaca-se neste

âmbito a experiência adquirida ao nível da gestão de contratos de grande envergadura, quer de empreitadas, quer de prestação de serviços, a gestão por administração directa e a coordenação directa de projectos e candidaturas a fundos nacionais e internacionais; Ainda no âmbito de matérias relacionadas com a Área de Resíduos, assinala-se também a participação como representante do Município de Mafra, na Comissão de Acompanhamento do Plano Estratégico de Resíduos (CAPER) da Tratolixo;

- Unidade de Espaços Verdes;
- Unidade de Sustentabilidade Ambiental, Alterações Climáticas, Agricultura e Mar;
- Área de Higiene Pública e Sanidade Veterinária;
- Área de Mercados e Feiras;
- Área de Cemitérios;
- Unidade de Infra-estruturas.

No que concerne ao desempenho das funções em apreço, destacam-se, entre outras, a gestão de equipas multidisciplinares, com várias dezenas de colaboradores nas áreas de actuação acima elencadas, algumas delas merecedoras de reconhecimentos e distinções a nível nacional com vários convites ao longo do respectivo período para dar nota de diversos projectos e iniciativas em **Seminários e Conferências, frequentemente como orador.**

Assinala-se também **a experiência de várias candidaturas, inclusive a fundos europeus,**

**bem como a implementação dos respectivos projectos de natureza ambiental nesse âmbito,** paralelamente, assinala-se também, alguns reconhecimentos e distinções pela respectiva Entidade Reguladora, como é o caso do **Selo de Qualidade do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos, alcançado já várias vezes, a última das quais em 2022, relativamente ao ano de 2021.**

Salienta-se ainda, a elevada experiência ao nível da articulação com entidades diversas, quer da administração central, quer da administração local, bem como de instituições, associações e empresas privadas no âmbito da gestão e prossecução das actividades e tarefas enquadráveis na extensa área de atribuições da Divisão.

**Desde Fevereiro de 2017**  
**Câmara Municipal de Lisboa -Director de**

## **Departamento de Higiene Urbana**

**Direcção – Departamento de Higiene Urbana,** unidade orgânica com os serviços organizados segundo a seguinte estrutura:

- Divisão de Limpeza Urbana;
- Núcleo de Estudos e Projectos;
- Núcleo de Comunicação;
- Núcleo de Sensibilização;
- Núcleo Jurídico;
- Núcleo de Contabilidade e Gestão Orçamental;
- Núcleo de Armazém;
- Núcleo de Gestão de Recursos Humanos;
- Gabinete de Obras.

No âmbito do desempenho das funções em apreço, destacam-se, entre outras, a gestão de equipas multidisciplinares, com mais de 1 milhar de colaboradores nas áreas de actuação acima elencadas.

Destaca-se também a elevada experiência ao nível da articulação com entidades diversas, quer da administração central, quer da administração local, bem como de instituições, associações e empresas privadas no âmbito da gestão e prossecução das actividades e tarefas enquadráveis na área de atribuições do Departamento, onde se inclui também, a articulação com parceiros institucionais de projectos europeus.

#### **Desde Janeiro de 2014**

#### **Câmara Municipal de Maфра-Chefe de Divisão de Ambiente, Espaços Urbanos e Rurais**

**Chefia da Unidade Orgânica** – Divisão de Ambiente, Espaços Urbanos e Rurais, onde se incluem todos os serviços da unidade orgânica, organizados segundo a seguinte estrutura de Áreas:

- Área de Resíduos Sólidos;
- Área de Jardins e Espaços Verdes;
- Área de Higiene Pública e Sanidade Veterinária;
- Área de Mercados e Feiras;
- Área de Cemitérios;
- Área de Esgotos;
- Gabinete de Desenvolvimento Agrícola.

No âmbito do desempenho das funções em apreço, evidenciam-se, entre outras, a gestão de equipas multidisciplinares, com várias dezenas de colaboradores nas áreas de actuação acima elencadas, algumas delas merecedoras de reconhecimentos e distinções pela respectiva Entidade Reguladora, como é o caso do Selo de Qualidade do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos, em Abril de 2014.

#### **Desde Abril de 2012**

#### **Câmara Municipal de Maфра-Coordenador dos Serviços de Ambiente**

**Coordenação da Unidade Orgânica** – Serviços de Ambiente, onde se incluíam todos os serviços de ambiente da Câmara Municipal de Maфра, organizados segundo a seguinte estrutura de Áreas:

- Área de Resíduos Sólidos;
- Área de Jardins;
- Área de Higiene Pública e Sanidade Veterinária;
- Área de Mercados e Feiras;
- Área de Cemitérios;
- Área de Esgotos.

No domínio do desempenho das funções em apreço, distinguem-se, entre outras, a gestão de equipas multidisciplinares, quer ao nível técnico,

quer ao nível operacional, com várias dezenas de colaboradores nas áreas de actuação acima elencadas, algumas delas merecedoras de reconhecimentos e distinções pela respectiva Entidade Reguladora, como é o caso do **1º Prémio a nível Nacional de Qualidade dos Serviços de Águas e Resíduos, na Gestão de Resíduos Urbanos, em Novembro de 2013.**

**Desde Novembro de 2011**

**Câmara Municipal de Mafra-Auditor Interno Auditor Interno, segundo o referencial da NP EN ISO 9001:2008, na Bolsa de Auditores Internos da C.M.M.** (cumulativamente, primeiramente com a função de Coordenador dos Serviços de Ambiente, e, subsequentemente com a Chefia da Divisão de Ambiente, Espaços Urbanos e Rurais).

**Desde Abril de 2004**

**Câmara Municipal de Mafra-Técnico Superior – Engenharia do Ambiente**

**Gestor de Processo, do Processo de Ambiente**

(cumulativamente, primeiramente com a função de Coordenador dos Serviços de Ambiente, e, subsequentemente com a Chefia da Divisão de Ambiente, Espaços Urbanos e Rurais) – Responsável pela implementação/manutenção dos requisitos das Normas ISO 9001:2000 e ISO 9001:2008, no âmbito da do Sistema de Certificação da Qualidade instituído na C.M.M..

**Habilitações Literárias**

2010

- **Mestrado em Engenharia do Ambiente.**

ISA, Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa.

2006

- **Módulo de Emergência Ambiental da Pós-Graduação de Especialização em Gestão Ambiental e Auditorias Ambientais.**

Instituto Superior de Ciências da Saúde Egas Moniz.

De 1998 a 2003 (Licenciatura de 5 anos)

- **Licenciatura em Engenharia do Ambiente.**

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, em Lisboa.

Participações em eventos como orador

convidado - **Ao longo do tempo contribuiu**

**com o seu testemunho para publicações de referência em matéria de ambiente, tendo**

**vindo a ser convidado a participar em diversos**

**eventos e seminários de âmbito nacional,**

**designadamente como orador sobre a**

**temática da gestão de resíduos sólidos.**

**Formação Profissional complementar (alguns exemplos)**

2020

- PRORESÍDUOS – Programa Avançado de Gestão Municipal e Resíduos Urbanos.  
Fundação FEFAL – Fundação para os Estudos e Formação nas Autarquias Locais.

2019

- Curso de Formação Autárquica.  
Instituto de Ciências Jurídico-Políticas.

2017

- Curso de Mandarin Nível I.  
Ordem dos Engenheiros.

2016

- Curso de Gestão Pública na Administração Local (ao abrigo do artigo 14.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de Agosto, com a duração global de 212 horas).  
CEFA – Fundação para os Estudos e Formação

Autárquica.

2014

- RGR – Indicadores de Gestão.  
- Novo Quadro Legal RGR.

2013

- Curso de Formação Profissional em PNL.  
- RGR – Formalização e Implementação de Procedimentos.

- Curso de Formação Profissional em “Gestão Estratégica – Balanced Scorecard e QUAR”.

2012

- Mini MBA.  
- Curso de Formação Profissional em “Aprender a Gerir o Stress Pessoal e Profissional”.  
- Curso de Formação Profissional em “Auditorias II”.  
- Curso de Formação Profissional em “Gestão de Equipas de Trabalho”.  
- Curso de Formação Profissional em “Gestão

de Conflitos”.

- Curso de Formação Profissional em “Gestão de Reclamações”.

2011

- Curso de Formação Profissional em “Auditorias Internas da Qualidade: Metodologias de Aplicação”.

- Formação sobre Ambiente, Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho.

- Curso de Formação Profissional em “Sistemas de Gestão da Qualidade na Administração Local”.

2008

- Curso de Formação Profissional em Sistemas de Gestão da Qualidade.

- Curso de Formação Profissional em Gestão de Equipas de Trabalho.

- Curso de Formação sobre o Novo Código de Contratação Pública.

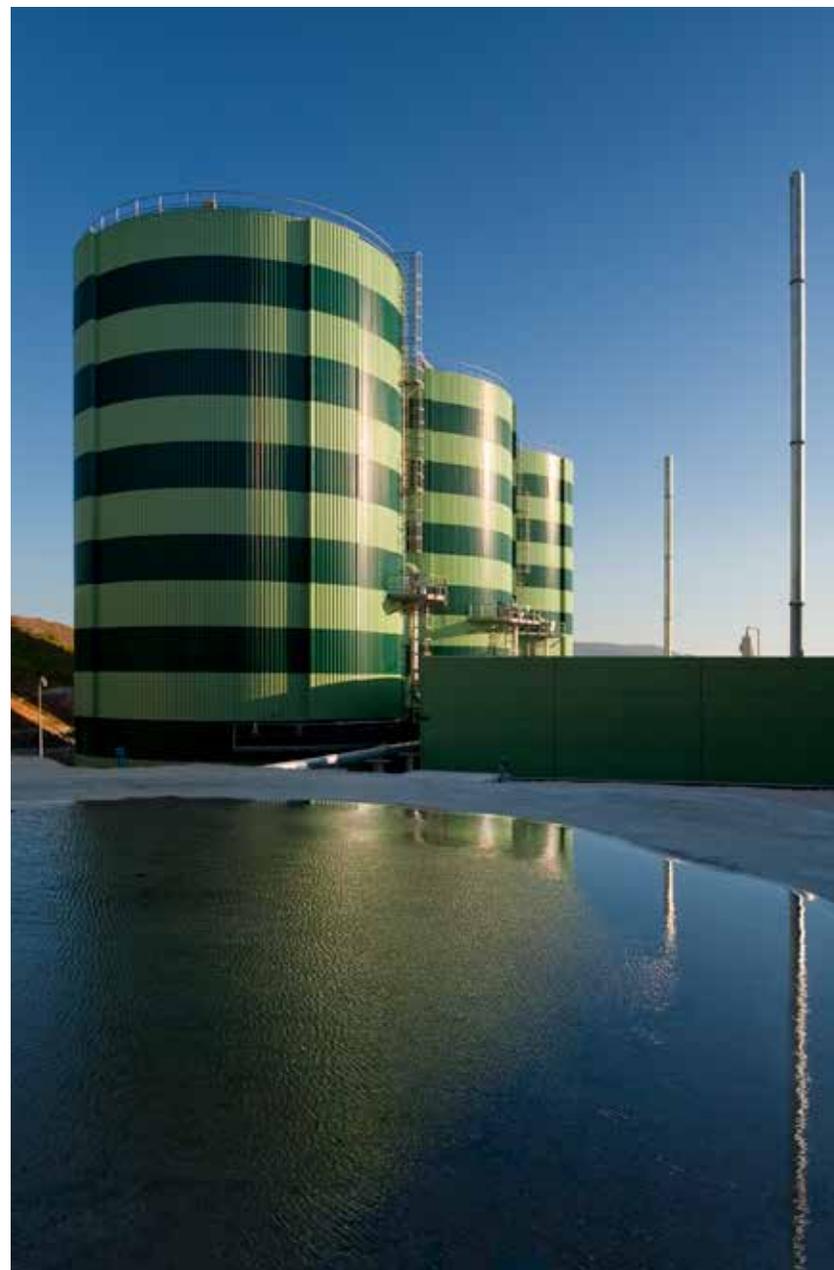
- Formação Pedagógica de Formadores – Com  
obtenção do CAP.

2005

- Formação Profissional em Folha de Cálculo  
Excel – Avançado.

1999

- Curso de Gestão de Estações de Tratamento  
de Águas Residuais.





**João Dias**  
Vogal

Nasceu em Setembro de 1978. Casado, dois filhos. Bacharel (pré-Bolonha) em Contabilidade e Administração de Empresas, Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa (ISCAL). Fluente em inglês. Completou o MBA em “International Business Administration” no ISEG. Experiência em planeamento e controlo orçamental, investimentos e gestão de auditorias . Tem competências em Finanças, Contabilidade, Economia, Internacionalização de Negócios e Empreendedorismo.

Desde Maio de 2022, Vogal do Conselho de Administração na TRATOLIXO E.I.M., S.A.

**Experiência profissional**

Desde Janeiro 2018 a Abril 2022 SPORTSANTHO, S.A., Lisboa Director Financeiro

Gestão administrativa e financeira da empresa (grupo);

Elaboração de relatórios das actividades de controlo interno financeiro do grupo; Definição das políticas e práticas de gestão de tesouraria do grupo;

Supervisão das actividades de planeamento e

controlo orçamental;

Elaboração e *report* das contas anuais em conformidade com as IFRS e IAS; Avaliação e gestão do portfolio dos investimentos das

empresas do grupo - Sustainable Finance;

Relação com instituições bancárias nacionais e estrangeiras;

Gestão das actividades de auditoria interna e relação com os auditores externos;

2002 – 2017 GECONTE, LDA. , Oeiras

Director Financeiro

Gestão administrativa e financeira da empresa;

Supervisão das actividades de planeamento e controlo orçamental;

Elaboração e *report* das contas anuais em conformidade com as IFRS e IAS; Coordenação dos report's de análise de risco, performance financeira e fluxos de caixa; Gestão das actividades de auditoria interna e relação com os auditores externos; Gestão de Recursos Humanos;

Elaboração e gestão de candidaturas a fundos estruturais de investimento – IAPMEI;

2013 – 2015 - CONCEITO 02, Luanda, Angola

**Formador Técnico *Freelancer***

Formador técnico nas áreas de Contabilidade, Gestão Orçamental e de Património;

2000 – 2002 - CGI LOGICA [ CASE (ACE Holding, S.A. EDP Group], Lisboa

**Controller financeiro**

Responsável da equipa financeira. Actividades de análise de performance financeira da empresa e apresentação de resultados no conselho de administração; Planeamento estratégico de investimentos a realizar, consoante rácios de retorno do investimento; Actividades de auditor interno, responsável por acompanhar a auditoria externa assegurada pelos auditores externos;

1998 – 2000- GECONTE, LDA. , Oeiras

**Contabilista Júnior**

Elaboração de demonstrações financeiras; Realização de contabilidade financeira e de custos – sector lucrativo e não lucrativo; Processamento de salários, conforme legislação laboral vigente.

**Formação e Qualificações**

2021- Formação executiva ISEG (Lisbon School

of Economics & Management, Universidade de Lisboa

Sustainable Finance: Green and Climate Finance

2018-2021 - ISEG (Lisbon School of Economics & Management), Universidade de Lisboa

MBA ISEG – Instituto Superior de Economia e Gestão, Lisboa.

1998-2004 - Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa (ISCAL)

Bacharel (pré-Bolonha) em Contabilidade e Administração de Empresas, Tese final

Análise comparativa do reconhecimento de receitas entre o IASB (Europa) e FASB (EUA).

**Outras Certificações**

Ordem dos Contabilistas Certificados, emitido em Out. de 2004.

AACSB-Business Education. Connected,

Associação global sem fins lucrativos, que conecta educadores, estudantes e empresas para alcançar um objetivo comum: criar a próxima geração de grandes líderes.

AMBA-Autoridade imparcial de certificação em educação de gestão de pós-graduação definida.

	Compreensão	Leitura	Exp. Oral	Prod. Oral	Escrita
Inglês	●●●●●●	●●●●●●	●●●●●●	●●●●●●	●●●●●●
Chinês	●●○○○○	●●○○○○	●●○○○○	●●○○○○	●●○○○○
Espanhol	●●●●○○	●●●○○○	●●●○○○	●●●○○○	●●○○○○
Francês	●○○○○○	●○○○○○	●○○○○○	●○○○○○	●○○○○○
(*) Enquadramento referencial Europeu para as competências Linguísticas NÍVEL A1 / A2 Básico; NÍVEL   B1 / B2 Intermédio; NÍVEL   C1 / C2 Proficiente					



**Inês Diogo**

Vogal

Engenheira do Ambiente com 22 anos de experiência diversificada em gestão pública e privada.

Especialista em Gestão de Resíduos e Economia Circular. Competências em diferentes áreas técnicas da engenharia do ambiente, nomeadamente gestão de resíduos, eficiência de recursos, economia circular, solos contaminados, responsabilidade ambiental, mobilidade sustentável, recursos hídricos, sistemas de tratamento de águas e águas residuais, entre outros e Smart Cities . Experiência na elaboração de políticas públicas, planeamento estratégico e negociação UE/internacional. Tem mais de

6 anos em cargos superiores de gestão na Administração Pública Central Portuguesa com diferentes pelouros entre os quais a gestão de resíduos. Conhecimento de gestão comercial, operacional e logística, consultoria e projectos de águas, águas residuais e resíduos.

**Desde Maio de 2022, Vogal do Conselho de Administração na TRATOLIXO E.I.M., S.A.**

#### **Experiência profissional**

- Dez 2019 - Presente - Directora Executiva/ Coordenadora Técnico-Científica c5Lab
- Sustainable Construction Materials

#### **Association, Lisboa**

Gestão técnica e científica global das actividades do c5Lab, em articulação estratégica com o Conselho de Administração. Gestão das equipas de investigação e dos projectos de investimento / I&D. Desenvolve a articulação com os parceiros científicos e tecnológicos, nacionais e internacionais, promove e coordena a elaboração e submissão de propostas de projectos de I&D estratégicos.

O c5Lab é um Laboratório colaborativo que desenvolve a sua investigação como objectivo de ajudar à descarbonização, à transição energética e para a economia circular, da

indústria cimenteira, através do desenvolvimento de tecnologias inovadoras para a produção sustentável de cimento, argamassa e betão com reduzido impacto ambiental.

**Set. 2018 - Mai. 2019 - Directora Executiva**

**NOVA Cidade - Urban Analytics Lab.**

**Universidade Nova de Lisboa, Lisboa**

Gestão da NOVA Cidade, na NOVA IMS, incluindo a coordenação funcional das suas actividades, promoção de estratégias e gestão de projectos de inovação no âmbito das *Smart Cities*, incluindo *Circular Cities*.

**Jan. 2012 - Mai 2018 - Vogal do Conselho**

**Directivo (Vice Presidente)**

**Agência Portuguesa do Ambiente, Lisboa**

Responsável pela gestão dos seguintes pelouros: Gestão de Resíduos (onde foi a Autoridade Nacional de Resíduos; fluxos específicos de resíduos, resíduos perigosos, passivos

ambientais, responsabilidade ambiental), Economia Circular, Laboratório de Referência do Ambiente, Tecnologias e Sistemas de Informação, Comunicação e Cidadania Ambiental, Avaliação Ambiental (extração de inertes e pedreira) e Fundo de Intervenção Ambiental. Incluindo o licenciamento de Sistemas de Gestão de Resíduos Urbanos, Entidades Gestoras de Resíduos (responsabilidade alargada do produtor), Operadores de Gestão de Resíduos. Preparação e coordenação de Planos estratégicos (por exemplo PERSU 2020 - com a definição de metas nacionais para os resíduos urbanos, Plano Nacional de Gestão de Resíduos) e planos de acção (Plano de Acção da Economia Circular). Propostas legislativas, normas técnicas e regulamentos. Sistema Nacional de Informação do Ambiente (SNIAmb). Sistema Integrado para o Licenciamento do Ambiente (SILiAmb). Guias

electrónicas de acompanhamento de resíduos (eGAR).

Integrou o *European Advisory Board* do projeto europeu *UrbanWINS*. Participou no Circular Economy 100 (CE100) *Network da Ellen MacArthur Foundation*, tendo integrado o grupo *Circular Economy in Cities*.

**Jul 2011 - Jan 2012 - Assessora**

**Ministério do Ambiente. Secretaria de Estado Ambiente Ordenamento do Território (SEAOT), Lisboa**

Responsável pela área do Ambiente na SEAOT, nomeadamente dos resíduos.

**Nov 2010 - Jun 2011 *Plant Manager Ambimed (Stericycle Group), Barreiro***

Gestão operacional e financeira da Unidade de Tratamento de Resíduos Hospitalares (UTRH) Barreiro. Responsável pela área administrativa da UTRH.

**Abr 2006 - Out. 2010 - Directora de Ambiente, Produção e logística Tratospital, Trajouce**  
Gestão operacional da Unidade de Tratamento de Resíduos Hospitalares e da logística de recolha de resíduos hospitalares. Implementação e manutenção do SGQ. Directora Técnica.

**Out 2003 - Fev 2006 - Engenheira Sanitarista Sisáqua, Oeiras**  
Gestão de contratos de consultoria, estudos e projectos nas áreas de gestão de Resíduos, Águas Residuais e Águas de Abastecimento. Acompanhamento Ambiental de obras.

**Abr 2002 - Ago 2002**  
**Engenheira de Modelação *Earth Tech UK, Wakefield, England***  
*Hydraulic Modeling of Water Distribution Systems*  
- Modelação de Sistemas de Abastecimento de Água. Engenharia e Consultoria na área de Projecto, Águas de Abastecimento e Águas

Residuais.  
**Set 2001 - Set 2003 - Engenheira do Ambiente Earth Tech/TYCO Engenharia, Lisboa**  
Planeamento e Controlo de Custos e apoio à Fiscalização de obras. Elaboração de Projectos de Redes na área de Águas de Abastecimento.

#### **Formação e Qualificações**

**2010 - 2011 - Mestrado em Eng. do Ambiente Faculdade de Ciências e Tecnologia.**  
Universidade Nova de Lisboa - Mestrado em Engenharia do Ambiente, perfil Engenharia Sanitária, por Licenciados Pré-Bolonha.  
**2005 - 2006 - Pós-Graduação em SHT Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisbon**  
CAP Técnico Superior de Segurança e Higiene (nível V).

**1995 - 2000 - Licenciatura em Eng. do Ambiente - Faculdade de Ciências e Tecnologia.**  
Universidade Nova de Lisboa, Lisboa  
Licenciatura em Engenharia do Ambiente ramo Sanitária.

#### **Cursos**

**2012 - Curso Intensivo de Gestão – The 6 days Mini-MBA INDEG/ISCTE (Instituto para o Desenvolvimento de Gestão Empresarial).**  
**2013 - CAGEP – Curso Avançado de Gestão Pública Instituto Nacional de Administração Pública (INA).**



#### 1.4. Composição dos Órgãos Sociais

Os órgãos sociais da TRATOLIXO são compostos por uma Assembleia Geral – órgão deliberativo – por um Conselho de Administração – órgão executivo – um Fiscal Único Efectivo e um Fiscal Único Suplente.

Cabe à Assembleia Geral da TRATOLIXO, por indicação do representante do seu accionista AMTRES, eleger os órgãos sociais da empresa.

No decorrer da alteração do regime jurídico aplicável ao sector empresarial local, em 2013 o Conselho de Administração da TRATOLIXO passou a ser composto apenas por 3 membros, 2 Membros Executivos (um dos quais era o Presidente do Conselho de Administração) e 1 Membro Não Executivo.

A partir de 1 de Janeiro de 2023, a composição dos órgãos sociais da TRATOLIXO passou a ser a seguinte:



### **Assembleia Geral**

Presidente da Mesa: Presidente da Câmara Municipal de Cascais, Dr. Carlos Manuel Lavrador de Jesus Carreiras

Vice-Presidente: Presidente da Câmara Municipal de Oeiras, Dr. Isaltino Afonso Morais

Secretário: Eng.º José Manuel Alves Crespo Afonso

### **Conselho de Administração**

Eng.º Nuno Manuel Vicente Esteves Soares – Presidente (Câmara Municipal de Mafra)

Dr. João Filipe Crisóstomo Dias – Administrador Executivo (Câmara Municipal de Oeiras)

Eng.ª Inês Folgado Diogo – Administradora Não Executiva (Câmara Municipal de Cascais)

Dr.ª Maria da Piedade de Matos Pato Mendes (Câmara Municipal de Sintra, Observador)

### **Fiscal Único**

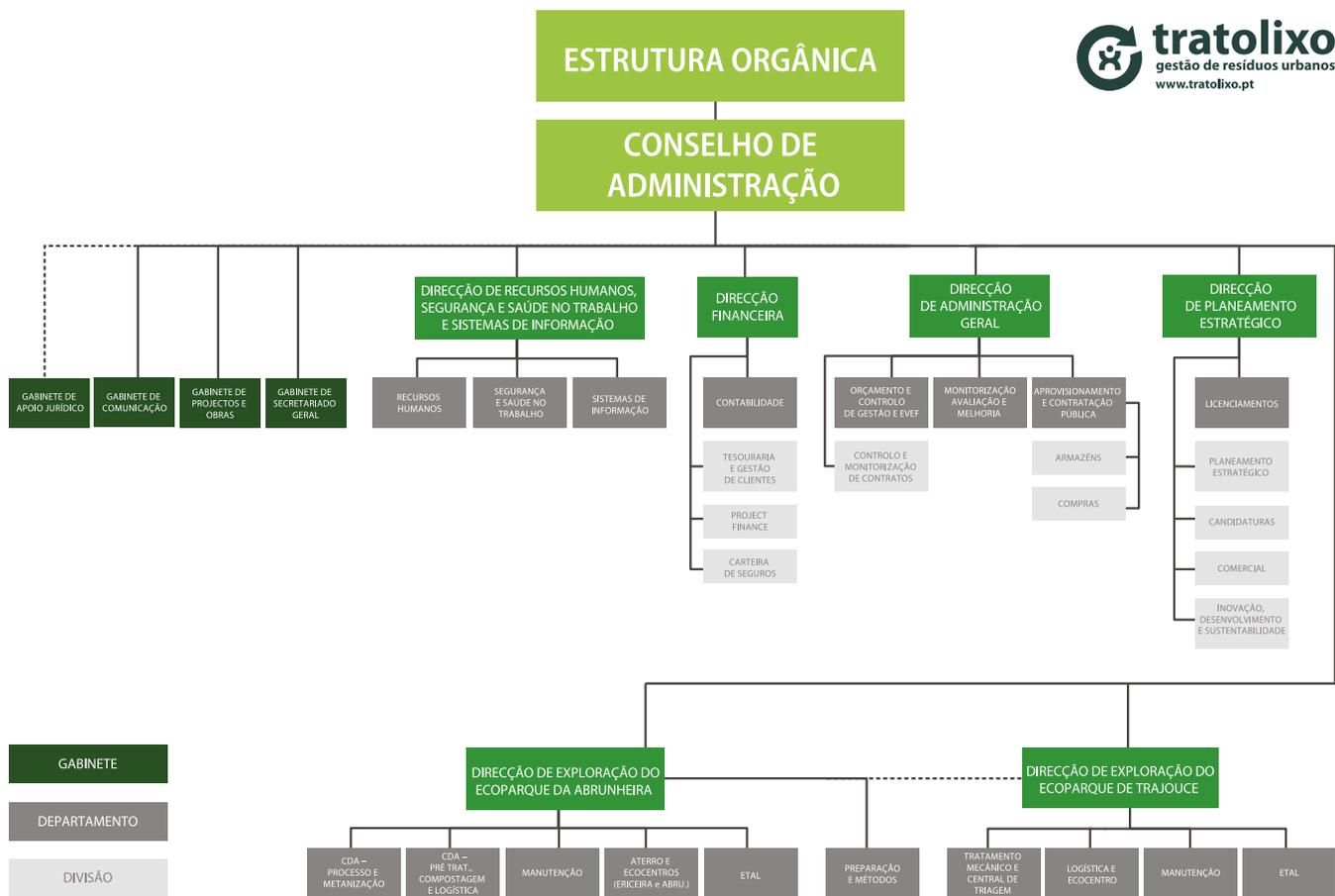
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas – APPM – Ana Calado Pinto, Pedro de Campos Machado, Ilídio César Ferreira & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., N.º SROC 223, representada por Ana Isabel Calado da Silva Pinto, ROC n.º 1103.

### **Fiscal Suplente**

Pedro Alexandre Vieira Roque de Campos Machado, ROC n.º 1318.

## 1.5. Organização da Empresa

A estrutura funcional da empresa é apresentada no organigrama seguinte.



Actualizado em Dezembro de 2023

## 1.6 Missão, Visão e Política Integrada

# POLÍTICA INTEGRADA

## DA QUALIDADE, AMBIENTE, SEGURANÇA E RESPONSABILIDADE SOCIAL

De acordo com a Missão, Visão e as Razões Históricas que levaram à constituição da TRATOLIXO, o Conselho de Administração aprovou a seguinte Política Integrada da Qualidade, Ambiente, Segurança e Responsabilidade Social:

- 1 Promover a utilização das Melhores Técnicas Disponíveis e Boas Práticas na Gestão Integrada dos Resíduos Urbanos, em consonância com o Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos (PERSU), mantendo uma atitude visionária e de constante inovação no que respeita à Gestão dos Resíduos Urbanos.
- 2 Estabelecer e implementar as acções necessárias para o cumprimento dos objectivos e metas definidos, de acordo com a estratégia da empresa e com a prestação de um serviço público de elevada qualidade, tornando-a uma entidade de referência na área da gestão dos resíduos, promovendo a economia circular (resíduos como matéria prima) e o crescimento sustentável.
- 3 Melhorar continuamente os seus processos, procedimentos e práticas de trabalho, por forma a garantir a satisfação das necessidades e expectativas das partes interessadas e eliminar ou minimizar os riscos ocupacionais e os aspectos ambientais significativos.
- 4 Proteger o ambiente, prevenindo a poluição e assegurando a utilização eficiente dos recursos naturais, garantindo o controlo e a monitorização ambiental sistemática, e prevenir a ocorrência de lesões e doenças profissionais, promovendo um ambiente de trabalho seguro e saudável para os colaboradores internos e entidades externas.
- 5 Monitorizar e rever o sistema integrado de gestão, por forma a melhorar continuamente o seu desempenho e eficácia.
- 6 Proporcionar aos trabalhadores a formação e sensibilização adequadas, para melhorarem o desempenho das suas funções, obrigações individuais e colectivas, aumentarem os seus conhecimentos e desenvolverem as suas competências.
- 7 Desenvolver a relação com os Fornecedores e Subcontratados para garantir que a sua actuação segue os princípios desta Política.
- 8 Manter uma comunicação eficaz, interna e externa, destinada a todas as partes interessadas sobre assuntos associados à sua actividade.
- 9 Proporcionar mecanismos, tempo e recursos necessários à consulta e à participação dos trabalhadores.
- 10 Manter uma ligação estreita às comunidades onde se insere a sua actividade e acção, promovendo educação ambiental com vista à sustentabilidade.
- 11 Cumprir os requisitos legais aplicáveis e outros requisitos subscritos pela TRATOLIXO.

A Política Integrada da Qualidade, Ambiente, Segurança e Responsabilidade Social estabelecida pelo Conselho de Administração da TRATOLIXO, foi comunicada a todos os colaboradores e Partes Interessadas e encontra-se divulgada por toda a empresa sendo responsabilidade de cada colaborador conhecê-la. Esta será revista periodicamente de modo a garantir a sua adequação e relevância para o cumprimento dos objectivos da TRATOLIXO.  
Revisão 6, aprovada a 29 de Setembro de 2020

TRATOLIXO - Tratamento de Resíduos Sólidos, E.L.M., SA  
O Presidente do Conselho de Administração

**tratolixo**  
gestão de resíduos urbanos  
www.tratolixo.pt

## 2. O NOSSO NEGÓCIO

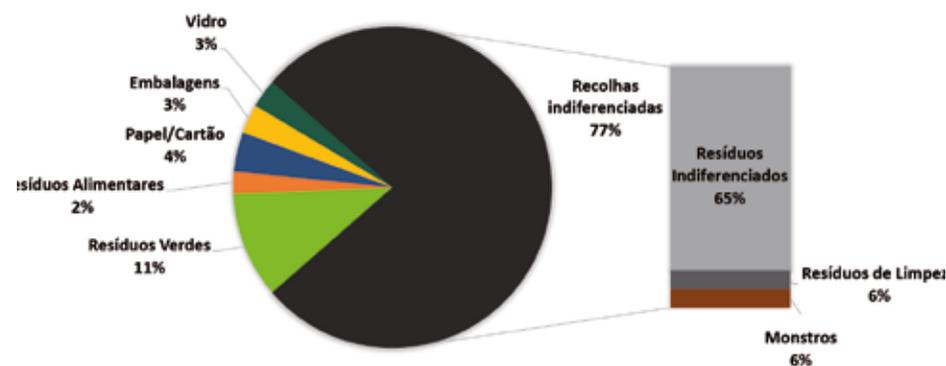


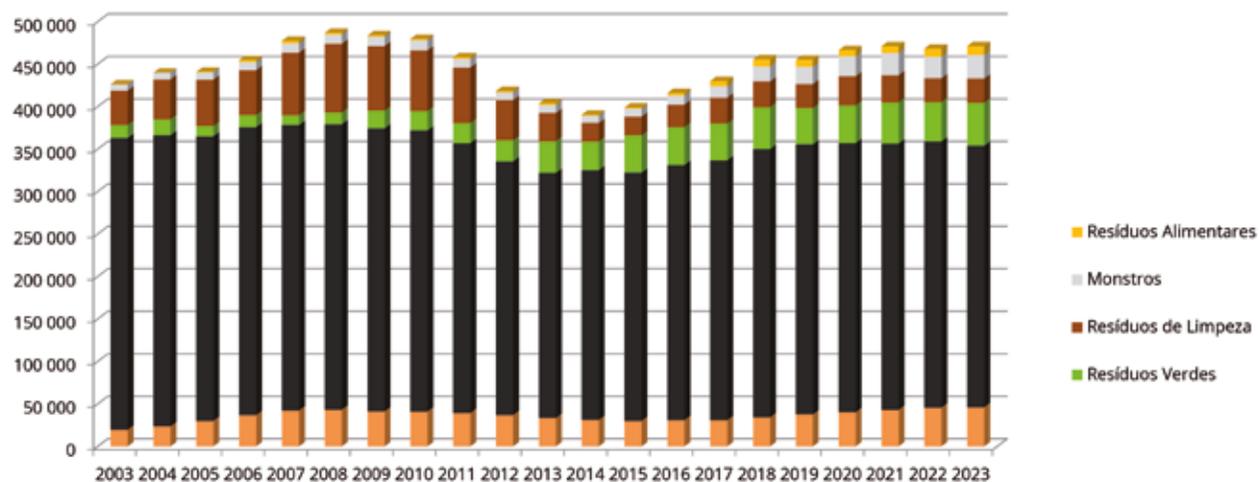
## 2. O NOSSO NEGÓCIO EM 2023

### 2.1. Resíduos Recebidos

O cerne do negócio da TRATOLIXO reside na admissão de resíduos urbanos provenientes da sua área geográfica de intervenção, aos quais é necessário proporcionar um tratamento ambientalmente adequado, mediante a capacidade das suas diversas instalações e seguindo a ordem hierárquica de gestão de resíduos prevista nos instrumentos nacionais legislativos e de planeamento sectorial. Em causa estão então os resíduos produzidos pelos municípios que integram o Sistema AMTRES e que são divididos, quanto ao seu tipo de recolha, em Resíduos Urbanos provenientes de recolha selectiva – tipologia de recolha que engloba os resíduos oriundos de recolha selectiva multimaterial (RSMM) de vidro, papel/cartão e embalagens e também os resíduos advindos de recolha selectiva de biorresíduos (resíduos verdes e resíduos alimentares) – e divididos ainda em resíduos provenientes de recolha indiferenciada – categoria na qual se incluem os resíduos indiferenciados, monstros e resíduos de limpeza.

A proporção de cada tipo de resíduo e a sua evolução quantitativa encontra-se representada nos gráficos seguintes.





O ano de 2023 iniciou-se com uma perspectiva otimista sobre a produção de resíduos, com um resultado em Janeiro de cerca de +6% superior face ao período homólogo de 2022, em linha com o comportamento de crescimento iniciado já em Agosto de 2022.

Isto porque, apesar do contexto internacional ainda se apresentar instável com a Guerra da Ucrânia, o País teve, e pela primeira vez nos últimos tempos, uma balança comercial positiva no primeiro trimestre do ano.

A economia portuguesa foi depois revelando ao longo do ano uma grande resiliência, denotando abrandamento e até mesmo contracção registada no 3º trimestre de 2023, sendo que no último trimestre do ano se verificou um crescimento do PIB – para o qual contribuiu a procura interna associada à aceleração do consumo privado, em detrimento da desaceleração do investimento – fazendo com que o balanço do ano resultasse num crescimento de 2,3%, segundo dados provisórios do INE.

Foram, por isso, as famílias a ajudar no desempenho da economia nacional, o que é comprovado pela evolução da produção de resíduos no Sistema AMTRES no decurso do ano.

Desde o início do ano ocorreu sempre uma variação positiva na produção de resíduos face a períodos homólogos, tendo essa variação benigna atingido o seu

máximo em Outubro.

Salienta-se também que ao longo de ano, e apesar do aumento da produção total de resíduos verificada mensalmente, registou-se sempre um desvio negativo na produção de resíduos indiferenciados em contraponto com um desvio positivo nas recolhas selectivas, significando que a separação de resíduos na fonte está claramente a deixar uma marca no peso e conteúdo do contentor indiferenciado.

E tendo como suporte os resultados divulgados pela APA no Relatório Anual Resíduos Urbanos 2022 (RARU 2022) – que demonstram uma estabilização na produção dos resíduos – verifica-se que estamos a conseguir desassociar o crescimento económico da produção de resíduos.

Desta forma, pode-se afirmar que o ano de 2023 terminou com resultados interessantes ao nível da recolha de resíduos no Sistema AMTRES, tendo-se registado a recepção total de 471.111 t provenientes de municípios e entidades particulares, valor que constitui um aumento de +0,6% e +2.919 t face ao ano anterior, conforme se observa no quadro seguinte.

	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Δ 2022-2023
Cascais (t)	141 201	141 096	138 709	140 098	137 819	141 487	2,7%
Mafra (t)	46 158	47 310	48 263	51 469	51 981	54 934	5,7%
Oeiras (t)	79 689	79 437	79 596	78 785	77 672	76 928	-1,0%
Sintra (t)	177 924	178 332	191 358	190 549	187 456	186 187	-0,7%
Particulares (t)	10 556	9 029	8 443	10 116	13 264	11 574	-12,7%
<b>TOTAL DE RESÍDUOS (t)</b>	<b>455 528</b>	<b>455 203</b>	<b>466 369</b>	<b>471 017</b>	<b>468 192</b>	<b>471 111 *</b>	<b>0,6%</b>

\* A este resultado acrescem cerca de 218 t de resíduos provenientes de outros SGRU.

Contudo, atendendo às respectivas características populacionais, económicas e de actividade, o acréscimo acima reportado não foi semelhante em todos os Municípios da área de intervenção da TRATOLIXO, uma vez que ocorreram ligeiras reduções na produção de resíduos nos municípios de Oeiras – variação de -744 t e -1,0% – e de Sintra – variação de -1.269 t e -0,7% – face ao ano anterior.

O total de resíduos recebidos em 2023 deveu-se, principalmente, aos aumentos registados nas recolhas de resíduos verdes (+4.493 t e +9,7%) e monstros (+2.578 t e +10,3%) – enquanto circuitos especiais de recolha – que, em conjunto, apresentaram um desvio total de +7.071 t face ao ano de 2022.

Esse facto pode ser observado na análise individual de cada tipologia de recolha de resíduos por município que se demonstra de seguida, primeiramente nos dados referentes às recolhas indiferenciadas apresentadas abaixo.

	RECOLHAS INDIFERENCIADAS						
	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Δ 2022-2023
<b>RESÍDUOS INDIFERENCIADOS (t)</b>	315 838	317 832	316 824	313 569	313 365	307 705	-1,8%
Cascais (t)	90 321	89 891	87 811	86 366	86 489	84 689	-2,1%
Mafra (t)	33 414	33 476	35 285	36 341	36 000	35 606	-1,1%
Oeiras (t)	59 639	59 790	57 127	56 025	55 512	52 985	-4,6%
Sintra (t)	132 204	134 456	136 419	134 084	132 973	131 298	-1,3%
Particulares (t)	260	219	182	754	2 392	3 126	30,7%
<b>RESÍDUOS DE LIMPEZA (t)</b>	30 378	28 231	34 460	32 099	28 194	28 438	0,9%
Cascais (t)	8 022	8 156	6 607	6 030	3 190	4 258	33,5%
Mafra (t)	2 256	3 134	3 835	3 152	4 147	3 726	-10,2%
Oeiras (t)	4 697	2 947	4 703	4 208	2 830	3 568	26,1%
Sintra (t)	15 356	13 950	19 256	18 606	17 912	16 521	-7,8%
Particulares (t)	46	44	58	102	115	366	217,0%
<b>MONSTROS (t)</b>	17 380	19 999	23 271	26 094	25 129	27 706	10,3%
Cascais (t)	4 908	4 974	4 896	5 012	4 524	5 005	10,6%
Mafra (t)	2 759	3 569	3 164	3 813	3 060	4 708	53,8%
Oeiras (t)	2 284	3 042	4 348	4 944	4 291	3 185	-25,8%
Sintra (t)	4 050	5 543	7 813	8 830	8 059	9 309	15,5%
Particulares (t)	3 379	2 872	3 050	3 495	5 195	5 498	5,8%
<b>TOTAL RECOLHAS INDIFERENCIADAS (t)</b>	363 595	366 062	374 556	371 761	366 688	363 849	-0,8%

Da análise do quadro anterior verifica-se, assim, uma nítida redução no conjunto das recolhas de origem indiferenciada (-2.839 t e -0,8%) a qual se deve exclusivamente à quebra na recolha de resíduos indiferenciados (-5.660 t e -1,8%) – realidade somente não observada nas entregas de particulares, com um aumento de +735 t e + 30,7% – já que ocorreram aumentos tanto nas recolhas de resíduos de limpeza (+0,9% e + 244 t) como nas recolhas de monstros (+2.578 t e +10,3% tal como referido acima).

O decréscimo na recolha de resíduos indiferenciados contrasta, assim, com o comportamento registado nas recolhas selectivas.

No que às recolhas de origem selectiva diz respeito e, em concreto, na recolha selectiva multimaterial, registou-se um crescimento de 1,1% (+506 t) em 2023, como se pode verificar no quadro seguinte.

	RECOLHAS SELECTIVAS MULTIMATERIAL						
	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Δ 2022-2023
PAPEL E CARTÃO (t)	14 379	15 449	16 757	17 326	18 489	18 655	0,9%
Cascais (t)	4 601	4 861	5 006	5 267	5 686	5 641	-0,8%
Mafra (t)	1 359	1 585	1 779	1 816	2 244	2 466	9,9%
Oeiras (t)	3 786	3 996	4 168	4 341	4 456	4 455	0,0%
Sintra (t)	4 613	4 999	5 768	5 841	6 064	6 051	-0,2%
Particulares (t)	20	9	37	61	40	42	5,4%
EMBALAGENS DE PLÁSTICO, METAL E ECAL (t)	8 966	10 330	11 007	12 285	12 991	13 870	6,8%
Cascais (t)	2 750	3 102	3 226	3 506	3 742	3 985	6,5%
Mafra (t)	792	939	1 113	1 725	1 803	2 180	20,9%
Oeiras (t)	2 301	2 518	2 631	2 817	2 898	2 970	2,5%
Sintra (t)	3 075	3 743	4 007	4 230	4 518	4 700	4,0%
Particulares (t)	49	26	29	8	28	34	21,3%
VIDRO (t)	10 885	11 894	12 542	13 360	14 072	13 532	-3,8%
Cascais (t)	3 488	3 785	3 756	4 106	4 588	4 443	-3,2%
Mafra (t)	1 211	1 319	1 422	1 539	1 615	1 635	1,2%
Oeiras (t)	2 379	2 616	2 902	2 918	2 948	2 817	-4,4%
Sintra (t)	3 808	4 161	4 462	4 798	4 921	4 636	-5,8%
Particulares (t)	0	13	1	0	0	0	0,0%
TOTAL RECOLHAS SELECTIVAS MULTIMATERIAL (t)	34 231	37 673	40 306	42 970	45 551	46 057	1,1%

O total registado em 2023 nas recolhas selectivas multimaterial foi de 46.057 t, valor que, pelo terceiro ano consecutivo, ultrapassa o resultado máximo do Sistema AMTRES obtido ainda em 2008 em situação de pré-crise económica, obtendo-se novo valor máximo.

Para esta realidade contribuíram os aumentos na recepção dos materiais provenientes do ecoponto de embalagens de plástico, metal e ECAL (+879 t e + 6,8%) e de papel/cartão (+167 t e +0,9%).

A excepção a esta tipologia de recolha ocorreu no material vidro, a registar um decréscimo de -540 t e -3,8%.

Este desempenho estará associado à aposta dos municípios e TRATOLIXO na sensibilização e ao desenvolvimento, pelos municípios, de novos projectos de recolha Selectiva nas suas áreas de intervenção, tais como os projectos ligados ao Sistema de incentivo de embalagens de bebidas não reutilizáveis de plástico, metal ou vidro (Projecto Mafra Reciclar a Valer +), projectos de recolha selectiva de fracções valorizáveis de resíduos (Projecto “Ecocentro Móvel”, Projecto “Mais Vidro Mais Reciclagem” co município de Cascais) e Recolha Selectiva Porta-a-Porta (em Cascais e Oeiras), entre outros.

### **Atingido em 2023 novo record de recolhas selectivas multimaterial, pelo terceiro ano consecutivo!**



Projectos de Recolha Selectiva Multimaterial nos municípios do Sistema AMTRES

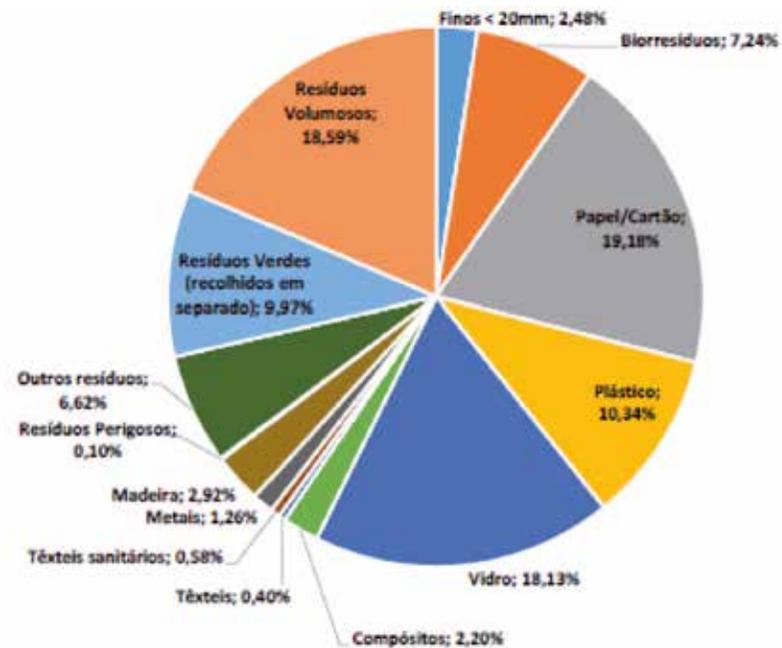
Já no respeitante à recolha selectiva de biorresíduos, esta apresentou um resultado que revela um aumento de +9,4% e +5.252 t, como atestado no quadro seguinte.

	RECOLHA SELECTIVA BIORRESÍDUOS						
	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Δ 2022-2023
<b>RESÍDUOS ALIMENTARES (t)</b>	<b>8 588</b>	<b>8 784</b>	<b>7 387</b>	<b>8 093</b>	<b>9 791</b>	<b>10 551</b>	<b>7,8%</b>
Cascais (t)	626	1 446	1 031	1 208	2 144	4 170	94,5%
Mafra (t)	577	634	671	563	515	790	53,4%
Oeiras (t)	775	907	635	642	1 177	1 752	48,8%
Sintra (t)	0	0	0	0	568	1 393	145,3%
Particulares (t)	6 610	5 797	5 050	5 680	5 388	2 446	-54,6%
<b>RESÍDUOS VERDES (t)</b>	<b>49 115</b>	<b>42 683</b>	<b>44 121</b>	<b>48 192</b>	<b>46 161</b>	<b>50 654</b>	<b>9,7%</b>
Cascais (t)	26 487	24 881	26 375	28 603	27 458	29 296	6,7%
Mafra (t)	3 790	2 653	994	2 520	2 597	3 823	47,2%
Oeiras (t)	3 828	3 620	3 083	2 892	3 559	5 196	46,0%
Sintra (t)	14 817	11 479	13 634	14 161	12 440	12 279	-1,3%
Particulares (t)	192	50	35	16	106	60	-44,0%
<b>TOTAL BIORRESÍDUOS (t)</b>	<b>57 703</b>	<b>51 467</b>	<b>51 508</b>	<b>56 286</b>	<b>55 953</b>	<b>61 205</b>	<b>9,4%</b>

Este resultado deve-se ao já mencionado aumento observado nos resíduos verdes (+4.493 t e +9,7%) – comportamento que também não foi semelhante em todos os municípios – e a um franco desenvolvimento nas recolhas de resíduos alimentares (+760 t e +7,8%) – observado em todos os municípios – coadjuvado pela prossecução dos projectos-piloto dos sacos verdes, que só por si contribuíram com cerca de 4.000 t para este resultado favorável (+253,60% face ao ano anterior).

O resultado global obtido nas recolhas de resíduos orgânicos é, por isso, muito animador.

Segundo o RARU 2022, a recolha selectiva destes resíduos a nível nacional tem ainda pouca expressão, 7,24% conforme gráfico seguinte, pois é uma recolha recente e ainda não totalmente disseminada a nível nacional – a obrigatoriedade de recolha selectiva começa em 2024 – embora segundo aquele documento já exista em 20 SGRU (um dos quais a TRATOLIXO) face aos 12 reportados em 2022.

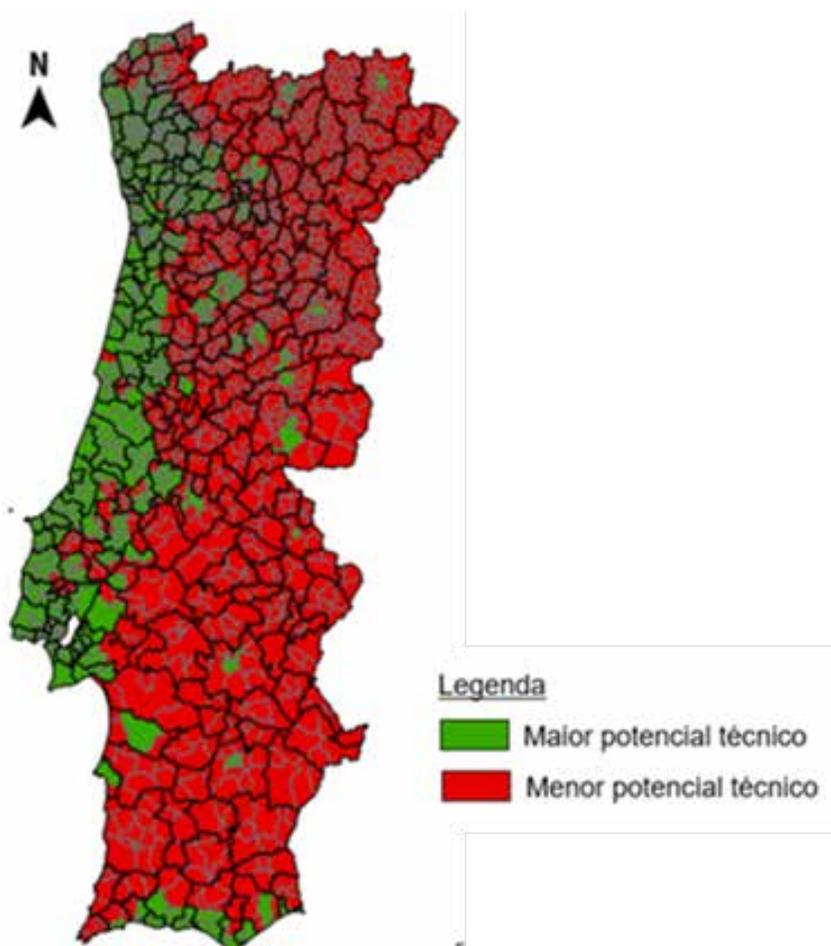


Caracterização física da recolha selectiva e outras recolhas, dos RU produzidos em Portugal Continental, em 2022.  
(Fonte: RARU 2022, Agência Portuguesa do Ambiente, I.P.)

Refira-se que, na TRATOLIXO esta tipologia de recolha tem já um peso total de 13%, o que representa, face ao potencial, cerca de 25% da recolha selectiva de biorresíduos.

A recolha selectiva de biorresíduos, conjugada com o contributo através do seu tratamento na origem, tem um peso muito significativo para atingir os objectivos impostos nas metas comunitárias de gestão de resíduos.

Salienta-se também que a relevância do território servido pela TRATOLIXO para o atingimento das metas é atestada no “Estudo Prévio sobre a implementação da recolha selectiva em Portugal Continental incidindo em especial sobre o fluxo dos biorresíduos” da APA elaborado pela Ernest & Young, o qual estabelece a TRATOLIXO como um dos três únicos SGRU nacionais a possuir 100% da sua área geográfica de intervenção referenciada a verde, ou seja, com potencial de recolha selectiva de biorresíduos, como consta da figura seguinte.



*Modelo de potencial técnico de implementação de recolha selectiva de biorresíduos.  
(Fonte: Estudo prévio sobre a implementação da recolha selectiva em Portugal Continental incidindo em especial sobre o fluxo dos biorresíduos, Agência Portuguesa do Ambiente, I.P.)*

Note-se que as políticas nacionais em matéria de gestão de resíduos deram enorme relevância aos biorresíduos e atendendo à obrigatoriedade legal de proceder à sua recolha selectiva, esta deverá já estar a funcionar a 01 de Janeiro de 2024, o que representa um grande desafio para todos os municípios do País.

No caso do Sistema AMTRES, em 2023 todos os municípios da área de intervenção da TRATOLIXO expandiram os seus respectivos projectos-piloto no terreno para garantir o cumprimento desta legislação, que no final do ano apresentava uma adesão de cerca de 32% do total de população dos municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra.

**Já aderiram  
mais de 99.000 famílias e  
273.000 habitantes do Sistema  
AMTRES ao projecto de recolha  
selectiva de biorresíduos  
em saco verde!**

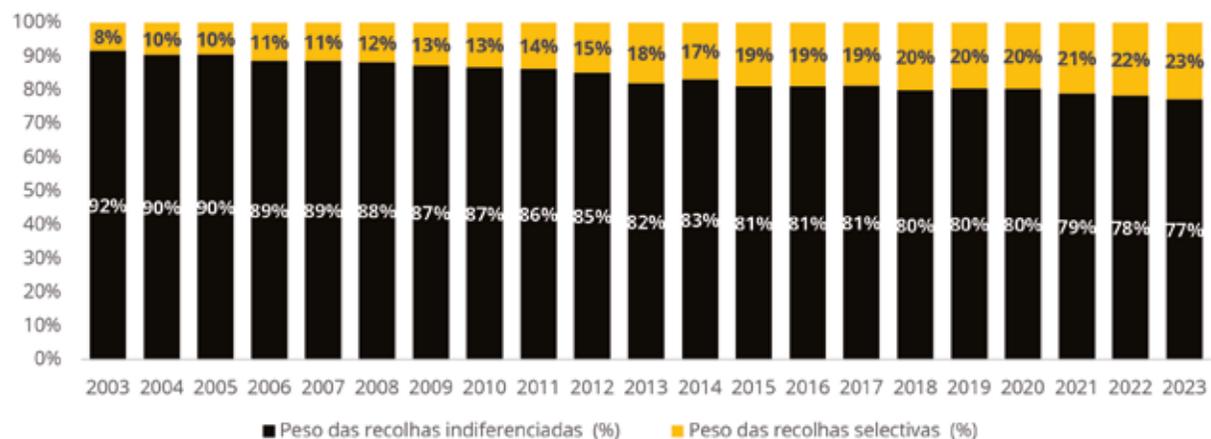
A evolução destes projectos está a ser acompanhada no âmbito de um Grupo de Trabalho dos Biorresíduos constituído para o efeito no início de 2023, o qual conta com uma equipa de técnicos da TRATOLIXO e dos seus municípios.



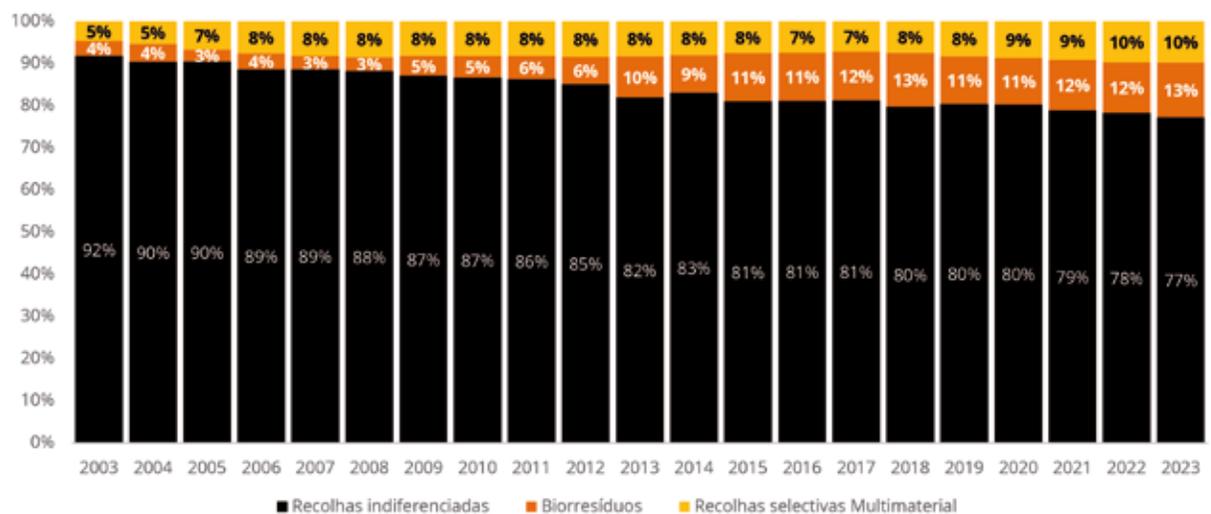
*Expansão e dinamização dos projectos-piloto de recolha selectiva de biorresíduos nos municípios do Sistema AMTRES.*

O esforço dos municípios do Sistema AMTRES em incentivar as recolhas selectivas em geral é, assim, inquestionável e compatível com as principais metas de gestão de resíduos que se preconizam para o período pós 2020, nomeadamente a prevenção da produção de resíduos, a obrigatoriedade de recolha selectiva de resíduos perigosos de origem doméstica, a diminuição da deposição em aterro, as retomas de recolha selectiva e, de forma indirecta, também a preparação para reutilização e reciclagem.

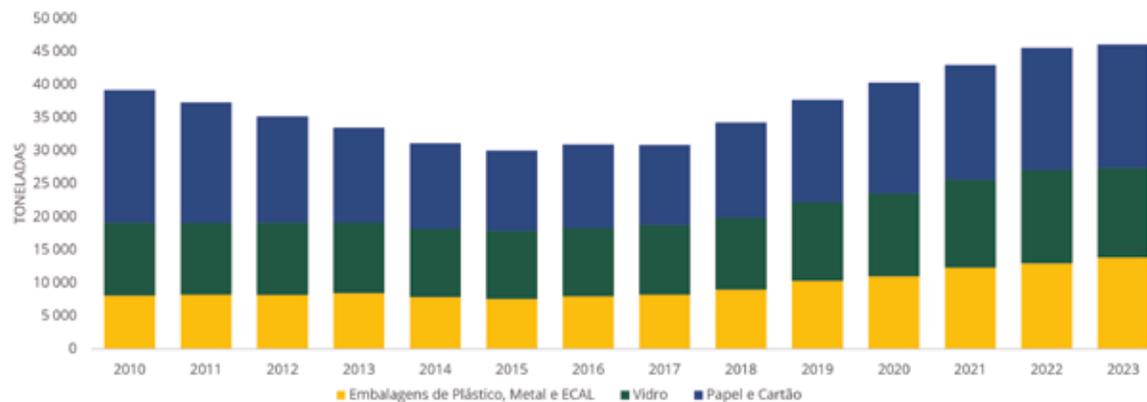
Com base no trabalho que os municípios do Sistema AMTRES têm vindo a desenvolver, a representatividade das recolhas indiferenciadas face à representatividade das recolhas selectivas tem vindo a diminuir gradualmente – fruto das alterações comportamentais nos cidadãos e padrões de consumo – sendo que em 2023 essa representatividade foi de 77% vs 23%, respectivamente, como é comprovado pelo seguinte gráfico.



Particularizando a análise nas recolhas selectivas representadas no gráfico anterior, em 2023 verificou-se que a recolha selectiva de biorresíduos atingiu 13% do total de recolhas – dos quais apenas 2% correspondem à recolha selectiva de resíduos alimentares – sendo que a representatividade da recolha selectiva multi-material se manteve nos 10%, conforme consta do gráfico seguinte.



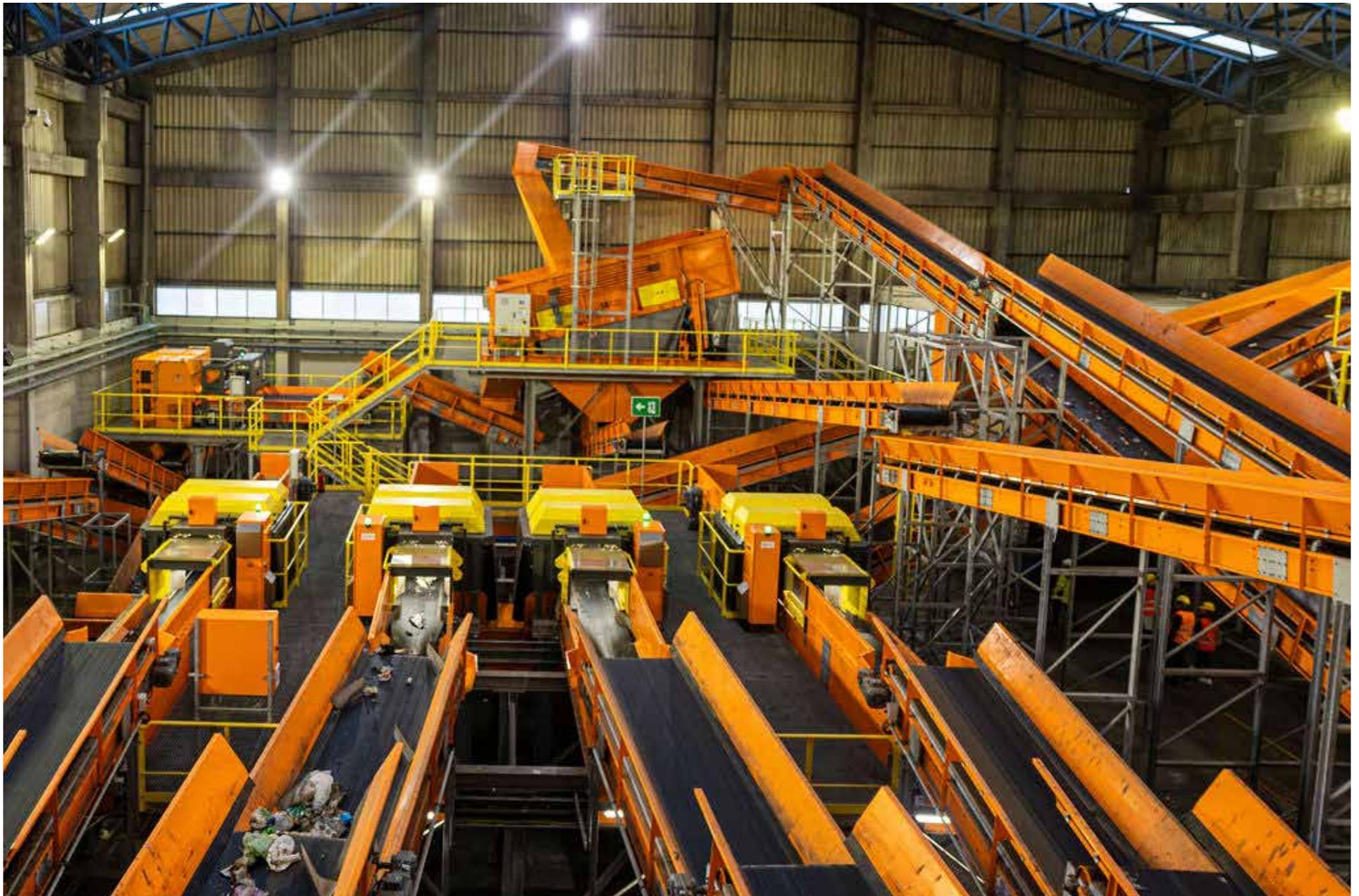
Analisando mais detalhadamente o comportamento evolutivo das recolhas selectivas multimaterial no Sistema AMTRES, denota-se uma quebra entre 2009 e 2015 na sequência da crise económica seguida de um crescimento gradual que apenas em 2021 suplantou os valores do período pré-crise, estabelecendo-se novamente em 2023 um valor máximo histórico da actividade da TRATOLIXO.



Esta evolução deve-se, mais uma vez, aos vários investimentos que, quer a TRATOLIXO quer os municípios desenvolveram ao longo dos anos nas suas áreas de intervenção, em termos de sensibilização ambiental e de novos projectos municipais de recolha selectiva.



*Exemplos de iniciativas de sensibilização ambiental desenvolvidas pelos municípios da AMTRES*



## 2.2. Tratamento e Valorização de Resíduos

Como já referido, a actividade principal da empresa centra-se na gestão de resíduos urbanos e é executada atendendo aos inputs desta matéria-prima potencialmente valorizável nas diversas instalações de tratamento da TRATOLIXO.

Enquadrado na estratégia definida pela TRATOLIXO, com vista a assegurar o tratamento da totalidade dos resíduos produzidos no sistema AMTRES, em 2022 deram-se início a um conjunto de empreitadas de adaptação e aumento da capacidade de tratamento das actuais infra-estruturas de tratamento de resíduos indiferenciados e de biorresíduos da TRATOLIXO, que contam com a aprovação e financiamento do PO SEUR, entre elas a adaptação da Central Industrial de Tratamento de Resíduos Sólidos (CITRS) – unidade de Tratamento Mecânico de Trajouce – e da Central de Digestão Anaeróbia (CDA) da Abrunheira – unidade de valorização orgânica.

Estas são unidades complementares e que funcionam, no seu conjunto, como uma Unidade de Tratamento Mecânico e Biológico, não funcionando uma sem a outra, pelo que qualquer alteração de funcionamento que ocorra numa das duas unidades, acaba por ter implicações na outra.

A interrupção do Tratamento Mecânico de Trajouce para a execução da empreitada em meados de Julho de 2022 continuou, em 2023, a afectar o normal funcionamento das infra-estruturas do Ecoparque da Abrunheira (CDA e aterro).

A Empreitada de Concepção/Construção de Adaptação do Tratamento Mecânico de Trajouce à Recolha Selectiva de Biorresíduos, a qual apenas se concluiu no final de 2023, implicou a interrupção de funcionamento da unidade de tratamento mecânico de resíduos indiferenciados do Ecoparque de Trajouce.

Esta situação provocou um impacto significativo no tratamento dos resíduos indiferenciados e teve que ser equacionada uma alternativa de tratamento com garantias de qualidade, eficiência e capacidade para assegurar o tratamento dos resíduos indiferenciados durante o decurso da intervenção.

Assim, durante o decorrer da empreitada, a TRATOLIXO recorreu a um Sistema de Gestão de Resíduos congénere para a prestação de serviço de tratamento mecânico de parte dos seus resíduos indiferenciados, permitindo manter o tratamento dos mesmos e possibilitando a retoma da fracção orgânica obtida, garan-

tindo, assim, a manutenção do funcionamento dos biodigestores do Ecoparque da Abrunheira e reduzindo o envio de resíduos para aterro, minimizando-se assim os impactes no funcionamento das infra-estruturas do Ecoparque da Abrunheira.

Ainda assim, houve um decréscimo significativo de biorresíduos enviados para tratamento biológico e, conseqüentemente, de produção de energia eléctrica oriunda da valorização energética do biogás produzido da CDA.

A visão de estratégia da TRATOLIXO sempre se baseou no pressuposto de garantir um funcionamento operacional otimizado e suportado em metodologias certificadas, promovendo anualmente a melhoria contínua da actividade desenvolvida nas suas infra-estruturas, de modo a maximizar a produção de material valorizável e minimizar os refugos operacionais.

Este trabalho é, por um lado, fundamental para a redução de custos, mas é sobretudo de primordial importância para o cumprimento das metas de gestão de resíduos do PERSU 2030.

Como é sabido, os processos operacionais da empresa estão suportados no tratamento e na triagem dos vários materiais e resíduos recebidos, potenciando, assim, a sua valorização e o seu encaminhamento para reciclagem ou outras formas de valorização e reduzindo a deposição em aterro.

Os recentes investimentos na construção da nova Central de Compostagem de Resíduos Verdes e da nova Central de Triagem (CT) de Resíduos de Embalagem de Trajouce constituem os exemplos mais relevantes de medidas implementadas nos últimos anos para fazer face a estas preocupações, sendo que à data, a empresa encontra-se também a apostar na requalificação de outras infra-estruturas – unidades de TMB de Trajouce e Abrunheira – que potenciem uma gestão tecnológica mais eficiente e conducente ao aumento da circularidade dos resíduos urbanos.

Após triagem nos respectivos processos operacionais, os materiais recicláveis obtidos nas várias infra-estruturas da empresa – CITRS, CDA, CT e Ecocentros – são retomados para reciclagem directamente através de retomadores ou então através de Entidades Gestoras de fluxos de resíduos.

Atendendo apenas aos resíduos entrados que constituem produtos comercializáveis para a TRATOLIXO – via entidades gestoras ou não – em 2023 foram encaminhados para reciclagem um total de 48.957,90 t de resíduos – um desvio de -9,99% face ao ano anterior – distribuídos pelas categorias de produto que se

apresentam no quadro seguinte.

PRODUTO	QUANTIDADE (t)
Papel/Cartão *	15 162,717
Plásticos/Metais **	8 934,217
Vidro	13 326,910
Outros ***	20 754,791
<b>TOTAL</b>	<b>58 178,64</b>

\* Inclui fracção embalagem e não embalagem proveniente das recolhas selectiva e indiferenciada;

\*\* Inclui materiais das recolha selectiva, indiferenciada e ecocentros;

\*\*\* Inclui estilha, REEE's, pilhas e acumuladores, rolhas de cortiça e óleos.

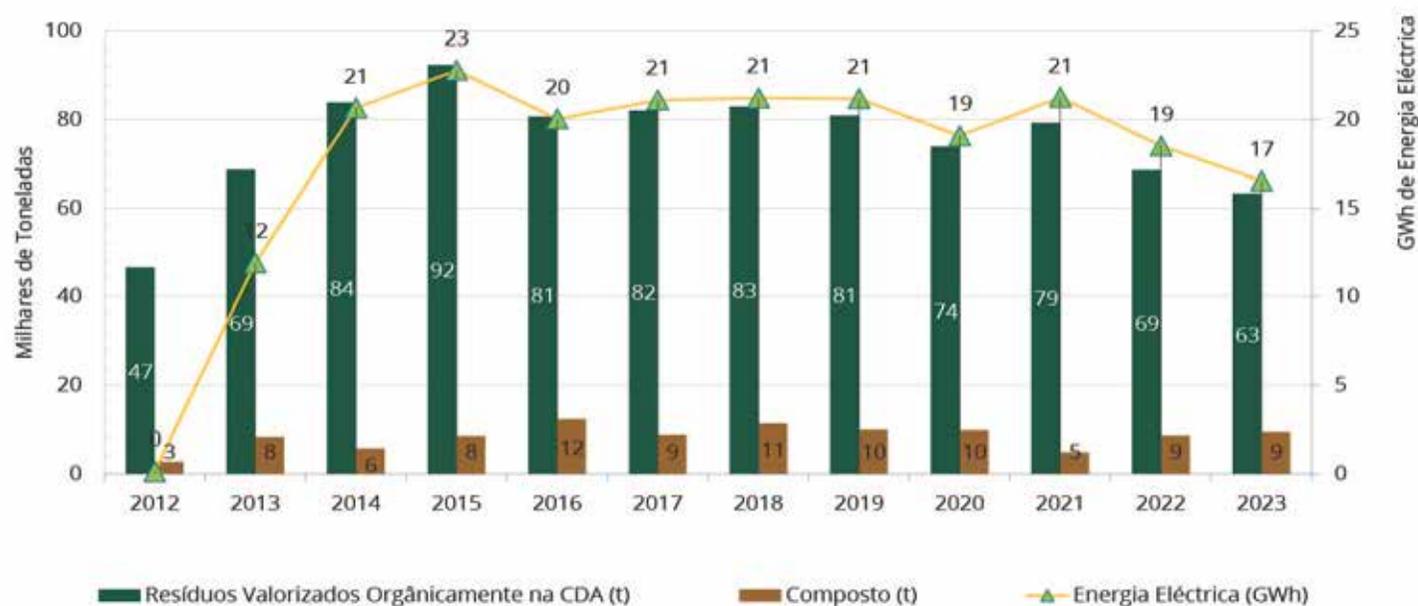
Os resultados obtidos tiveram como contributo o decréscimo das vendas de estilha – uma vez que em 2022 os resíduos verdes passaram, em parte, a ser encaminhados para a nova CCRV de Trajouce (actualmente estão a ser todos enviados para valorização orgânica nesta unidade) – e dos materiais do TM de Trajouce – em consequência da empreitada de adaptação da unidade à recolha selectiva de biorresíduos em saco óptico.

Para além dos materiais e/ou resíduos recicláveis obtidos no processo de triagem, destaque também para a produção de composto na CDA da Abrunheira, efectuada a partir da etapa de tratamento biológico da fracção orgânica dos resíduos desta instalação.

Durante o ano de 2023, foram produzidas cerca de 9.300 t de composto na CDA, um valor que representa um acréscimo de cerca de +10% face ao ano anterior. Também em 2023 foi já possível produzir composto Campoverde Premium Green® a partir dos resíduos verdes processados na nova CCRV de Trajouce co-financiada pelo POSEUR, totalizando cerca de 3.500 t.



Por outro lado, resultante do processo de tratamento biológico da fracção orgânica dos resíduos na CDA, obteve-se a produção e venda de cerca de 16.500 MWh de energia eléctrica, valor que representa um decréscimo de cerca de -11% face ao ano de 2022, sendo este desvio justificado pela menor quantidade de resíduos entrados nos biodigestores para tratamento em consequência da empreitada de adaptação do TM de Trajouce.



No conjunto de vendas de todos estes produtos da TRATOLIXO – nos quais se incluem ainda os materiais valorizados organicamente – e atendendo aos motivos já explanados, verificou-se um ligeiro decréscimo de proveitos de cerca de -2% face ao ano anterior, que, ainda assim, resultou em 2023 num proveito superior a 9,8 M€ para a empresa.

## **Proveitos obtidos em 2023 com venda de produtos ascendem a 9,8 M€**

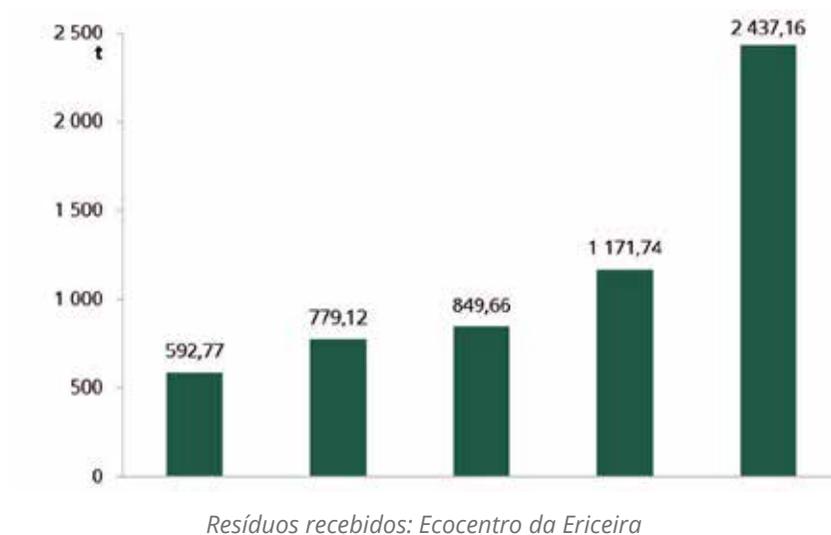
No respeitante à actividade desenvolvida nos Ecocentros da TRATOLIXO, há que salientar a importância dos mesmos para a entrega dedicada, por parte dos cidadãos e outros produtores, de vários fluxos de resíduos especiais – ex.: óleos minerais, REEE, etc – e outras tipologias de resíduos com potencial de reciclagem mas cujas características os impedem de serem recolhidos através dos habituais esquemas de remoção, tais como monstros, resíduos verdes e resíduos de limpeza. Alguns destes resíduos passarão a ser incorporados na contabilização de recolhas selectivas da APA, para efeitos de acompanhamento do desempenho e execução do PERSU 2030 e da meta de preparação para reutilização e reciclagem.

Atendendo à variedade de resíduos com possibilidade de serem recepcionados nestas infra-estruturas, considera-se ser uma excelente oportunidade para intensificar a deposição das tipologias de resíduos já entregues, bem como de promover através destas infra-estruturas a deposição e recolha selectiva de, por exemplo, têxteis e pequenas fracções de resíduos perigosos domésticos, cuja meta estabelecida no novo Regime Geral de Gestão de Resíduos (RGGR) – publicado no Decreto-Lei n.º 102-D/2020 de 10 de Dezembro na sua versão actual – impõe a obrigatoriedade de recolha a partir de 2025, ao abrigo da aprovação do Pacote da Economia Circular e revisão da Directiva-Quadro de Resíduos.

Dedica-se, por isso, uma análise específica aos movimentos ocorridos nos Ecocentros da Ericeira e Abrunheira durante o ano de 2023, que no Sistema AMTRES

têm vindo a registar resultados muito positivos em termos de utilização e deposição de resíduos.

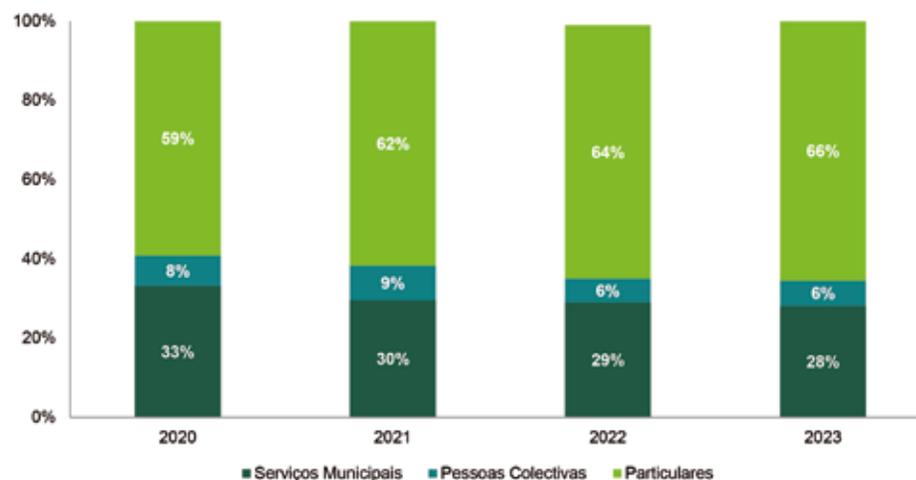
No Ecocentro da Ericeira foram entregues 2.282,50 t de resíduos durante o ano a que reporta este relatório, representando um acréscimo de +24,89% (+454,96 t) face ao ano de 2022.



Em termos de número de utilizadores, registaram-se em 2023 um total de 13.201 utilizadores que deram entrada nesta instalação, que apesar de constituir um ligeiro acréscimo de apenas +0,61% (+80 utilizadores) face ao verificado no ano anterior, continua a ser um sinal evidente de uma crescente importância e procura deste tipo de infra-estruturas como soluções de proximidade para a correcta gestão de resíduos dos cidadãos.

Esta afirmação é suportada pela análise da evolução do número e tipo de utilizadores deste ecocentro, o qual denota que os utilizadores particulares representam 66% das entidades a frequentar o Ecocentro da Ericeira num crescimento assinalável ao longo dos anos, seguido dos serviços municipais com 28% – a perder

gradualmente representação – e das pessoas colectivas, cujo resultado de 6% em termos de representatividade se manteve, conforme observado no gráfico seguinte.



*Percentagem de Entradas no Ecocentro da Ericeira por Tipo de Utilizador*

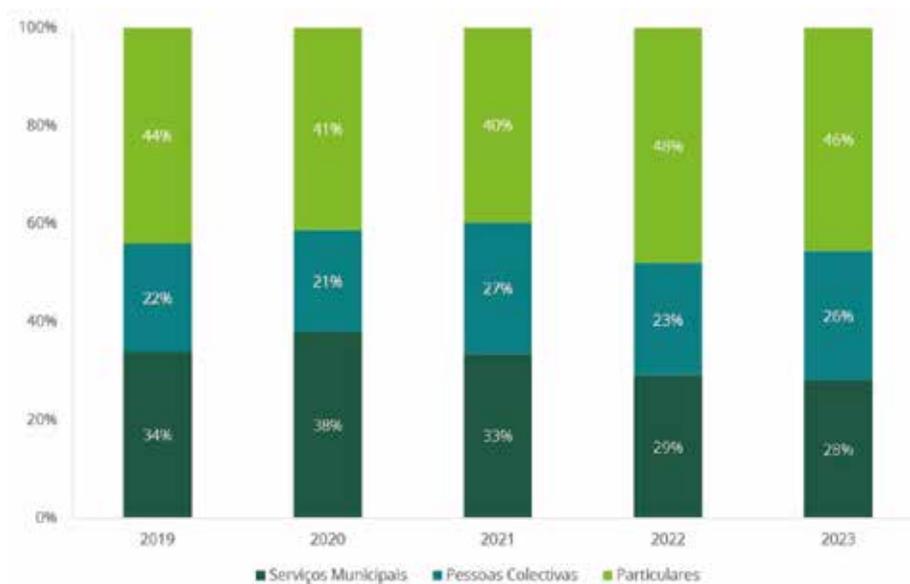
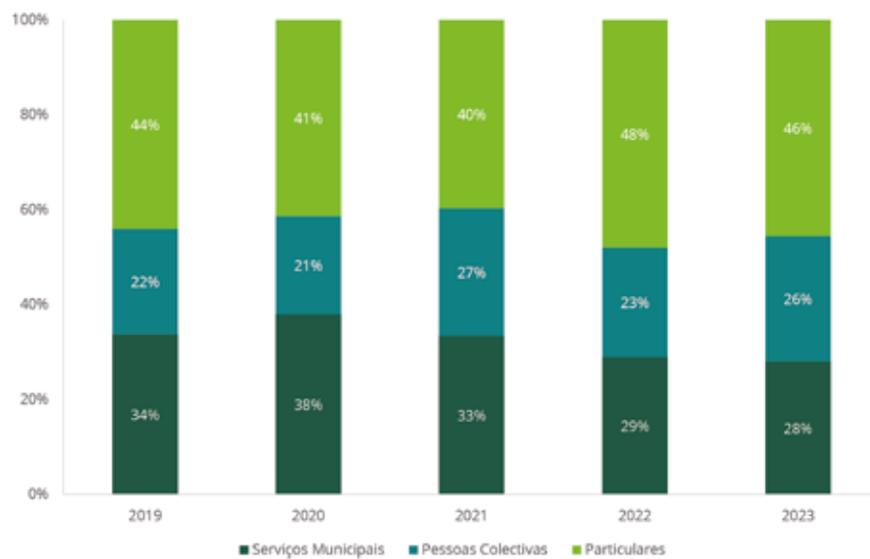
## **Os utilizadores particulares já são quase 70% das entradas no Ecocentro da Ericeira!**

Sobre a recepção de resíduos no Ecocentro da Abrunheira em 2023 verifica-se a entrada de 2.437,16 t de resíduos, o que representou um aumento de +108% (+1.265,42 t) face ao ano anterior. Tendo em consideração a evolução anual patente no gráfico seguinte e lembrando que em 2020 esta infra-estrutura esteve encerrada temporariamente devido à pandemia de COVID19, pode-se afirmar que o resultado obtido revela um funcionamento promissor do Ecocentro da Abrunheira.

*Ecoentro da Ericeira*



Percentagem de Entradas no EcoCentro da Abrunheira por Tipo de Utilizador



Percentagem de Entradas no EcoCentro da Abrunheira por Tipo de Utilizador

## Aumento superior a 100% nas entregas de resíduos do EcoCentro da Abrunheira!

Neste ecoCentro deram entrada um total de 3.734 utilizadores, representando uma variação de +36% (+983 utilizadores) face ao ano de 2022.

Os utilizadores particulares continuam a ser a maioria das entradas no EcoCentro da Abrunheira com 46%, seguidos dos serviços municipais e das pessoas colectivas com valores muito próximos de 28% e 26% respectivamente, conforme consta da evolução gráfica apresentada.

Os resultados acima descritos reforçam a importância dos ecoCentros tradicionais no circuito de gestão de resíduos do Sistema AMTRES, enquanto instalações de proximidade dos cidadãos para deposição e armazenagem de resíduos urbanos e equiparados com vista ao posterior encaminhamento para destino adequado, contribuindo para a sua valorização e sustentabilidade dos recursos naturais.

Por outro lado, proporcionam um enorme contributo para o cumprimento da meta de preparação para reutilização e reciclagem, sendo este tipo de infra-estruturas devidamente reconhecidas no PERSU 2030 – em conjunto com os ecocentros móveis municipais e outros modelos de recolha – como uma abordagem correcta para aumentar a recolha selectiva de diversos tipos de resíduos recicláveis (em termos de quantidade e qualidade dos mesmos), bem como para a promoção de um tratamento adequado desses resíduos.

Denota-se que a meta nacional de preparação para reutilização e reciclagem é extremamente ambiciosa (55% para 2025, 60% para 2030, 65% para 2035) e o PERSU 2030 definiu objectivos de contributo por SGRU para o efectivo cumprimento desta meta, sendo que para o Sistema AMTRES essa meta corresponde a 61%, como se pode verificar no quadro seguinte.

SGRU	2019	2020	2030
Algar	25 %	26 %	60 %
Amarsul	38 %	35 %	60 %
Ambilital	15 %	14 %	51 %
Ambisousa	11 %	12 %	58 %
Amcal	49 %	23 %	57 %
BRAVAL	22 %	64 %	60 %
Ecolezina	78 %	79 %	55 %
Ersuc	80 %	51 %	60 %
Gesamb	49 %	55 %	63 %
Lipor	34 %	36 %	61 %
Planalto Beirão	15 %	17 %	54 %

SGRU	2019	2020	2030
Resalentejo	24 %	41 %	63 %
Resíduos do Nordeste	80 %	80 %	52 %
RESIESTRELA	70 %	54 %	62 %
RESINORTE	46 %	38 %	61 %
RSTJ	87 %	89 %	53 %
RESULIMA	16 %	17 %	64 %
SULDOURO	27 %	32 %	61 %
Tratolixo	48 %	41 %	61 %
VALNOR	72 %	59 %	56 %
VALORLIS	45 %	38 %	60 %
VALORMINHO	14 %	15 %	60 %
VALORSUL	40 %	38 %	59 %
TOTAL	42 %	39 %	60 %

*Meta de Preparação para Reutilização e Reciclagem de resíduos a alcançar por SGRU e a nível nacional – Cenário de cumprimento de metas  
(Fonte: PERSU 2030)*

É importante referir que, mesmo com o atingimento das metas do PERSU 2030 e com o cumprimento das metas de recolhas selectivas, haverá sempre a necessidade de aterro de apoio para deposição de RU rejeitados não passíveis de valorização.

Nesse sentido, e tendo em conta que em 2023, a capacidade utilizada das CCT da Abrunheira atingiu os 70% e face à inexistência de outra solução imediata que permita o desvio dos rejeitados e refugos dos processos de tratamento de aterro, ao ritmo de utilização actual desta infra-estrutura, esta esgotaria a sua capacidade em 2026. A TRATOLIXO, visando maximizar o tempo de vida útil desta infra-estrutura, testou uma nova metodologia operacional em 2023, com recurso a um segundo compactador pés de carneiro, e os resultados obtidos superaram todas as expectativas, considerando-se, assim, que será um investimento que trará grandes vantagens na operação e prolongamento do tempo de vida útil do aterro.

Tendo em conta a taxa de compactação da massa de resíduos obtida de 1,5 t/m<sup>3</sup>, a capacidade de encaixe de resíduos disponível do aterro aumentará, incrementando a vida útil do aterro e a redução de custos operacionais, sobretudo com o envio de resíduos para destinos externos ou a sua exportação com custos in comportáveis.



*Instalações do EcoCentro da Abrunheira*

Cofinanciado por:



## 2.3. NOVAS INFRA-ESTRUTURAS

### 2.3.1. Adaptação das Unidades de Tratamento Mecânico e de Tratamento Biológico da TRATOLIXO à recolha selectiva de biorresíduos

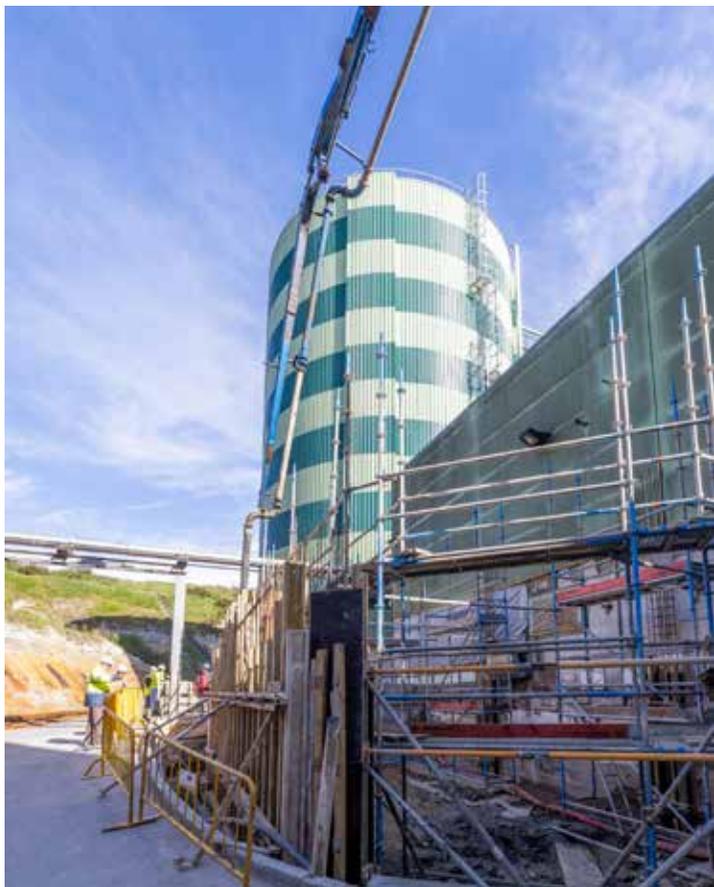
A candidatura com a designação POSEUR-03-1911-FC-000225 – Adaptação das Unidades de Tratamento Mecânico e de Tratamento Biológico da TRATOLIXO à recolha selectiva de biorresíduos, é referente à adaptação da Unidade de Tratamento Mecânico (TM) de Trajouce ao sistema de recolha selectiva de biorresíduos em saco óptico – que decorre da obrigatoriedade legal de recolha selectiva deste fluxo de resíduos a partir de 2023 – e ao aumento da capacidade de Tratamento Biológico (TB) da Central de Digestão Anaeróbia (CDA) da Abrunheira das actuais 80.000 t/ano para 120.000 t/ano.

Com esta operação foram executadas diversas empreitadas de adaptação das unidades de TM e TB da TRATOLIXO, com instalação de novos equipamentos mais eficientes e inovadores conducentes a ganhos ambientais e redução de custos operacionais, que permitirão à TRATOLIXO como resultado último dar cumprimento às metas do PERSU 2030 de preparação para reutilização e reciclagem e de deposição de RUB em aterro.

Ao abrigo desta candidatura estava também contemplada a construção de uma nova portaria operacional em Trajouce.

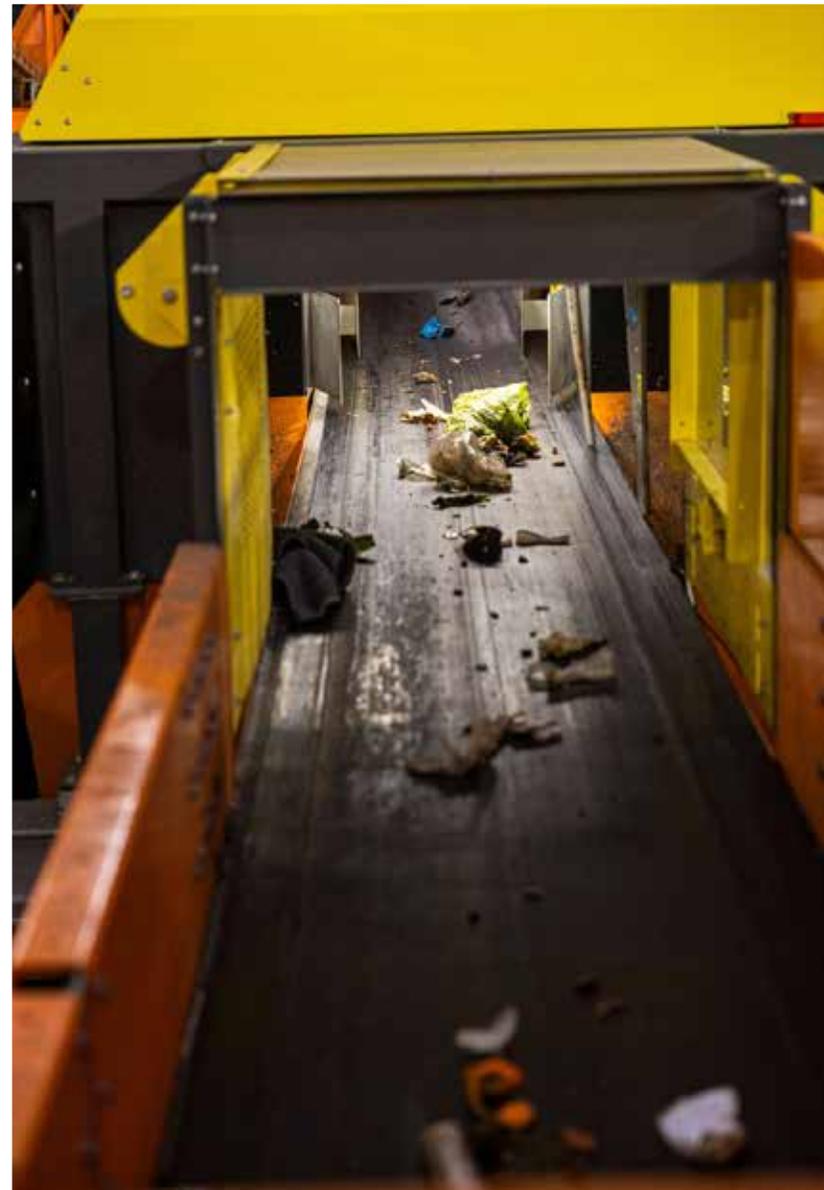
A operação tem um investimento total elegível de 7.650.337,00 € e, segundo o relatório final enviado pela entidade gestora do POSEUR, ficou classificada em 2º lugar de mérito, com uma pontuação de 4,73 valores, tendo obtido a aprovação do PO SEUR a 21 de Maio de 2020 e uma taxa de co-financiamento de 85% a fundo perdido.

O ponto de situação no final de 2023 para estas empreitadas é que as referidas unidades foram concluídas e iniciaram os testes e ensaios de operação.



*Decurso da obra de ampliação da metanização da CDA da Abrunheira.*

Iniciados os testes de operação das infra-estruturas de Tratamento Mecânico de Trajouce e Tratamento Biológico da Abrunheira.



*Equipamentos e ensaios de carga no TM de Trajouce.*

### 2.3.2. Central de Compostagem de Resíduos Verdes

A candidatura com a designação POSEUR-03-1911-FC-000226 – Central de Compostagem para Resíduos Verdes (CCRV) oriundos de Recolha Selectiva, consiste na construção de uma Central de Compostagem para Resíduos Verdes provenientes de recolha selectiva, através da requalificação dos antigos parques de compostagem da Central Industrial de Tratamento de Resíduos Sólidos (CITRS) de Trajouce.

A nova CCRV tem uma capacidade anual para tratar 50.000 t de resíduos verdes (RV), permitindo, em primeiro lugar, o tratamento da totalidade dos RV produzidos e recolhidos na área de intervenção da TRATOLIXO.

Foram instalados equipamentos fixos e adquiridos equipamentos móveis para o processamento desta tipologia de resíduos, tecnologicamente inovadores e mais eficientes, atendendo às MTD e em consonância com os BREF.

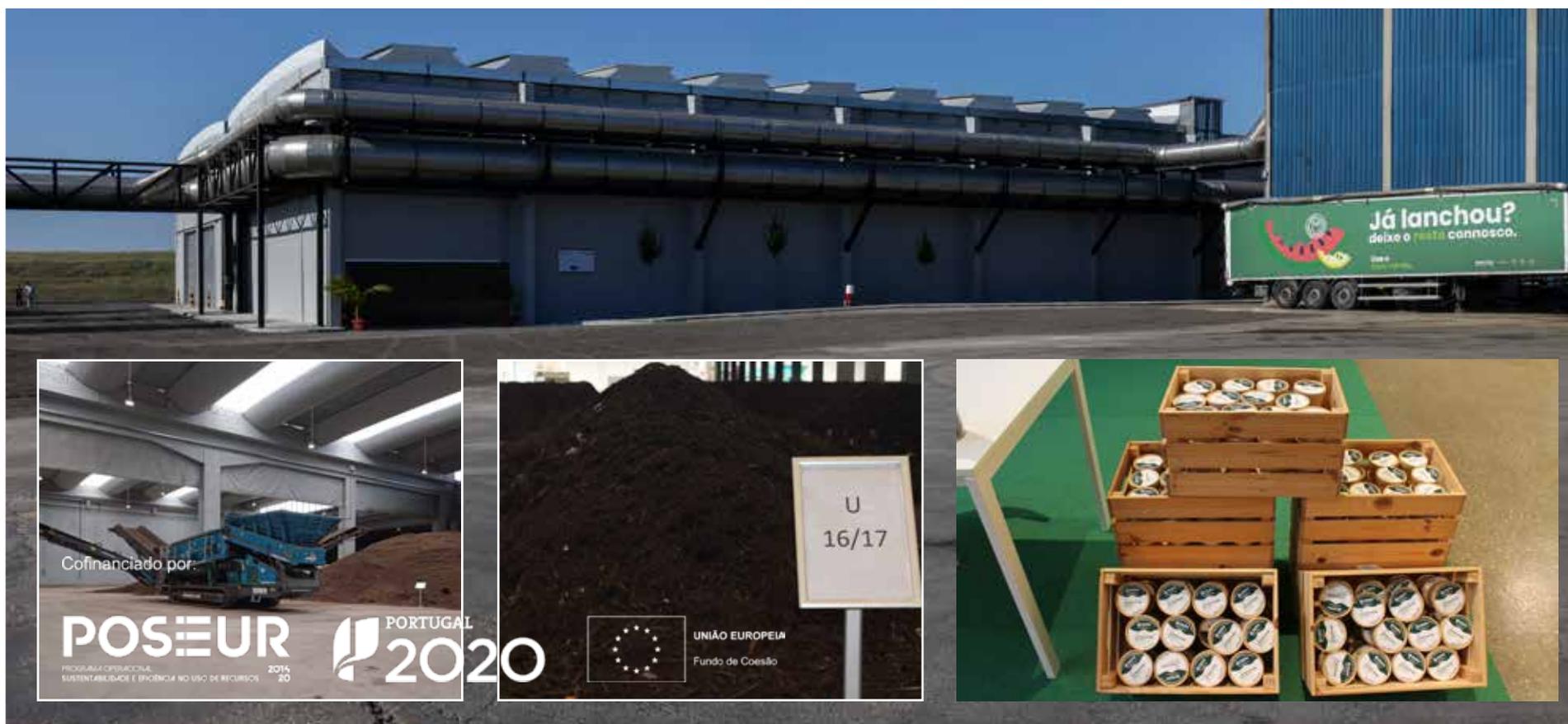
A implementação da operação resultará na produção de 15.000 t anuais de composto, o que permitirá atingir a meta do PERSU 2030 relativa à preparação para reutilização e reciclagem e contribuir fortemente para o desvio de RUB de aterro.

Esta operação teve um investimento total de 5.540.782,65 € e, segundo o relatório final enviado pela entidade gestora do PO SEUR, ficou classificada em 3º lugar de mérito, com uma pontuação de 4,50 valores, tendo obtido a aprovação do PO SEUR a 21 de Maio de 2020 e uma taxa de co-financiamento de 85% a fundo perdido.

A recepção provisória da CCRV ocorreu em Abril de 2022, contudo, tratando-se de uma unidade de tratamento biológico de resíduos não perigosos, insere-se no regime de Prevenção e Controlo Integrados da Poluição (PCIP), carecendo de licença ambiental para o seu funcionamento.

O processo de licenciamento em regime de PCIP foi favoravelmente deferido em Outubro de 2023, pelo que só a partir desta data a unidade pôde funcionar à sua capacidade nominal.

O composto obtido neste processo, o Campoverde Premium green, é um correctivo agrícola 100% orgânico, é um produto maturado, higienizado e isento de sementes ou propágulos de plantas infestantes, com autorização de colocação no mercado e está também aprovado para agricultura biológica pela DGADR.



*Nova Central de Compostagem de Resíduos Verdes de Trajouce.*

### 2.3.3. Nova Portaria Operacional de Trajouce

Ao abrigo da candidatura POSEUR-03-1911-FC-000225 – Adaptação das Unidades de Tratamento Mecânico e de Tratamento Biológico da TRATOLIXO à recolha selectiva de biorresíduos, esteve também em construção uma nova portaria operacional em Trajouce.

Atendendo a que teriam de ser ajustados os circuitos de circulação do Ecoparque de Trajouce para fazer face ao acréscimo de resíduos a tratar, à ampliação do edifício do tratamento mecânico e ao maior fluxo de resíduos a encaminhar para a Central de Digestão Anaeróbia da Abrunheira, a portaria de pesagens deste Ecoparque teve de ser realocada para junto da zona de recepção de resíduos de modo a que as circulações de viaturas afluentes e efluentes do Ecoparque de Trajouce sejam efectuadas nas melhores condições operacionais e de segurança.

A Empreitada da Nova Portaria Operacional do Ecoparque de Trajouce foi concluída no final de 2023, tendo esta infra-estrutura de apoio entrado em funcionamento, a qual permitirá ainda eliminar inúmeros constrangimentos operacionais que se vinham sentindo há longa data.



*Nova Portaria Operacional de Trajouce.*

## 2.4. Planeamento, Estratégia e Inovação

PERSU 2030 e Plano de Acção Intermunicipal do PERSU 2030

Em 2023 foi publicado o tão aguardado PERSU 2030, por via da Resolução do Conselho de Ministros n.º 30/2023 de 24 de Março, documento basilar para dar continuidade à estratégia nacional de resíduos urbanos no novo ciclo de planeamento que terminará em 2030.

Este documento, que esteve em consulta pública até Maio de 2022, irá nortear a actuação do sector nesta década, permitindo dar continuidade à aplicação da política nacional de gestão de resíduos urbanos em linha com as orientações comunitárias relativas à prevenção, reciclagem e outras formas de valorização de resíduos, e do uso sustentável de recursos.

As metas ambientais para o País são extremamente ambiciosas e exigentes, nomeadamente no respeitante à preparação para reutilização e reciclagem e ao desvio de resíduos de aterro.

Os novos objectivos emanados da legislação europeia são obrigatórios e implicam reciclar 55% em 2025, 60% em 2030, e 65% em 2035, do total dos resíduos urbanos produzidos. A meta de deposição em aterro desce radicalmente e não vai poder ultrapassar os 10% já em 2035.

Face aos anteriores instrumentos de planeamento, o PERSU 2030 é um documento estratégico e evolutivo de 4ª geração que apresenta, como novidade para este ciclo estratégico, a obrigatoriedade da recolha selectiva de biorresíduos já a partir de 1 de Janeiro de 2024.

O novo Plano focaliza-se na prevenção da produção de resíduos e traça como objectivo para 2030 a manutenção da produção total de Resíduos Urbanos (RU) atingida em 2019, assim como a maximização da recuperação de resíduos para reciclagem e valorização – especialmente a fracção multimaterial e os biorresíduos, que representam uma enorme relevância para atingir a meta nacional de preparação para reutilização e reciclagem.

A adopção de uma estratégia concertada, eficaz e adequada, devidamente munida das melhores práticas e tecnologias disponíveis, apresenta-se como solução

que se impõe implementar, de modo a promover a necessária alteração de hábitos de separação e preparação para reciclagem, bem como o aumento da eficiência processual de tratamento de resíduos conducente à melhoria da qualidade dos materiais recicláveis.

O PERSU 2030 estabelece também metas específicas a atingir por cada Sistema de Gestão de Resíduos Urbanos (SGRU), relativas à meta de preparação para reutilização e reciclagem face ao total de resíduos produzidos – de modo que o país atinja, em 2030, o valor de 60% face ao total de resíduos produzidos – bem como à meta de prevenção da produção de resíduos.

Em 2023 foram por isso promovidas pela APA reuniões com os diversos SGRU e os municípios, nas quais se debateu a trajectória de progressão anual das recolhas selectivas de biorresíduos e multimaterial.

Está, assim, patente no PERSU 2030 que a responsabilidade pelo seu cumprimento deverá ser solidária entre os SGRU e os Municípios, sendo, portanto, imperativo garantir a articulação entre estas entidades.

Para um caminho com êxito e de modo a operacionalizar o referido plano no território do Sistema AMTRES, a TRATOLIXO promoveu um Grupo de Trabalho em articulação com a gestão em baixa, os seus municípios, para definir a estratégia conjunta e elaborar o seu Plano de Acção Intermunicipal do PERSU 2030, devidamente alinhado com os respectivos PAPERSU 2030 dos seus municípios.

Tal como previsto na legislação, o PAPERSU 2030 da TRATOLIXO foi submetido a participação pública no final do ano de 2023.

## **TRATOLIXO promove a participação pública para elaboração do PAPERSU 2030**

### **Acompanhamento de processos legislativos em curso**

O sector está a vivenciar uma fase dinâmica, na qual se encontra perante um momento de definição e clarificação legislativa de várias temáticas ligadas aos resíduos mas não só, encontrando-se a TRATOLIXO a acompanhar os desenvolvimentos nestas matérias legislativas.

Se, por um lado, no final do ano a vigência das licenças atribuídas às entidades gestoras de sistemas integrados de gestão de fluxos específicos de resíduos foi prorrogada até 30 de Junho de 2024 – através da publicação do Despacho n.º 13288-D/2023 de 29 de Dezembro – permitindo a manutenção do funcionamento dos respectivos sistemas, aguarda-se com expectativa a aprovação do novo regime legal da gestão de fluxos específicos de resíduos (UNILEX).

Este diploma vem instituir novos fluxos ao abrigo da responsabilidade alargada do produtor, nomeadamente o fluxo de mobílias e resíduos de mobílias, tendo em vista minimizar o impacte destes resíduos no ambiente e na saúde e promover a transição para uma economia circular.

O referido enquadramento jurídico lança ainda desafios e oportunidades para outros novos fluxos como o dos têxteis, cuja recolha selectiva terá de avançar até 2025, ou dos vários fluxos que decorrem da aplicação da directiva comunitária de plásticos de uso único (Directiva SUP).

O modelo de funcionamento do Sistema de Depósito e Reembolso (SDR) para embalagens de bebidas – que está previsto na legislação desde 2018 e facilitará a reciclagem sobretudo de garrafas de bebidas – também será clarificado na revisão do UNILEX, para que possa ser lançado o concurso para a atribuição da nova licença com todos os detalhes do modelo e as suas implicações nos vários agentes – produtores, municípios e SGRU.

O SDR constituirá um instrumento essencial para alcançar as metas de reciclagem de resíduos de embalagens, com impacto positivo nas taxas de recolha, na qualidade do material recolhido e na qualidade dos materiais reciclados, gerando oportunidades para o sector da reciclagem e para o mercado de materiais reciclados, para além de contribuir para a redução dos custos com a limpeza urbana.

Também se prevê rever o modelo económico que determina os valores de contrapartida pagos pelas entidades gestoras do Sistema Integrado de Gestão de Resíduos de Embalagens (SIGRE).

No início do ano foi ainda publicado o Decreto-Lei n.º 11/2023 de 10 de Fevereiro, conhecido como SIMPLEX Ambiente, que procede à reforma e simplificação dos licenciamentos ambientais e veio alterar, entre outros, o Regime Geral de Gestão de Resíduos (RGGR) e o Regime Jurídico de Deposição de Resíduos em Aterro (RJdra), aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 102-D/2020 de 10 de Dezembro.

Não obstante as alterações introduzidas por aquele Decreto-Lei, verificou-se ser imprescindível rever o RGGR, por forma a completar a transposição da Directiva

(UE) 2018/851 do Parlamento Europeu e do Conselho de 30 de Maio de 2018, que altera a Directiva Quadro dos Resíduos, por necessidade de proceder à actualização de algumas disposições e reforçar a articulação com outros regimes jurídicos, para além da necessidade de efectuar actualizações ao RGGR, de modo a garantir a compatibilização das normas de gestão de resíduos com os objectivos e medidas preconizadas no PERSU 2030 e no Plano Nacional de Gestão de Resíduos (PNGR) – este último aprovado na Resolução do Conselho de Ministros n.º 31/2023 de 24 de Março.

O RGGR foi sujeito a consulta pública, aguardando-se à data a sua publicação.

Também em Fevereiro, foi colocado em discussão pública um projecto legislativo sobre a criação do Mercado Voluntário de Carbono (MVC) em Portugal e suas regras de funcionamento.

Atendendo à pertinência do tema para a redução de emissões de GEE nacionais e cumprimento dos ambiciosos objectivos governamentais de descarbonização do País, não estando o sector dos resíduos contemplado na redacção deste projecto de lei e face ao elevado potencial da TRATOLIXO de não emissão de toneladas de metano decorrente do processo de tratamento de resíduos praticado na CDA da Abrunheira, a empresa participou na consulta pública deste diploma.

Foi proposto que esta legislação alargasse o âmbito de sectores de actividade e projectos alvo de elegibilidade, de modo a incluir o sector dos resíduos – nomeadamente, a produção de biogás a partir do tratamento biológico de resíduos orgânicos e as respectivas emissões evitadas no processo – como possível tipologia de projecto a ser alvo deste instrumento financeiro, tendo por convicção que o projecto de recolha selectiva de biorresíduos em saco óptico da TRATOLIXO poderá ajudar fortemente a contribuir para atingir a ambiciosa meta de neutralidade carbónica antecipada pelo País para 2045.

### **Projectos de Inovação, Desenvolvimento e Sustentabilidade**

O cidadão é uma peça fundamental para o sucesso das políticas estratégicas de resíduos, pelo que a sua sensibilização e envolvimento numa participação mais activa requer-se necessária, para uma mudança comportamental de hábitos de separação que permitam a diminuição da produção de resíduos, o aumento das

recolhas selectivas de fracções valorizáveis, a redução da recolha de resíduos indiferenciados e, subsequentemente, o decréscimo do encaminhamento de resíduos para aterro, objectivos preconizados no PERSU 2030.

Por este motivo, a TRATOLIXO continuou a desenvolver em 2023 projectos de I&DT com parceiros vários que incrementam o grau de conhecimento dos cidadãos sobre os resíduos e que fomentam a deposição selectiva de resíduos.

São disso exemplo o **Projecto SimRecicla**, desenvolvido pela TRATOLIXO em parceria com o Centro de Estudos em Inovação, Tecnologia e Políticas de Desenvolvimento do Instituto Superior Técnico e a empresa 3drivers, e que contou com o financiamento da SPV.

O Projecto SimRecicla consiste num conjunto pioneiro de simuladores que ajudam a conhecer de forma detalhada e completa todo o processo de gestão de resíduos e o ciclo de vida das embalagens.

Este projecto inclui três simuladores, com diferentes objectivos, que respondem às seguintes dúvidas:

- **Onde coloco a minha embalagem** – simulador que calcula o impacte das práticas de separação e encaminhamento dos resíduos de embalagens;
- **Quero melhorar a reciclabilidade de uma embalagem** – simulador cujo propósito é calcular o impacte das opções de produção, materiais e componentes adotados;
- **Quero otimizar uma linha de triagem** – simulador que tem por objectivo calcular a recuperação de materiais numa linha de triagem de embalagens, de acordo com a sequenciação de diferentes operações e equipamentos.



O SimRecicla é, enquanto ferramenta digital única no mundo, uma solução adequada às necessidades de diferentes intervenientes e consumidores, que reforça a literacia sobre reciclagem e possibilita a alteração de comportamentos, sendo também um recurso que poderá ser replicado a nível nacional e internacional.

O Projecto SimRecicla foi lançado em Julho, estando os simuladores online na webpage da TRATOLIXO, podendo ainda ser descarregados para o telemóvel (através de sistema Android) através do site, funcionando como uma aplicação que está sempre disponível e apenas à distância de um clique.

Outro projecto de Inovação no qual a TRATOLIXO está envolvida é a campanha **“Mafra Reciclar a Valer+ Rua a Rua”**.

Esta campanha está associada à implementação de um projecto-piloto a ser desenvolvido pelo município de Mafra, no domínio de processos que permitem potenciar a triagem e reciclagem das embalagens de plástico, de metal e de vidro, através duma solução tecnológica inovadora a qual, com a instalação de um dispositivo de leitura nos ecopontos amarelo e verde, permitirá adoptar um sistema de incentivo financeiro para o cidadão.

A TRATOLIXO ficará responsável pelas necessárias caracterizações dos resíduos recebidos no âmbito deste projecto, que visa incrementar as taxas de recolha selectiva das embalagens, estando a sua implementação no terreno prevista para 2024.



Em 2023 continuou-se também a desenvolver trabalho na óptica de projectos associados aos Sistemas de Incentivo.

Tendo como objectivo a análise de viabilidade de manutenção na esfera municipal do futuro Sistema de Depósito e Reembolso (SDR) de embalagens de bebidas

não reutilizáveis de plástico, metal ou vidro, em 2023 o município de Mafra deu continuidade ao seu projecto desenvolvido neste âmbito: o **Projecto Mafra Reciclar a Valer +**, co-financiado pelos EEAGrants.

O projecto MAFRA Reciclar a Valer +, promovido pela Câmara Municipal de Mafra, tem como parceiros a TRATOLIXO, a Novo Verde, a Electrão, o Instituto Superior Técnico e a 3drivers e tem como objectivo criar um laboratório vivo de sistemas de incentivo, que permita testar diferentes soluções tecnológicas e monitorizar os seus resultados, contribuindo para aumentar o conhecimento sobre estes sistemas e promover a sua eficácia e eficiência económica no sentido de preparar a implementação do sistema de depósito.

Foi constituído por vários elementos:

- 1) Diferentes tipologias de equipamentos de depósito, de forma a identificar os mais adequados para diferentes localizações e diferentes grupos de utilizadores;
- 2) Tecnologias de sensorização e de inteligência artificial que permitam obter informação sobre a eficácia e eficiência do sistema;
- 3) Plataforma de monitorização da rede de equipamentos em tempo real, com gestão automática das operações de recolha.

O projecto engloba a recolha de embalagens de PET e metal através do sistema de incentivo de embalagens (máquinas de reverse vending), que decorre em diferentes pontos do Município de Mafra, como escolas e superfícies comerciais.

Este projecto visa ainda promover a correcta utilização destes sistemas através de uma campanha de sensibilização que percorre o concelho de Mafra com eventos em lojas e mercados, em escolas e outros locais junto das comunidades próximas. O projecto permite recolher indicadores de percepção dos cidadãos relativamente às soluções e responder a questões chave como o valor associado ao incentivo, acessibilidade dos equipamentos, entre outras. Pretende-se ainda que o conhecimento acumulado seja disponibilizado de forma aberta a todos os interessados, promovendo o desenvolvimento e implementação de redes ou sistemas de depósito mais eficazes e eficientes.

O Projecto inicial teve um investimento total de 840,000.00€ e obteve a aprovação dos EEA Grants com um financiamento global de 642.000,00€. O financiamento

dos EEAGrants terminou em Julho de 2022, tendo-se celebrado novo protocolo entre os parceiros por forma a dar sucessão ao projecto-piloto inicial com o intuito de dar seguimento ao estudo dos sistemas de incentivo, testando diferentes soluções tecnológicas e logísticas, monitorizando os resultados e contribuindo para o aumento do conhecimento sobre estes sistemas, promovendo assim a sua eficiência e eficácia.

Também de modo a fomentar o incremento das recolhas selectivas e desvio de resíduos de aterro, mas numa óptica igualmente direccionada para a temática da Sustentabilidade, a empresa manteve em 2023 a participação nos Projectos “Blue Circular Postbranding”, “Green Cork” e “Reciclagem de Cápsulas de Café”.

O **Projecto “Blue Circular Postbranding”** é um projecto-piloto na Capitania do Porto de Cascais que decorre em parceria com o projecto “A Pesca por um Mar sem lixo” promovido pelo Ministério do Mar e desenvolvido pela Docapesca / Associação Portuguesa do Lixo Marinho (APLM) nos portos de pesca de Cascais e da Ericeira, que visa melhorar a gestão de resíduos a bordo das embarcações de pesca e sensibilizar os pescadores para a importância da adopção ou manutenção das boas práticas ambientais, de modo a melhorar as condições ambientais da zona costeira e a preservação dos ecossistemas marinhos portugueses.

Este projecto é uma proposta de Economia Circular Azul, em que o desperdício de recursos é recriado em novas marcas por um processo de transição e de participação activa, que motiva todos os actores da cadeia de valor.

Nos portos de pesca da Ericeira e de Cascais, a comunidade piscatória é envolvida na deposição selectiva de redes de pesca, artefactos de pesca e de lixo marinho recolhido a bordo das embarcações em Ecopontos Marítimos criados para o efeito.

A TRATOLIXO armazena, caracteriza e descontamina – quando necessário – o material entregue, encaminhando-o posteriormente para a Ambibérica (parceiro reciclador), a qual produz, a partir destas redes de pesca em parceria com a Aquafil, um fio têxtil 100% reciclado através de um processo completamente inovador sobre a marca ECONYL®, cujas aplicações na indústria têxtil são variadas e já foi utilizado por diversas marcas de referência no mundo da moda.

Em 2023 foram já enviados mais de 1.000 kg de redes de pesca para reciclagem na parceira Ambibérica.

O **Projecto “Green Cork”** é um projecto desenvolvido pela QUERCUS em parceria com a Corticeira Amorim para recolha de rolhas de cortiça destinadas a reciclagem, que conta já com diversos parceiros a nível nacional e bastante visibilidade.

A nível do Sistema AMTRES, o projecto decorre através duma parceria criada entre a TRATOLIXO e a CascaisAmbiente, com o objectivo de incentivar a reciclagem, contribuir para a redução da produção de resíduos numa óptica de promoção de economia circular, estimular a exploração responsável da floresta portuguesa através do incentivo à reflorestação nacional e promover a sensibilização da população.

Este projecto permitiu em 2023 encaminhar cerca de 1 t de rolhas de cortiça para reciclagem.



Já o **Projecto de Reciclagem de Cápsulas de Café** resulta duma parceria criada entre vários comercializadores de café – Nestlé, Delta, MZBI, UCC e a Associação Industrial e Comercial do Café (AICC) – a Cascais Ambiente e a TRATOLIXO, o qual permite dar uma nova vida às cápsulas de café usadas.

A TRATOLIXO recebe as cápsulas de café depositadas selectivamente pelos cidadãos na rede de ecocentros móveis de Cascais, encaminha as mesmas para o reciclador SAICA, efectua caracterizações aos resíduos recepcionados e realiza análises da biodegradabilidade destes resíduos.

Os componentes de metal e plástico serão transformados em novos objectos, enquanto a borra de café é convertida em composto orgânico para uso agrícola.

Durante o ano de 2023 foram recolhidas cerca de 10 t e encaminhadas para reciclagem.



Também na óptica da Sustentabilidade, no final de 2023 a TRATOLIXO tornou-se entidade signatária da **iniciativa act4nature Portugal**, iniciativa promovida pelo BCSD Portugal no âmbito do act4nature international, lançada em França em 2018 com o objectivo de mobilizar as empresas a proteger, promover e restaurar a biodiversidade.

Com a adesão a esta iniciativa mobilizadora das empresas portuguesas, a TRATOLIXO subscreveu os 10 Compromissos Comuns do act4nature aplicáveis a todas



as organizações signatárias e assumiu um conjunto de compromissos individuais SMART alinhados com a sua actividade – formalizados ao nível da estratégia e da execução de vários projectos de apoio à biodiversidade, que irão decorrer no biénio 2024-2026.

Os compromissos individuais da TRATOLIXO podem ser consultados aqui:

[https://bcsdportugal.org/wp-content/uploads/2023/12/act4nature-Portugal\\_Novos-Compromissos-2023\\_PT.pdf](https://bcsdportugal.org/wp-content/uploads/2023/12/act4nature-Portugal_Novos-Compromissos-2023_PT.pdf)

Na vaga de adesão de 2023, juntaram-se 8 empresas: ALDI Portugal, Banco BPI, Gaiurb, Galp, Grupo Brisa, TRATOLIXO, Transportes Urbanos de Braga (TUB) e VINCI Energies Portugal.

Desta forma, a TRATOLIXO dá mais um passo na sua busca por inovação interna, ao estabelecer a biodiversidade como temática de participação estratégica activa na empresa.

A empresa irá, assim, desempenhar um papel crucial na manutenção de ecossistemas estáveis e resilientes, através do desenvolvimento de novas dinâmicas em termos de responsabilidade social corporativa.

Atendendo à sua estratégia de constante inovação, desenvolvimento e procura de soluções ambientalmente sustentáveis, a TRATOLIXO participou enquanto parceira de experimentação industrial, no Projecto Mobilizador “Move2LowC – Combustíveis de base biológica”, co-financiado pelo Programa COMPETE 2020.



Este projecto foi liderado pela A4F – Algafuel, S.A. e almejava a produção de biocombustíveis a partir de diferentes tipos de biomassas – microalgas, biomassa florestal residual e efluentes industriais.

Em 2023 foi promovida a sessão de demonstração pública do ponto de situação e resultados do Projecto, de carácter pioneiro e inovador em termos de aplicações de energia renovável de baixo carbono para a mobilidade, em situações em que a mobilidade eléctrica apresenta limitações – como o caso dos transportes pesados de mercadorias e de passageiros, do transporte marítimo e da aviação.

Tendo o projecto decorrido na sua fase de experimentação laboratorial durante o período de pandemia, não foi possível proceder à fase de testes à escala industrial.

Contudo, a TRATOLIXO espera que o know-how e contactos adquiridos no âmbito deste projecto permitam a criação de sinergias empresariais e científicas, para um maior aproveitamento de recursos internos existentes e redução de custos na gestão de resíduos, em consonância com a Economia Circular e Desenvolvimento Sustentável e em estreito alinhamento com as agendas nacionais e europeias de Inovação, Transição Climática e Transição Energética.

### Participação em Grupos de Trabalho sobre temáticas do sector

De forma a aumentar a capacidade do esforço individual na concretização das metas nacionais e comunitárias de gestão de resíduos, torna-se fundamental assu-

mir compromissos que acelerem o atingimento das mesmas e estar integrada em iniciativas transversais a toda a cadeia de valor.

Neste sentido, a TRATOLIXO, como entidade de relevo no sector, participa activamente num conjunto de Grupos de Trabalho internos e externos.

No âmbito de grupos de trabalho internos, já foram referidos neste relatório a dinamização do GT dos Biorresíduos e o GT do PAPERSU 2030, agilizados com a participação de técnicos internos e de todos os municípios do Sistema para acompanhamento e definição das acções a desenvolver sobre estas temáticas.

## 2.5. Monitorização, Avaliação e Melhoria

Atendendo às exigências cada vez maiores que se colocam na área da Gestão de Resíduos a TRATOLIXO decidiu aderir, de forma voluntária, às normas internacionais de gestão de sistemas, com vista à implementação de um Sistema Integrado de Gestão (SIG) da Qualidade, Ambiente e Segurança. O âmbito proposto contempla todos os processos da empresa envolvidos nas actividades de gestão e tratamento dos RU e todas as unidades da empresa.

Em 2023 o Organismo Certificador, Apcer, considerou estarem reunidas todas as condições para conceder a manutenção da certificação ao Sistema de Gestão Integrado da Qualidade, Ambiente e Segurança da TRATOLIXO. Assim, a TRATOLIXO atingiu o objectivo ao qual se tinha proposto.

A certificação do Sistema de Gestão Integrado da TRATOLIXO continua a ser um reflexo da aposta constante da empresa em melhorar continuamente os seus processos, procedimentos e práticas de trabalho, por forma a garantir a satisfação das necessidades e as expectativas das partes interessadas e eliminar, sempre que possível, ou minimizar os riscos ocupacionais e os aspectos ambientais significativos.





Numa perspetiva de melhoria contínua e de cumprimento de vários requisitos legais ambientais, a empresa executa a monitorização dos seus processos, o que abrange a caracterização dos resíduos entrados no SGRU, o controlo da actividade em termos de desempenho ambiental e processual, bem como a análise e melhoria da qualidade do produto final gerado, traduzindo-se no aumento da satisfação do cliente e da qualidade do serviço prestado.



## 2.6. Licenciamento e Requisitos Legais

O processo dos licenciamentos e requisitos legais garante que a TRATOLIXO desenvolve a sua actividade com a devida legitimação por parte das diferentes entidades competentes nas diversas matérias de actuação da empresa, sempre em conformidade com os requisitos legais aplicáveis à sua actividade.

Este é um dos temas mais importantes para a empresa, que consiste na instrução dos pedidos de licenciamento, análise e verificação transversal da aplicabilidade da legislação à TRATOLIXO, bem como à análise dos projectos de lei relacionados com a sua actividade.

Em 2023 há a registar a emissão do Título Provisório resultante do pedido de alteração do licenciamento ambiental único da instalação Ecoparque de Trajouce (TUA20200423000137), por forma a incluir as alterações preconizadas nesta infra-estrutura, enquadradas na estratégia definida pela TRATOLIXO com vista a

assegurar o tratamento da totalidade dos resíduos produzidos no sistema AMTRES, designadamente, a nova Central de Compostagem de Resíduos Verdes provenientes da recolha selectiva e a adaptação do Tratamento Mecânico de Trajouce à Recolha Selectiva de Biorresíduos.

Há ainda a destacar a emissão do Título Ambiental resultante do novo pedido de licenciamento ambiental único da instalação Ecoparque da Abrunheira (TUA20220606001126), bem como a subsequente instrução do pedido de alteração de licenciamento de ambiente da instalação por forma a incluir as alterações preconizadas nesta infra-estrutura, também elas enquadradas na estratégia definida para assegurar o tratamento da totalidade dos resíduos produzidos no sistema AMTRES, nomeadamente, a requalificação dos equipamentos da etapa de afinação e a ampliação da capacidade de tratamento biológico da Central de Digestão Anaeróbia.



## 2.7. Contratação Pública

A Divisão de Aprovisionamento e Contratação Pública (ACP) contempla o serviço de compras e armazéns da TRATOLIXO, assegurando o fornecimento de bens e serviços a toda a estrutura orgânica, a gestão de contratos e de stocks, trabalhando, em articulação com as áreas e o Gabinete Jurídico da empresa, na preparação dos procedimentos, tramitação e respectiva publicitação na plataforma electrónica de compras públicas “vortal.gov” e no portal dos contratos públicos “base-gov”, de acordo com os princípios legais que regem as compras públicas.

Todos os Concursos Públicos lançados pela TRATOLIXO são publicados na plataforma electrónica de compras públicas “vortal.gov”, no Diário da República e no Jornal Oficial da União Europeia (JOUE), este último, caso o valor base do procedimento seja superior aos limiares europeus definidos para efeitos de publicação obrigatória no JOUE.

Após a respectiva conclusão, os procedimentos são publicitados no portal dos contratos públicos “base-gov”.



Em 2023, o contexto bastante adverso que já se vivia durante o ano de 2022 com a Guerra da Ucrânia manteve-se, bem como os consequentes desafios para o ACP poder dar resposta às crescentes necessidades de aquisição de bens e serviços da TRATOLIXO, num quadro de grande escassez de produtos e serviços no mercado e dificuldade na obtenção de respostas por parte dos fornecedores.

A conjuntura internacional continuou a ser de pressão nos mercados internacionais no sentido de aumento dos preços das matérias-primas, transporte e

combustíveis, com impacto no preço dos bens e serviços, imprescindíveis à prossecução da actividade da TRATOLIXO, o que dificultou a preparação e obtenção de propostas admissíveis no âmbito dos procedimentos de formação de contratos, terminando alguns deles desertos, obrigando a um esforço redobrado da área em termos de alocação de tempo e de recursos humanos.

No entanto, apesar desta conjuntura e de muitos fornecedores continuarem com dificuldade em manter os preços contratualizados, levando mesmo à rescisão de alguns contratos vigentes celebrados com a TRATOLIXO, nomeadamente em bens com grande oscilação de preços – como sejam os produtos químicos, produtos com componentes de aço, entre outros – e em serviços fortemente dependentes do preço dos combustíveis, eletricidade e outros, a taxa de crescimento dos preços abrandou face a 2022 (em 2023, o Índice de Preços no Consumidor registou uma variação média anual de 4,3%, inferior à taxa de 7,8% registada no conjunto do ano 2022).

Esta desaceleração de preços tem permitindo, ainda que, de forma gradual e pontual, i.e. em apenas alguns casos, retomar a política de adoção de contratos plurianuais, política esta que tem como objectivo a celebração de contratos mais abrangentes, de maior duração, o que permite que o processo de contratação seja mais eficiente, exigindo o lançamento e tramitação de um menor número de procedimentos e possibilitando a obtenção de economias de escala e a minimização do tempo e dos custos inerentes à preparação e tramitação dos procedimentos e à gestão dos respectivos contratos.

Neste contexto, o número de procedimentos publicitados pela TRATOLIXO no portal de contratos públicos Base.gov foi de 109 procedimentos, inferior ao número de procedimentos registados naquele portal em 2022 e o número de Notas de Encomenda foi de cerca de 5.400.

## 2.8. Sistemas de Informação

A Missão do Gabinete de Sistemas de Informação (GSI) consiste no alinhamento da tecnologia à estratégia da TRATOLIXO.

Este gabinete pretende contribuir directamente para a satisfação e valorização pessoal e profissional de todos os trabalhadores da empresa, incentivar uma

cultura de aprendizagem e de partilha de conhecimento, bem como otimizar performances através de processos e serviços de elevada qualidade e inovação que garantam a excelência e a criação de valor para a TRATOLIXO.

De acordo com a Lei n.º 46/2018 de 13 de Agosto que estabelece o regime jurídico da segurança do ciberespaço, transpondo a Directiva (UE) 2016/1148, do Parlamento Europeu e do Conselho de 6 de Julho de 2016, relativa a medidas destinadas a garantir um elevado nível comum de segurança das redes e da informação em toda a União, a actividade da TRATOLIXO é classificada perante a referida lei como operador de infra-estruturas críticas, operador de serviços essenciais e que se aplica a qualquer entidade que utilize redes e sistemas de informação.

Estrategicamente, a TRATOLIXO encontra-se a desenvolver um conjunto de medidas para alinhamento com a referida lei, entre as quais a execução de todos os procedimentos para obtenção de certificação digital em Cibersegurança.

Para atingir todo este alinhamento, a estratégia do GSI está assente na procura de melhoria contínua visando, através da eficácia da actuação, obter ganhos de competitividade transversais à empresa com o propósito de contribuir para um posicionamento de referência no mercado onde actua, respeitando uma conduta baseada na ética profissional e na integridade do cumprimento de todas as obrigações legais e morais e sempre com o alinhamento normativo relativo à segurança do ciberespaço da União.

O GSI tem como aspiração ser uma referência de excelência no serviço prestado e um modelo de boas práticas no sector das Tecnologias de Informação e Comunicações (TIC), através da oferta de serviços inovadores e abrangentes, baseados em elevados critérios de qualidade, que auxiliem a tomada de decisão e por conseguinte o cumprimento da estratégia definida.

Em Abril de 2023 o GSI deparou-se com um incidente de cibersegurança com impacto muito grave, o qual provocou a paragem de todos os sistemas de informação da empresa e resultou em alguns dias de perda de informação.

Prontamente foi definido um plano de contingência para resolução imediata do incidente, em conjunto com as autoridades judiciais e junto da Autoridade Nacional de Cibersegurança, com vista à recuperação dos serviços possíveis, atingindo-se a sua plena capacidade de performance e colmatando as vulnerabilidades

identificadas até Dezembro de 2023.

Das principais iniciativas realizadas em 2023 no domínio deste gabinete destacam-se de seguida:

- Integração de sistemas de informação e comunicações, acompanhamento de arranque do novo TM de Trajouce em Novembro;
- Integração de sistemas de informação e comunicações, acompanhamento ao arranque da nova Portaria de pesagens de Trajouce;
- Implementação de nova infra-estrutura de Comunicações de Voz e segregação do circuito de dados entre delegações;
- Levantamento de Cibersegurança, com vista a implementação de uma nova arquitectura de infra-estrutura de dados e Datacenters alinhada com as normas NISI e NISII do regulamento jurídico de Cibersegurança.



## 2.9. Comunicação e Imagem

### Publicações

No âmbito desta ferramenta comunicativa destaca-se a publicação da Newsletter do 1º semestre de 2023 da TRATOLIXO, a preparação da 2ª newsletter de 2023 e a publicação de Newsletter digital; suportes de comunicação e anúncios para publicação em media diversos.



### Audiovisuais e Multimédia

Inseridos nesta tipologia de meio de comunicação, em 2023 foram efectuadas publicações de conteúdos nas plataformas digitais de comunicação da TRATOLIXO (Facebook, Instagram e LinkedIn); foi produzido um filme didáctico sobre aterros para o público escolar; produziu-se um curto filme/anúncio apoiado pela SPV para publicitação na plataforma PLAYCE sobre a deposição correcta de resíduos, com destaque para o fluxo orgânico com recurso ao saco verde; igualmente produzido um filme ilustrativo sobre a actividade da TRATOLIXO focado na circularidade; manteve-se a rubrica de sensibilização nas rádios locais “Minuto TRATOLIXO” com conteúdos informativos sobre resíduos.

## Participação em Eventos e Feiras



Em 2023 a TRATOLIXO voltou a apoiar e a marcar presença em diversos eventos temáticos sobre o ambiente, tais como o Dia da Criança (Oeiras), evento “Há Festa no Parque” (Maфра), evento “SintrAmbiente’22 – Feira do Ambiente e Sustentabilidade” (Sintra), Campanha “Reciclar é a Nossa Praia” (Cascais, Maфра, Oeiras e Sintra) promovida pela Novo Verde e inserida no Dia Nacional de Limpeza Costeira, FexpoMalveira (Maфра) e Greenfest (Cascais).

Para além destes eventos municipais, a empresa foi mais uma vez Coordenadora Regional da Semana Europeia de Prevenção de Resíduos (SEPR), dedicada em 2023 à temática “Embalagens: Não te deixes embrulhar!”.

A TRATOLIXO participou também no 5º Encontro Nacional de Limpeza Urbana (Cascais), esteve presente na Conferência “O Peso dos Biorresíduos” (Cascais), na Conferência “Sustentabilidade nas Empresas: impulsionar a mudança de dentro para fora” (Maфра), no Seminário organizado pela APEMETA dedicado ao tema “PERSU 2030 – Desafios Futuros para o Sector dos Resíduos em Portugal” (Mirandela), no 10º Congresso 4US (Almada) organizado pela Ecozoic e destinado aos estudantes do Departamento de Ciências e Engenharia do Ambiente da FCT NOVA, no 17.º Fórum Resíduos – evento nacional dedicado especificamente ao tema dos resíduos e organizado pela Revista Água e Ambiente – entre outros eventos.

## Visitas

Em 2023 continuaram a promover-se visitas à TRATOLIXO, acolhendo várias visitas de estudo e visitas técnicas às instalações da empresa, provenientes de enti-



*Participação da TRATOLIXO no 5º Encontro Nacional de Limpeza Urbana, no dia do Pescador, na Conferência "O Peso dos Biorresíduos", no "Há Festa no Parque" e no Greenfest*

dades escolares, empresas, entidades nacionais diversas, delegações internacionais e comitivas municipais.

### Acções de sensibilização

A empresa ainda promoveu o desenvolvimento das acções de sensibilização nas escolas do Sistema AMTRES, incidindo sobre o impacto do consumo, correcta

separação de resíduos e reciclagem.

Destaque ainda para uma acção formação e workshop financiada pela SPV sobre os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), com vários colaboradores convidados, abrangendo e representando de forma global as áreas de actividade da empresa.

Foi analisado inicialmente o contributo actual da empresa, para os diferentes ODS, considerando práticas, acções e projectos já existentes.

### **Projectos**

Para além do desenvolvimento de campanhas de sensibilização específicas e dedicadas para os vários projectos em curso na TRATOLIXO e para os projectos nos quais a empresa participa – tais como o Projecto dos Sacos Ópticos Verdes e o Projecto Mafra a Reciclar +, a empresa participou no lançamento do Projecto SimRecicla, disponibilizando-o para utilização dos diferentes grupos de utilizadores no seu site.

## **2.10. Apoio Social**

No ano de 2023, a empresa manteve o seu habitual e importante contributo no domínio social para com a sua comunidade envolvente através de campanhas solidárias.

Neste âmbito recebeu 16,4 t de resíduos valorizáveis e efectuou a correspondente atribuição de apoio a várias instituições de solidariedade social.

## **2.11. Gestão de Recursos Humanos**

O maior activo da TRATOLIXO são os seus trabalhadores.

Assim sendo, as actividades associadas a esta área são realizadas com o objectivo de promover o apoio e a informação a todos os trabalhadores da empresa, com

qualidade e profissionalismo e de forma humanizada, proporcionando entre outros âmbitos, formação com a finalidade de qualificar e atribuir competências aos trabalhadores, contribuindo para a satisfação e motivação no local de trabalho.

Por outro lado, a empresa desde há muito que se preocupa com a eliminação de todas as manifestações de discriminação que possam eventualmente existir, tendo-se comprometido a trabalhar para a igualdade de oportunidades para todos os seus trabalhadores, independentemente do seu género, nacionalidade, raça, religião e idade.

De facto, a TRATOLIXO considera que a prossecução de políticas activas de igualdade entre homens e mulheres é um dever que decorre da sua responsabilidade social.

Neste sentido, foi criado o Plano de Igualdade da TRATOLIXO, considerando a importância do contributo das organizações para uma sociedade mais inclusiva e democrática, aplicando-se a todos os trabalhadores, homens e mulheres, pretendendo-se que todos sintam equidade de tratamento e igualdade na sua valorização enquanto pessoas e enquanto profissionais.

A estratégia da TRATOLIXO passa igualmente por efectuar uma gestão de recursos humanos na qual os trabalhadores sintam que fazem parte de uma empresa que se preocupa com a sua segurança, saúde e condições de trabalho.

Em 2023, e mantendo-se sensível às condições sócio-económicas dos seus trabalhadores, a TRATOLIXO manteve as seguintes medidas de apoio sócio-económico prestadas:

- Oferta de “Kit Presente” por nascimento de filho de trabalhador, como apoio à natalidade;
- Oferta de Natal e prémio de antiguidade para os trabalhadores.

### **Repartição do Efectivo**

À data de 31 de Dezembro de 2023, o efectivo da TRATOLIXO era composto por um total de 288 trabalhadores, distribuídos por 212 trabalhadores do género



*Entrega de prémio de antiguidade a colaboradores*

masculino e 76 do género feminino, acrescido de 25 trabalhadores temporários, 19 do género masculino e 6 do género feminino.

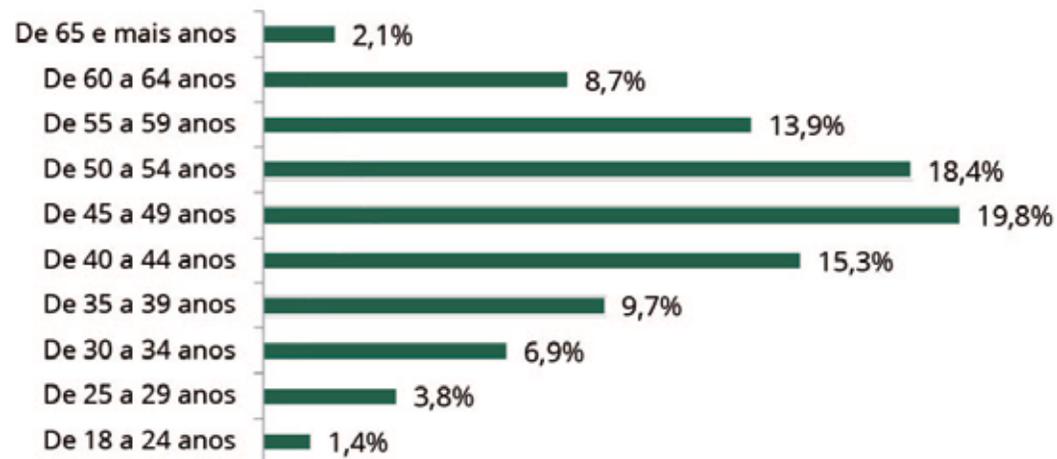
Ocorreu, por isso, um decréscimo de 1,7% face ao ano de 2022, em que o total de trabalhadores a 31 de Dezembro de 2022 era de 293.

O índice de tecnicidade (1) da empresa evoluiu, passando de 22,5% em 2022 para 23,3% em 2023, correspondente a uma variação positiva de 0,7%. Isto ficou a dever-se ao facto de não se ter verificado alteração considerável no pessoal pertencente às categorias de coordenador, técnico superior e técnico e as restantes categorias, considerando o balanço entre as entradas e saídas de trabalhadores da empresa, face a 2022.

### **Nível Etário**

Em termos de escalões etários, a 31 de Dezembro de 2023, verificou-se uma maior concentração de trabalhadores na faixa etária entre os 45 e os 49 anos, correspondente a 19,8% do total, conforme se pode constatar no gráfico seguinte.

1 O índice de tecnicidade é obtido através da fórmula (Coordenadores + Técnicos Superiores + Técnicos) / Efectivo global \* 100.



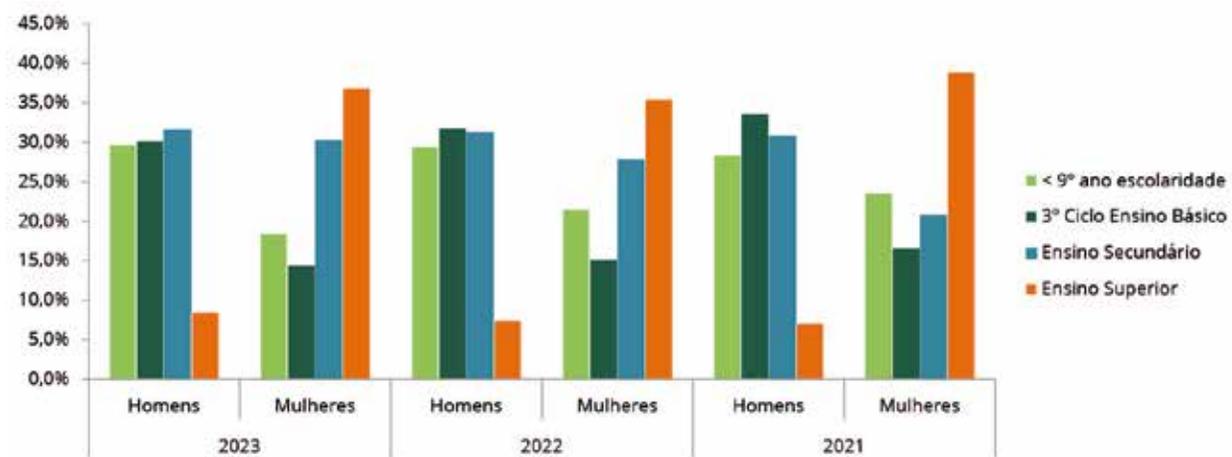
### Nível de escolaridade

A 31 de Dezembro de 2023, registou-se uma maior percentagem de trabalhadores da empresa com habilitações literárias ao nível do Ensino Secundário (10º-12º ano), 31,3%, correspondente a 90 trabalhadores, situação muito semelhante ao verificado em 2022.

Verificou-se ainda em 2023, que trabalhadores com habilitações literárias inferiores ao 9º ano de escolaridade e com habilitações literárias do 3º Ciclo do Ensino Básico (9º ano de escolaridade) apresentaram uma percentagem muito semelhante, 26,7 e 26,0%, respectivamente, contabilizando 77 e 75 trabalhadores em cada nível de escolaridade.

Por último, o nível habilitacional com menos representação na empresa correspondia ao Ensino Superior, 16%, com um total de 46 trabalhadores.

A evolução do peso relativo dos níveis habilitacionais pode ser analisada segundo o género, como se constata no gráfico seguinte.



## Segurança e Saúde no Trabalho

É obrigação do Empregador organizar as actividades de Segurança e Saúde no Trabalho que visem a prevenção de riscos profissionais e a promoção da saúde do trabalhador.

O Serviço de Segurança e Saúde no Trabalho existente na TRATOLIXO está englobado na Direcção de Planeamento Coordenação e Recursos Humanos.



O Serviço de Segurança e Saúde no Trabalho visa promover o incremento das condições de segurança, incentivando a criação de uma Cultura de Segurança, em todas as actividades das instalações da TRATOLIXO, promovendo um ambiente de melhoria contínua, melhoria das condições de trabalho, redução da sinistralidade, salvaguarda do património e formação das pessoas.

A TRATOLIXO monitoriza as condições de segurança e saúde laborais, de modo a proporcionar um ambiente de trabalho saudável.

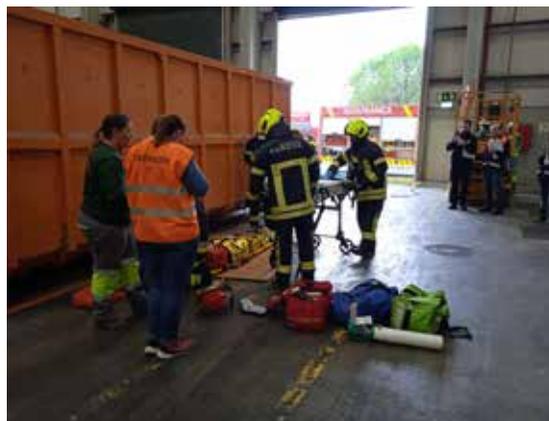
Um dos instrumentos utilizados na empresa para a Monitorização de Segurança e Saúde no Trabalho é o Plano de Avaliação Anual de Agentes Físicos, Químicos e Biológicos.

É de referir também as Verificações Técnicas efectuadas aos Macroprocessos / Processos, e a Matriz de Identificação de Perigos e Avaliação de Riscos, documento dinâmico, em constante actualização, cuja metodologia tem como objectivo suportar a identificação de Perigos, Avaliação e Controlo de Riscos para a saúde e segurança no trabalho, de forma a determinar quais deverão ser eliminados ou controlados, através implementação de medidas de controlo de riscos pela TRATOLIXO, no âmbito do Sistema Integrado de Gestão da Qualidade, Ambiente e Segurança.

É também efectuado um acompanhamento mensal da Sinistralidade Laboral.

Apresenta-se no quadro abaixo a informação sobre a sinistralidade laboral da TRATOLIXO em 2023, explicitando a situação dos incidentes de trabalho, sua classificação segundo a forma da respectiva ocorrência, bem como o número de dias perdidos – relativamente a acidentes efectivamente ocorridos no ano em causa – resultantes de ausência ao trabalho por baixa médica.

SINISTRALIDADE LABORAL	
Tipos de Acidente	2023
N.º de Acidentes de Trabalho com Baixa	18
N.º de Acidentes de Trabalho sem Baixa	20
<b>N.º Total de Acidentes de Trabalho</b>	<b>38</b>
N.º de Dias Perdidos	697
Quase-Acidentes de Trabalho	2



*Simulacro realizado em 2023 nas instalações de Trajouce*

### 3. SITUAÇÃO ECONÓMICO- FINANCEIRA



### 3. SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

#### SUMÁRIO

Devido à crise inflacionista instalada, tanto em Portugal como na zona euro, 2023 ficará, sem dúvida, sinalizado pelas sucessivas subidas das taxas de juro. De facto, dando sequência ao movimento iniciado em 2022, o Banco Central Europeu em 2023 manteve, e intensificou, a trajectória de subida das taxas de juro, situação que impactou gravosamente os custos de financiamento das empresas, não tendo sido a TRATOLIXO uma excepção.

O forte impacto sentido pela empresa, levou a que no início de 2023 se encetassem negociações com o sindicato bancário com vista à atenuação do desequilíbrio das contas. Com efeito, perante a conjuntura que se vivia, e ainda se vive, sabia-se que a tarifa aprovada para o ano em curso não permitiria o equilíbrio que na altura era expectável, e que a lei 50/2012, de 31 de Agosto, que aprova o regime jurídico da actividade local e das participações locais, obriga.

As negociações com o sindicato bancário permitiram a redução do encargo financeiro a pagar à banca no segundo semestre, o que se reflectiu, directamente, no valor da transferência financeira de equilíbrio de responsabilidade do accionista, ao abrigo do artigo 40º da já citada lei, com vista ao equilíbrio dos resultados do exercício em causa.

Fica, pois, visível na conta de exploração e de resultados a obtenção, em 2023, de um resultado muito próximo de zero. Relativamente a 2022, o acréscimo de 4,1M€ que se verificou no EBITDA, para o qual contribuiu com 2,9M€ a referida transferência financeira de equilíbrio, foi indispensável para cobrir o agravamento dos custos de financiamento e o imposto sobre o rendimento.

O EBIT registou uma variação muito próxima da do EBITDA, uma vez que se mantém a regularidade dos gastos de depreciação e amortização dos exercícios em 7,3M€.

No que diz respeito à estrutura financeira de 2023, verifica-se que embora mantendo os indicadores de estabilidade, apresenta, relativamente a 2022, um abrandamento dos seus indicadores de equilíbrio.

Com efeito, no final de 2023 os capitais permanentes totalizavam 162M€, cobriam na totalidade o activo fixo, tendo gerado um fundo de maneo de 5,3M€, indicador que relativamente a 2022 reduziu 1,2M€.

Por outro lado, as necessidades de fundo de maneo, que se mantiveram negativas, reduziram de 7,4M€ em 2022 para 2,7M€ em 2023.

Em consequência, o excesso de fundo maneo que em 2022 era de 13,8M€, reduziu em 2023 para 7,9M€, ou seja, 5,8M€.

## ANÁLISE DOS RESULTADOS

Quadro 1 – Conta de Exploração e de Resultados

	2022	2023	Δ	Un: € Δ%
Rendimentos de Exploração	36 667 338	43 552 754	6 885 416	18,8%
Gastos de Exploração	27 333 587	30 109 683	2 776 096	10,2%
Resultado Exploração antes de Depreciações, Provisões, Resultados Financeiros e Impostos (EBITDA)	9 333 751	13 443 071	4 109 320	44,0%
Gastos de Depreciação e Amortização	7 313 956	7 350 667	36 711	0,5%
Resultado Exploração antes de Resultados Financeiros e Impostos (EBIT)	2 019 795	6 092 404	4 072 609	201,6%
Juros e Rendimentos Similares Obtidos	0	25 833	25 833	n.a.
Juros e Gastos Similares Suportados	1 843 672	5 611 556	3 767 884	204,4%
Resultado antes Impostos	176 123	506 681	330 558	187,7%
Imposto sobre o Rendimento	55 949	506 631	450 682	805,5%
Resultado Líquido	120 174	50	-120 124	-100,0%

Em 2023, o Resultado de Exploração antes de Depreciações, Provisões, Resultados Financeiros e Impostos (EBITDA), totalizou 13,4M€, mais 4,1M€ que em 2022. Tal ficou, sobretudo, a dever-se (i) ao crescimento verificado na prestação do serviço de tratamento de resíduos urbanos; e (ii) ao valor da transferência financeira de equilíbrio registada ao abrigo do nº 2, do artº 40º, da Lei 50/2012, de 31 de Agosto, com vista ao equilíbrio das contas de 2023.

Verificou-se, assim, que o EBITDA cobriu na totalidade o valor das amortizações que em 2023 totalizou 7,3M€, gerando um Resultado de Exploração antes de Resultados Financeiros e Impostos (EBIT) de 6,1M€, montante que foi o suficiente para cobrir o custo líquido do financiamento que atingiu 5,6M€, e o imposto sobre o rendimento de 0,5M€, obtendo-se o Resultado Líquido de 50 euros.

### Rendimentos de Exploração

Expurgando desta análise a rubrica de serviços de construção, que em 2022 totalizou 6,6M€, e 7,8M€ em 2023, montantes que se anulam em gastos de exploração, a variação que se apura no total dos rendimentos de exploração reduz 1,2M€ passando a apresentar uma variação positiva de 5,6M€:

Quadro 2 – Rendimentos de Exploração

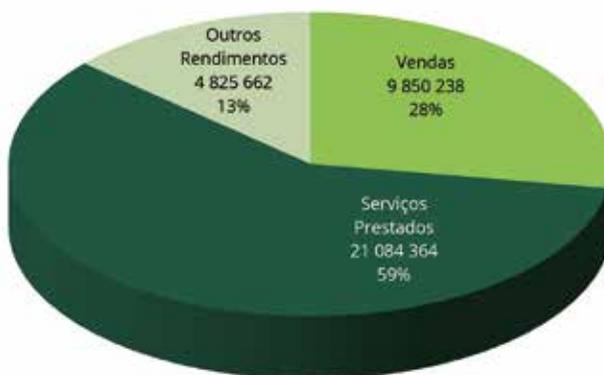
Rúbrica/Ano	Un: €			
	2022	2023	Δ	Δ %
Vendas	10 003 637	9 850 238	-153 399	-1,5%
Serviços Prestados	18 791 561	21 084 364	2 292 803	12,2%
Outros Rendimentos	1 319 133	4 825 662	3 506 529	265,8%
<b>Rendimentos de Exploração (s/ serv construção)</b>	<b>30 114 331</b>	<b>35 760 264</b>	<b>5 645 933</b>	<b>18,7%</b>

Com efeito, neste quadro, onde se detalha os rendimentos de exploração, sem considerar os serviços de construção, constata-se, uma vez mais, que a variação positiva de 5,6M fica a dever-se, essencialmente, às variações positivas que se verificaram em serviços prestados e em outros rendimentos. A contrabalançar estes desvios, verifica-se uma diminuição em vendas, de 153 mil euros, consequência, sobretudo, de menos energia vendida em 2023 devido à fase de construção da empreitada de ampliação da CDA que não permitiu que a produção de energia atingisse os quantitativos de 2022.

A variação positiva de 2,3M€ que se verifica em serviços prestados, é consequência da trajectória tarifária aprovada para o quinquénio 2021-2025, actualizada pelo efeito da inflação.

A variação positiva de 3,5M€ que se verifica em outros rendimentos, na sua maior parte, refere-se ao valor da transferência financeira de equilíbrio registada em 2023, no montante de 2,9M€, que não compara com 2022. De facto, perante a subida abrupta das taxas de juro, a tarifa de equilíbrio aprovada tornou-se insuficiente para comportar os encargos financeiros que, face à conjuntura da altura, não havia como prever aquando da aprovação da trajectória tarifária para o quinquénio 2021-2025. Assim, ao abrigo da Lei 50/2012, de 31 de Agosto, que aprova o regime jurídico da actividade local e das participações locais, registou-se em proveitos do exercício a transferência financeira de equilíbrio a que o accionista se encontra vinculado com vista ao equilíbrio dos resultados do ano de 2023.

Gráfico 1 – Distribuição dos Rendimentos de Exploração



## Gastos de Exploração

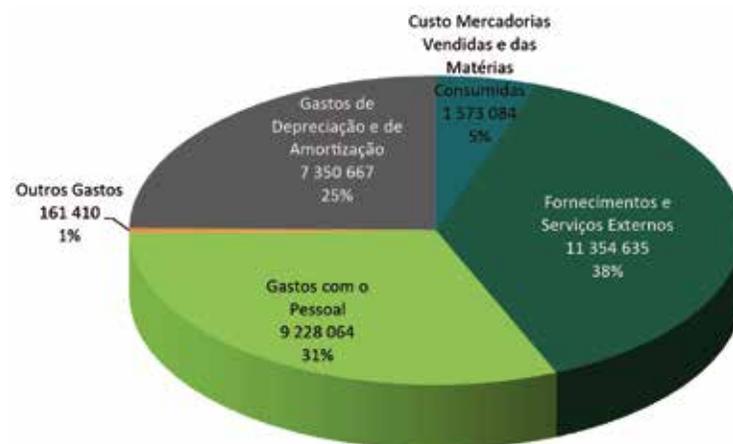
Expurgando novamente da análise, da rubrica de fornecimentos e serviços externos, os serviços de construção, a variação positiva de 2,8M€, patente no Quadro1, reduz 1,2M€ passando a mostrar um desvio de 1,5M€ relativamente ao ano anterior:

Quadro 3 – Gastos de Exploração

				Un: €
Rúbrica/Ano	2022	2023	Δ	Δ %
Custo Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas	1 730 955	1 573 084	-157 871	-9,1%
Fornecimentos e Serviços Externos	9 694 693	11 354 635	1 659 942	17,1%
Gastos com o Pessoal	8 651 303	9 228 064	576 761	6,7%
Outros Gastos	703 629	161 410	-542 219	-77,1%
<b>Sub Total</b>	<b>20 780 580</b>	<b>22 317 193</b>	<b>1 536 613</b>	<b>7,4%</b>
Gastos de Depreciação e de Amortização	7 313 957	7 350 667	36 710	0,5%
<b>Total dos Gastos de Exploração (s/ serv construção)</b>	<b>28 094 537</b>	<b>29 667 860</b>	<b>1 573 323</b>	<b>5,6%</b>

O desvio positivo de 1,6M€ que se verifica em fornecimentos e serviços externos explica, no essencial, esta variação. Com efeito, em 2023, tendo-se como objetivo o prolongamento da vida útil do aterro, tomou-se a decisão de transportar/depositar mais toneladas em destinos externos, situação que impactou o crescimento desta rubrica em 0,9M€. Adicionalmente, contribuiu para o desvio apontado, o crescimento dos custos registados em electricidade que, relativamente a 2022, cresceram 0,7M€ devido ao aumento do preço do Kw/h.

Gráfico 2 – Distribuição de Gastos de Exploração



### Estrutura Patrimonial

Quadro 4- Evolução das rúbricas do Balanço 2023-2022

Rúbricas/Anos	2022	2023	Δ	Δ%
Total do Activo	184 337 329	179 339 953	-4 997 376	-2,7%
Activos Fixos	154 897 580	155 061 126	163 546	0,1%
Outros Activos	11 470 336	12 107 291	636 955	5,6%
Soma	166 367 916	167 168 417	800 501	0,5%
Caixa e Equivalentes	17 969 413	12 171 536	-5 797 877	-32,3%
Total do Capital Próprio	29 807 307	28 915 898	-891 409	-3,0%
Total do Passivo	154 530 022	150 424 055	-4 105 967	-2,7%
Dívida Financeira	130 294 834	126 368 820	-3 926 014	-3,0%
Provisões	3 635 270	3 452 763	-182 507	-5,0%
Outros Passivos	20 599 918	20 602 472	2 554	0,0%

## 1. ACTIVO

O total do activo, excluído de caixa e equivalentes era, em 31 de Dezembro de 2023, de 167M€, mais 0,8M€ que no final de 2022. Contribuiu para este desvio as variações de 0,2M€ e 0,6M€ verificadas, respectivamente, em activos fixos e em outros activos.

### Activos Fixos

O montante de 155M€ que a rubrica activos fixos apresenta, refere-se, na sua quase totalidade, ao valor líquido das infraestruturas da concessão de responsabilidade da TRATOLIXO. Embora a variação que se verifica não seja expressiva, podendo querer indicar que em 2023 não houve investimento em activos fixos, importa notar que, na realidade, relativamente a 2022, houve um investimento de 7,6M€, montante que devido à realização dos activos por via das amortizações do exercício, no montante de 7,3M€, quase que se anula.

### Outros Activos

A variação de 0,6M€ que se verifica é, sobretudo, consequência do crescimento de 3,0M€ verificado na dívida dos clientes municipais, montante a que se adiciona o valor a receber de 2,1M€ do acionista AMTRES com vista à cobertura do prejuízo de 2023 (já, integralmente, recebido nos primeiros dias de 2024).

Concorre, em sentido contrário, o recebimento em 2023 de 4,7M€ do subsídio atribuído à TRATOLIXO para a empreitada de construção de adaptação do tratamento mecânico de Trajouce à recolha selectiva de biorresíduos - operação financiada em 85% pelo POSEUR.

## 2. PASSIVO

O total do passivo regista uma diminuição de 4,1M€ justificada, essencialmente, pela redução da dívida financeira.

### Dívida Financeira

Dando-se cumprimento ao contrato de financiamento, a dívida financeira reduziu 3,9M€, totalizando 126M€ no final de 2023. O financiamento contraído junto do sindicato bancário, em regime de “project finance”, teve como objectivo a construção das infraestruturas do sistema multimunicipal de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra.

### Provisões

O montante de 3,5M€ diz, sobretudo, respeito à melhor estimativa, à data, da responsabilidade futura dos dispêndios que se perspectivam para a data do encerramento das Células de Confinamento Técnico, e à responsabilidade presente e futura da sua monitorização, bem como de diversas infraestruturas de responsabilidade da empresa.

### Outros Passivos

O montante de 20M€ considera, entre outros, (i) o valor a liquidar à Agência Portuguesa do Ambiente em 2024, relativo à Taxa de Gestão Resíduos cobrada em 2023 que totalizou 8,2M€; e (ii) 6,4M€ relativos ao efeito fiscal dos subsídios ao investimento que foram reconhecidos em capital próprio.

ramento das Células de Confinamento Técnico, e à responsabilidade presente e futura da sua monitorização, bem como de diversas infraestruturas de responsabilidade da empresa.

### **Outros Passivos**

O montante de 20M€ considera, entre outros, (i) o valor a liquidar à Agência Portuguesa do Ambiente em 2024, relativo à Taxa de Gestão Resíduos cobrada em 2023 que totalizou 8,2M€; e (ii) 6,4M€ relativos ao efeito fiscal dos subsídios ao investimento que foram reconhecidos em capital próprio.



### **3. CAPITAL PRÓPRIO**

O Capital Próprio reduziu 0,9M€ devido ao reconhecimento em resultados do exercício dos subsídios atribuídos ao investimento. De acordo com o normativo em vigor, os subsídios ao investimento são registados inicialmente em capital próprio, sendo transferidos para os resultados dos sucessivos exercícios, em parcelas, durante o período das correspondentes amortizações.

# 4. PERSPECTIVAS FUTURAS



## 4. PERSPECTIVAS FUTURAS

O RARU de 2022 veio mostrar que está a ocorrer uma estabilização na produção de resíduos a nível nacional e que se conseguiu desacoplar o crescimento económico do País da produção de resíduos.

Esta boa notícia é agridoce, uma vez que, em termos de resultados, torna-se necessário começar a diminuir a produção efectiva de resíduos, apostando em medidas de prevenção e tratamento local.

Apesar de se reconhecer a evolução significativa ocorrida no sector da gestão de resíduos em Portugal durante as últimas décadas, neste momento, o País e o sector de gestão de resíduos urbanos enfrentam complexos desafios e dificuldades de crescimento.

Nos últimos anos, o sector debateu-se com uma estagnação devido a um conjunto de circunstâncias várias mas passíveis de comprometer o cumprimento dos objectivos e metas a que a gestão de resíduos está sujeita.

Segundo aquele relatório, a meta de Preparação para Reutilização e Reciclagem só aumentou 1 ponto percentual (32% para 33%) no último ano, sendo que para o seu cumprimento em 2025, o País terá que aumentar 66% em 3 anos.

Também o cenário de deposição em aterro não é animador, uma vez que se continua a encaminhar 55% dos resíduos para aterro (o resultado de 2021 foi de 56%) e a meta a cumprir é de 10% até 2035.

Portugal encontra-se, assim e de forma nítida, perante uma situação de atraso face às metas definidas no Plano Estratégico de Resíduos Urbanos 2030 (PERSU 2030), documento estratégico para a gestão dos resíduos urbanos e melhoria do desempenho nacional nesta matéria.

Para além dos ambiciosos objectivos nele vertidos, o PERSU 2030 prevê a distribuição equitativa da responsabilidade pelo cumprimento das metas entre os SGRU e os municípios, estabelecendo o contributo individual de cada SGRU para a meta nacional de preparação para reutilização e reciclagem, bem como objectivos intercalares no que respeita à recolha selectiva e valorização na origem dos biorresíduos e no que respeita à recolha selectiva da fracção multimaterial.

No caso do Sistema AMTRES, estes objectivos irão recair inteiramente sobre os Municípios, atendendo a que são eles os responsáveis pelas recolhas selectivas

de ambos os fluxos.

Desta forma, o Sistema irá continuar a trabalhar de forma integrada entre a gestão em alta e a gestão em baixa, de modo a envidar os esforços para alcançar os objectivos que lhe foram imputados por este documento de planeamento sectorial.

Atente-se também que o resultado nacional obtido em 2019 na taxa de preparação para reutilização e reciclagem foi de 42%, mas caso esta meta fosse calculada de acordo com a nova fórmula patente na Decisão de Execução (UE) 2019/1004, o resultado seria de apenas 13%, uma vez que deixarão de ser contabilizados os biorresíduos provenientes de recolha indiferenciada.

Inclusivamente, a Comissão Europeia já identificou Portugal como um dos Estados-Membros em risco de incumprimento da meta de preparação para reutilização e reciclagem até 2025, colocando em risco o cumprimento da mesma para 2030.

Urge por isso investir, sendo que, e com particular destaque para o ano de 2023, a TRATOLIXO tem vindo a fazê-lo em infra-estruturas com capacidade e eficiência para o tratamento dos resíduos do Sistema.

A entrada em funcionamento em pleno das requalificadas unidades de Tratamento Mecânico de Trajouce e de Tratamento Biológico da Abrunheira, bem como a operacionalização da unidade de Compostagem de Resíduos Verdes de Trajouce, será um extraordinário factor decisivo para impulsionar o desempenho da TRATOLIXO nesta meta de gestão de resíduos.

Mantém-se, porém, outra preocupação da TRATOLIXO e que se prende com a fracção resto.

A nível nacional, como se constatou, o aterro sanitário continua a ser a principal opção de tratamento e o desvio directo de resíduos de aterro está muito alavançado em unidades de tratamento mecânico e biológico. Por sua vez, estas unidades têm associada uma elevada produção de rejeitados, cujo destino final primordial, na inexistência de alternativas viáveis, é, ainda, o aterro (para onde são encaminhados mais de 50% dos RU).

Torna-se prioritário encontrar soluções técnicas e estabelecer sinergias de coesão estratégica de valorização da fracção resto, face à iminente e generalizada perspectiva de esgotamento dos aterros a nível nacional.

Para tal, e como abordado no PERSU 2030, existe uma forte necessidade de investimento no tratamento da gestão em alta de cerca de 475 M€, no entanto, a este montante falta ainda crescer o investimento necessário em soluções para a redução da fracção resto, decorrente do cumprimento da meta de envio máximo de 10% de resíduos para aterro em 2035.

No próximo quadro comunitário, no pacote financeiro Portugal 2030 foi afectada uma verba de cerca de 600 M€ para a área dos resíduos e para a economia circular, com verbas afectas para a área dos resíduos (400 M€) e economia circular (200 M€), já devidamente distribuídos para investimentos na alta de 114 M€ (onde a necessidade indicada é de 475 M€), e, para a baixa, de 286 M€.

Na região de Lisboa e Vale do Tejo, no pacote financeiro Portugal 2030, a insuficiência das verbas e fundos é ainda mais significativa, pois está apenas prevista uma verba de apenas 8 M€ para projectos de economia circular, quando a necessidade identificada no PERSU 2030 é de mais de 222 M€.

Tendo em conta que o custo da recolha e do tratamento dos resíduos tem aumentado nos últimos anos, o que não é dissociável da estipulação de metas ambientais cada vez mais rigorosas, que exigem a realização de avultados investimentos e a alocação de custos operacionais que possam responder cabalmente aos referidos objectivos, os custos crescentes têm sido essencialmente suportados pelos aumentos tarifários em toda a cadeia (Municípios e cidadãos).

No próximo ano, aguarda-se igualmente a publicação de alguns regimes legislativos importantes para o sector, nomeadamente o UNILEX, o RGGR e o novo despacho sobre os novos Valores de Contrapartida (VC) do SIGRE.

Sobre este último, que prevê genericamente duplicar valor de contrapartidas pago por produtores e embaladores em 2024, espera-se que seja publicado em breve de modo a repor a cobertura de gastos da actividade, que actualmente é claramente insuficiente.

O sector dos resíduos é um negócio altamente deficitário, atendendo aos custos e investimentos necessários fazer, com todas as exigências ambientais da União Europeia incidentes sobre o tratamento dos resíduos.

Antevê-se, por isso, muito trabalho pela frente para conseguirmos alcançar as metas definidas.

O cumprimento das metas vai depender fortemente, não só da necessária articulação entre os SGRU ao nível da partilha de infra-estruturas numa perspectiva

de minimização do investimento e maximização da rentabilização dos meios existentes, como também do reforço da dotação financeira para o sector, na alta e na baixa, que possibilitem a todos os intervenientes, designadamente aos SGRU e Municípios, realizar atempadamente os indispensáveis investimentos em infra-estruturação, projectos de recolha selectiva (tri-fluxo, Biorresíduos e outros) e diminuição drástica da recolha de resíduos indiferenciados, sob pena de, à semelhança do que se verificou em anteriores planos, os objectivos previstos no PERSU 2030 não serem atingidos.

Numa outra componente ambiental, verifica-se que Portugal tem desempenhado um papel de liderança e pioneirismo nos compromissos internacionais de acção climática.

A abertura em Fevereiro de 2023 da consulta pública para a criação do Mercado Voluntário de Carbono (MVC) em Portugal levou a TRATOLIXO a debruçar-se sobre uma possibilidade de submeter o Projecto de Recolha Selectiva de Biorresíduos em Saco Óptico a um MVC nacional ou internacional, de modo a contribuir para a mitigação de emissões de GEE e gerar créditos de carbono.

À data deste relatório, já se sabe que a legislação que aprovou o MVC nacional não contempla projectos desenvolvidos no sector dos resíduos, pelo que a TRATOLIXO irá desenvolver um estudo de elegibilidade deste projecto a um MVC internacional e contabilizar a pegada carbónica do mesmo para efeitos da sua submissão a MVC internacional.

Para além desta iniciativa inovadora, em 2024 a empresa continuará a apostar na vertente da I&DT, mantendo-se atenta a soluções de valorização de recursos, como a Estratégia do Biometano – já disponível para consulta pública à data deste relatório – uma alternativa sustentável ao gás natural que assume um papel central no plano da União Europeia para reduzir a dependência do gás e petróleo russos (REPowerEU).

Esta aposta reflecte a cultura empresarial da TRATOLIXO, pelo que nos próximos anos a empresa irá participar activamente nesta e noutras tendências, de modo a construir novos projectos que criem valor e conhecimento, estimulem a Economia Circular, contribuam para a Neutralidade Carbónica e rumem ao encontro dos Objectivos do Desenvolvimento Sustentável, de acordo com uma visão estratégica integrada de futuro.



**5.  
PROPOSTA DE APLICAÇÃO  
DE RESULTADOS**

## 5. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos do art.º 22º dos estatutos da TRATOLIXO, E.I.M., S.A. e do art.º 66º, n.º 5 do Código das Sociedades Comerciais, propõe-se que o resultado líquido do exercício de 2023, no valor de 50,00€ (cinquenta euros), seja levado à rubrica de resultados transitados.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Nuno Manuel Vicente Esteves Soares

João Filipe Crisóstomo Dias

Inês Folgado Diogo



6.  
DEMONSTRAÇÕES  
FINANCEIRAS

## 6. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### Índice das demonstrações financeiras

Balanço	112
Demonstração dos resultados	114
Demonstração das alterações no capital próprio	115
Demonstração dos fluxos de caixa	117
Anexo às demonstrações financeiras	119
1 Introdução	119
2 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras	120
3 Principais políticas contabilísticas	122
4 Fluxos de caixa	139
5 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	140
6 Gestão de riscos financeiros	141
7 Activos fixos tangíveis	141
8 Activos Intangíveis	142
9 Activos e passivos por Impostos Diferidos	148
10 Inventários	152
11 Clientes	153
12 Estado e outros entes públicos	154
13 Outras contas a receber	156
14 Diferimentos	157
15 Capital	157
16 Reservas	158
17 Outras variações de capital	158
18 Provisões	160
19 Financiamentos obtidos	162

20	Fornecedores	164
21	Outras contas a pagar	166
22	Vendas e serviços prestados	167
23	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	168
24	Fornecimentos e serviços externos	169
25	Gastos com pessoal	170
26	Perdas por imparidade e reversões do exercício	171
27	Outros rendimentos e ganhos	171
28	Subsídios ao investimento	172
29	Outros gastos e perdas	174
30	Juros e gastos e rendimentos similares	174
31	Imposto do exercício	175
32	Compromissos	177
33	Contingências	177
34	Informações sobre matérias ambientais	180
35	Partes relacionadas	181
36	Disposições legais	184
37	Divulgações exigidas por diplomas legais	186
38	Eventos subsequentes	187

## 1. Balanço

		31 de Dezembro	
		2023	2022
	Nota		
<b>Activo</b>			
Não corrente			
Activos fixos tangíveis	7	22 845	29 251
Activos intangíveis	8	154 715 904	154 400 734
Outros investimentos financeiros		51 860	42 807
Activos por impostos diferidos	9	270 517	424 789
		<b>155 061 126</b>	<b>154 897 580</b>
Corrente			
Inventários	10	1 649 088	1 602 274
Clientes	11	6 561 555	3 446 060
Estado e outros entes públicos	12	241 193	451 957
Outros créditos a receber	13	3 417 682	5 934 991
Diferimentos	14	237 772	35 054
Caixa e depósitos bancários	4	12 171 536	17 969 413
		<b>24 278 827</b>	<b>29 439 749</b>
<b>Total do Activo</b>		<b>179 339 953</b>	<b>184 337 329</b>
<b>Capital próprio</b>			
<b>Capital e reservas atribuíveis aos detentores de capital</b>			
Capital subscrito	15	7 010 000	7 010 000
Prémio de emissão		120	120
Reservas legais	16	30 000	30 000
Resultados transitados		(204 660)	(324 833)
Outras variações no capital próprio	17	22 080 388	22 971 846
		28 915 848	29 687 133
Resultado líquido do período		50	120 174
<b>Total do capital próprio</b>		<b>28 915 898</b>	<b>29 807 307</b>

<b>Passivo</b>			
<b>Não corrente</b>			
Provisões	18	3 452 763	3 635 270
Financiamentos obtidos	19	122 142 420	126 094 495
Passivos por impostos diferidos	9	563 751	591 417
Ajustamentos em subsídios	17	6 410 436	6 669 246
		<b>132 569 370</b>	<b>136 990 428</b>
<b>Corrente</b>			
Fornecedores	20	2 010 309	2 337 870
Estado e outros entes públicos	12	622 900	224 638
Financiamento obtidos	19	4 226 400	4 200 339
Outras dividas a pagar	21	10 995 076	10 596 578
Diferimentos		-	180 170
		<b>17 854 684</b>	<b>17 539 595</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>150 424 055</b>	<b>154 530 023</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>		<b>179 339 953</b>	<b>184 337 329</b>

As notas das páginas 119 a 187 constituem parte integrante destas demonstrações financeiras.

## Demonstração dos resultados

	Nota	Exercício	
		2023	2022
Vendas e serviços prestados	22	38 727 093	35 348 205
Subsídios à exploração	-	98 205	33 966
Variação nos inventários de produção	10	39 538	15 650
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	23	(1 573 084)	(1 730 955)
Fornecimentos e serviços externos	24	(19 147 125)	(16 247 699)
Gastos com o pessoal	25	(9 228 064)	(8 651 303)
Imparidade de inventários (perdas) / reversões	10	486	785
Imparidade de dívidas a receber (perdas) / reversões	11	-	2 569
Provisões (aumentos) / reduções	18	(6 992)	14 290
Aumentos/ reduções de justo valor		2 209	(1 763)
Outros rendimentos	27,28	4 669 696	1 251 459
Outros gastos	29	(138 889)	(701 452)
<b>Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>13 443 071</b>	<b>9 333 751</b>
Gastos/ reversões de depreciação e de amortização	7,8	(7 350 667)	(7 313 957)
Imparidade de investimentos depreciáveis/ amortizáveis (perdas) / reversões		-	-
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>6 092 404</b>	<b>2 019 795</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	30	25 833	-
Juros e gastos similares suportados	30	(5 611 556)	(1 843 672)
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>506 681</b>	<b>176 123</b>
Imposto sobre o rendimento do período	31	(506 631)	(55 949)
<b>Resultado líquido do exercício</b>		<b>50</b>	<b>120 174</b>
<b>Resultado por acção:</b>			
- básico		<b>0,00</b>	<b>0,09</b>

As notas das páginas 119 a 187 constituem parte integrante destas demonstrações financeiras.

## Demonstração das alterações no capital próprio

	Notas	Capital realizado	Prêmios emissão	Reservas legais	Resultados-transitados	Outras variações Capital próprio	Resultado líquido do período	Total
A 1 de Janeiro de 2022 (reexpresso)		7 010 000	120	30 000	(490 062)	24 331 601	168 310	31 049 969
<b>Alterações no período</b>								
Ajustamentos por impostos diferidos		-	-	-	168 310	-	(168 310)	-
Aplicação do resultado líquido		-	-	-	-	-	-	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	17	-	-	-	(3 081)	(1 359 755)	-	(1 362 836)
		-	-	-	165 229	(1 359 755)	(168 310)	(1 362 836)
Resultado líquido do período							120 174	120 174
<b>Resultado integral</b>							<b>120 174</b>	<b>(1 242 662)</b>
<b>Operações com detentores de capital no período</b>								
Realizações de capital		-	-	-	-	-	-	-
Outras operações		-	-	-	-	-	-	-
		-	-	-	-	-	-	-
<b>A 31 de Dezembro de 2022</b>		<b>7 010 000</b>	<b>120</b>	<b>30 000</b>	<b>(324 833)</b>	<b>22 971 846</b>	<b>120 174</b>	<b>29 807 307</b>
<b>Alterações no período</b>								
Primeira adopção de novo referencial contabilístico								
Ajustamentos por impostos diferidos		-	-	-	-	-	-	-
Aplicação do resultado líquido		-	-	-	120 174	-	(120 174)	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	17	-	-	-	-	(891 458)	-	(891 458)
		-	-	-	120 174	(891 458)	(120 174)	(891 458)
Resultado líquido do período							50	50

As notas das páginas 119 a 187 constituem parte integrante destas demonstrações financeiras.

<b>Resultado integral</b>							<u>50</u>	<u>(891 408)</u>
<b>Operações com detentores de capital no período</b>								
Realizações de capital	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuições	-	-	-	-	-	-	-	-
Entradas para cobertura de perdas	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras operações	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>A 31 de Dezembro de 2023</b>	<b>7 010 000</b>	<b>120</b>	<b>30 000</b>	<b>(204 660)</b>	<b>22 080 388</b>	<b>50</b>	<b>28 915 898</b>	

As notas das páginas 119 a 187 constituem parte integrante destas demonstrações financeiras.

## Demonstração dos fluxos de caixa

### Demonstração dos Fluxos de Caixa

	Exercício findo em 31 de Dezembro	
	2023	2022
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais</b>		
Recebimentos de clientes	36 840 758	37 393 812
Pagamentos a fornecedores	(25 200 242)	(21 325 160)
Pagamentos ao pessoal	(8 144 819)	(7 587 268)
	<b>3 495 697</b>	<b>8 481 384</b>
<b>Caixa gerada pelas operações</b>		
(Pagamento)/ recebimento do imposto sobre o rendimento	1 947	(7 920)
Outros recebimentos/ (pagamentos)	(4 415 374)	(4 155 397)
	<b>(917 729)</b>	<b>4 318 067</b>
<b>Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais</b>		
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento</b>		
Pagamentos respeitantes a:		
Activos fixos tangíveis	(52 819)	(17 976)
Activos intangíveis	(9 365)	(16 175)
Outros activos	-	-
Recebimentos provenientes de:		
Activos fixos tangíveis	-	3
Activos intangíveis	-	35 162
Subsídios ao investimento	4 698 964	4 205 100
	<b>4 636 780</b>	<b>4 206 115</b>
<b>Fluxos de caixa líquidos das actividades de investimento</b>		
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</b>		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos		
Aumentos de capital	-	-
Juros e rendimentos e similares	-	-
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	(3 968 324)	(3 968 324)
Amortizações de contratos de locação financeira	-	-
Juros e gastos e similares	(5 548 604)	(1 625 986)

Outras operações de financiamento		-	-
<b>Fluxos de caixa líquidos das actividades de financiamento</b>		<b>(9 516 927)</b>	<b>(5 594 309)</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes</b>		<b>(5 797 877)</b>	<b>2 929 873</b>
Efeitos das diferenças de câmbio		-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período		17 969 413	15 039 540
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	<b>4</b>	<b>12 171 536</b>	<b>17 969 413</b>

As notas das páginas 119 a 187 constituem parte integrante destas demonstrações financeiras.

## Anexo às demonstrações financeiras

### 1 INTRODUÇÃO

A TRATOLIXO – Tratamento de Resíduos Sólidos, E.I.M. (referida neste documento como TRATOLIXO ou Empresa), com sede na Estrada 5 de Junho nº 1 – Trajouce - 2785-155 São Domingos de Rana, foi constituída em 26 de Julho de 1989, tendo como objecto a gestão e exploração integrada de recolha, transporte, tratamento, deposição final, recuperação e reciclagem de resíduos sólidos, a comercialização dos materiais transformados, bem como outras prestações de serviços no domínio dos resíduos sólidos.

A TRATOLIXO é detida a 100% pela AMTRES – ‘Associação de Municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra para o Tratamento de Resíduos Sólidos’, com sede na Estrada 5 de Junho nº 1.

Estas demonstrações financeiras referem-se ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2023 e foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 28 de Fevereiro de 2024.

É a opinião do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras reflectem de forma verdadeira e apropriada as operações da TRATOLIXO, bem como a sua posição e desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa.

#### 1.1 – Enquadramento da actividade

Entre Dezembro de 2004 e 30 de Junho de 2016, a TRATOLIXO desenvolveu a sua actividade no âmbito do contrato-programa celebrado com a AMTRES, em 29 de Dezembro de 2004, de acordo com o qual esta delegou os seus poderes na TRATOLIXO para o exercício do serviço público de gestão do sistema de tratamento dos resíduos sólidos produzidos na área dos Municípios que a integram, Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra, pelo prazo de 24 anos. Em 16 de Setembro de 2009, foi

Neste contexto, a TRATOLIXO aplica a interpretação do normativo internacional de contabilidade para os serviços de concessão, a IFRIC 12 – Acordos de concessão de serviços.

## **2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As demonstrações financeiras foram preparadas pela TRATOLIXO de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (“NCRF”) – emitidas e em vigor a 31 de Dezembro 2023, e, supletivamente, de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade e de Relato Financeiro (“IAS/IFRS”), tal como adoptadas pela União Europeia, relativamente a matérias específicas da actividade da Empresa, mas omissas no SNC (“IFRIC 12 – Acordos de Concessão de Serviços). Ainda a referir, por supletividade a norma ASC 980 – Regulated Operations, emitida pelo FASB (substitui a anterior SFAS 71- Accounting for the Effects of Certain types of regulation).

As demonstrações financeiras, que incluem o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, foram aprovadas pelo Conselho de Administração, no dia de 28 de Fevereiro de 2024, são expressas em euros, e foram preparadas de acordo com os pressupostos da continuidade e do regime da periodização económica (acrécimo) no qual os itens são reconhecidos como activos, passivos, capital próprio, rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos contidos na estrutura conceptual, em conformidade com as características qualitativas da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

As políticas contabilísticas a seguir apresentadas (Nota 3), foram utilizadas nas demonstrações financeiras para os períodos findos a 31 de Dezembro de 2023 e 31 de Dezembro de 2022. Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2023, não ocorreram alterações de políticas contabilísticas face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício anterior, não tendo sido registados erros materiais relativos a exercícios anteriores.



## **3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS**

### **3.1 Bases de apresentação**

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico e no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF requer que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos activos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros fatores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos activos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na Nota 3.4 - Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras.

### **3.2 Outras políticas contabilísticas relevantes**

#### **3.2.1 Conversão cambial**

##### **i) Moeda funcional e de apresentação**

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Empresa estão mensurados na moeda do ambiente económico em que opera (moeda funcional), o euro. As demonstrações financeiras e respectivas notas deste anexo são apresentadas em euros, salvo indicação explícita em contrário, a moeda de apresentação da TRATOLIXO.

##### **ii) Transacções e saldos**

As transacções em moedas diferentes do euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transacções. Os ganhos ou perdas

cambiais resultantes do pagamento/ recebimento das transacções bem como da conversão pela taxa de câmbio à data do balanço, dos activos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados, nas rubricas de juros, gastos ou rendimentos similares, se relacionadas com financiamentos ou em outros gastos ou rendimentos operacionais, para todos os outros saldos/transacções.

### **3.2.2 Activos fixos tangíveis**

Os activos fixos tangíveis encontram-se valorizados ao custo deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade. Este custo inclui o “custo considerado” à data de transição para as NCRF, e os custos de aquisição para os activos adquiridos após essa data.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do activo, as despesas directamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do activo para que se encontre na sua condição de uso.

Os ganhos ou perdas na alienação dos activos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do activo, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados.

O activo fixo tangível da TRATOLIXO refere-se a “equipamento administrativo” e é depreciado pelo método da linha recta, desde a data em que encontra em condição de uso, entre 1 e 12 anos.

### **3.2.3 Activos Intangíveis**

Os activos intangíveis registados no balanço referem-se a programas de computador e ao direito de concessão resultante da aplicação dos princípios da IFRIC 12 – Acordos de concessão de serviços.

Os activos intangíveis são inicialmente reconhecidos e mensurados: (i) ao preço de compra, incluindo os custos com direitos de propriedade intelectual e os impostos sobre as compras não reembolsáveis, após dedução dos descontos comerciais e abatimentos; e (ii) qualquer custo directamente atribuível à preparação

do activo para o seu uso pretendido.

Os activos intangíveis adquiridos numa transacção de permuta por outros activos não monetários, ou por uma combinação de activos monetários e não monetários, são reconhecidos pelo justo valor do activo recebido.

Após o reconhecimento inicial, os activos intangíveis são mensurados, pelo modelo do custo, sendo o activo escriturado pelo seu custo de aquisição deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

### **Programas de computador**

A TRATOLIXO capitaliza na rubrica de programas de computador os custos incorridos com o desenvolvimento de aplicações informáticas para uso interno bem como a aquisição de licenças de utilização e respectivos upgrades. Estes activos são amortizados em três anos.

### **Direitos de concessão**

A TRATOLIXO regista como direito de concessão os montantes investidos em obras e equipamentos que constituem o estabelecimento da concessão atribuída. Tal como previsto na IFRIC 12 – ‘Acordos de concessão de serviço’, a TRATOLIXO presta o serviço de construção/aquisição das infraestruturas necessárias ao estabelecimento da concessão, que permuta pelo direito de explorar o serviço público de tratamento de resíduos sólidos dos Municípios que integram a AMTRES. Uma vez que todos os activos investidos revertem para a AMTRES no final do prazo do contrato de gestão delegada, sem direito a contraprestação, não existe qualquer valor a receber a registar.

De acordo com os contratos que regulam a concessão, todos os investimentos iniciais, de expansão e de substituição são considerados como parte dos custos e encargos a recuperar nas tarifas, razão pela qual a TRATOLIXO não procede ao registo de obrigações contratuais de reposição no final da concessão, por conta dos equipamentos de renovação/ substituição a adquirir/ construir, e integra todos os montantes dos serviços de construção / aquisição no direito de concessão quando incorridos.

Assim, o valor do direito de concessão reconhecido corresponde: (i) ao valor líquido dos activos fixos tangíveis transferido para activo intangível, pela aplicação prospectiva da IFRIC 12 na data da transição para o SNC; (ii) ao valor da permuta dos serviços de construção/aquisição em equipamentos de expansão/ requalificação/renovação/ substituição efectuados após a data da transição para o SNC, com base na fase de acabamento; e (iii) às contrapartidas acordadas com os Municípios, como por exemplo a entrega de contentores e material de recolha de resíduos.

O direito de concessão (que compreende o montante classificado como direito de concessão à data da transição e os montantes subsequentes dos serviços de construção prestados em equipamentos de expansão/requalificação/renovação/substituição) é amortizado de acordo com o montante das amortizações considerado como custo elegível em cada período, para a determinação das tarifas, de forma linear e pelo termo da concessão, a terminar em 31 de Dezembro de 2043. Relativamente às contrapartidas, estas são adicionadas directamente ao saldo do activo intangível – direito de concessão, na data em que a TRATOLIXO assume a responsabilidade pela execução das mesmas, independentemente da data da sua realização.

### 3.2.4 Imparidade de activos

A TRATOLIXO avalia os activos fixos tangíveis e intangíveis para efeitos de imparidade sempre que existem indícios de perda de valor. Quando o valor recuperável determinado é inferior ao valor contabilístico dos activos, a Empresa regista a respectiva perda por imparidade.

O valor recuperável é o maior entre o justo valor do activo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso.

O valor de uso do activo é calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados pela gestão, decorrentes do uso continuado e, quando aplicável, da alienação do activo no fim da sua vida útil. Para a determinação dos fluxos de caixa futuros, os activos são alocados ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa).

No caso do activo intangível que constitui o direito da concessão, a avaliação dos indicadores de imparidade é efectuada na revisão do modelo financeiro da concessão e sempre que ocorram alterações nas condições da concessão não passíveis de reposição de equilíbrio pelas tarifas ou pelas transferências financeiras. O

teste de imparidade é efectuado ao nível da concessão como um todo, por esta corresponder à unidade geradora de caixa a que a TRATOLIXO gera benefícios económicos. O registo da imparidade é efectuada quando por indicação do regulador/concedente se estima que o valor não seja totalmente recuperável.

Os activos não financeiros, para os quais tenham sido reconhecidas perdas por imparidade são avaliados, a cada data de relato, sobre a possível reversão das perdas por imparidade.

Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, a amortização e depreciação dos activos são recalculadas prospectivamente de acordo com o valor recuperável.

### 3.2.5 Activos financeiros

O conselho de administração determina a classificação dos activos financeiros na data do reconhecimento inicial de acordo com a NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os activos financeiros são classificados/ mensurados:

- (a) Ao custo, ou ao custo amortizado, menos qualquer perda por imparidade; ou
- (b) Ao justo valor, com as alterações do justo valor a serem reconhecidas na demonstração dos resultados.

A TRATOLIXO classifica e mensura ao custo, ou ao custo amortizado, os activos financeiros: (i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; (ii) cujo retorno seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e (iii) que não possuam cláusula contratual da qual possa resultar a perda do valor nominal e do juro acumulado.

Para os activos registados ao custo amortizado, os juros obtidos a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efectiva, que corresponde à taxa que desconta os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

São registados ao custo, ou ao custo amortizado, os activos financeiros que constituem financiamentos concedidos, contas a receber (clientes, outros devedores,

etc.) e instrumentos de capital próprio, bem como quaisquer contratos derivados associados que não sejam negociados em mercado activo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

A TRATOLIXO classifica e mensura ao justo valor os activos financeiros que não cumpram com as condições para serem mensurados ao custo, ou ao custo amortizado, conforme descrito acima. São registados ao justo valor os activos financeiros que constituem contratos derivados e activos financeiros detidos para negociação. As variações de justo valor são registadas nos resultados do exercício, excepto no que se refere aos instrumentos financeiros derivados que qualifiquem como relação de cobertura de fluxos de caixa.

A TRATOLIXO avalia a cada data de relato financeiro a existência de indicadores de perda de valor para os activos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor. Se existir uma evidência objectiva de imparidade, a TRATOLIXO reconhece uma perda por imparidade na demonstração dos resultados.

Os activos financeiros são desreconhecidos quando os direitos ao recebimento dos fluxos monetários originados por esses investimentos expiram ou são transferidos, assim como todos os riscos e benefícios associados à sua posse.

### **3.2.6 Instrumentos financeiros derivados**

Os instrumentos financeiros derivados são registados inicialmente ao justo valor da data da transacção, sendo valorizados subsequentemente ao justo valor. O método do reconhecimento dos ganhos e perdas de justo valor depende da designação que é feita dos instrumentos financeiros derivados e do seu enquadramento nas relações de cobertura tipificadas na NCRF 27. Outras relações de cobertura económica não previstas são registadas como instrumentos financeiros derivados de negociação, cujos ganhos e perdas de justo valor são reconhecidos no resultado do exercício nas rubricas de gastos ou rendimentos financeiros.

Quando designados como instrumentos financeiros derivados de cobertura, o reconhecimento dos ganhos e perdas de justo valor dependem da natureza do item que está a ser coberto, podendo tratar-se de uma cobertura de justo valor ou de uma cobertura de fluxos de caixa.

Numa operação de cobertura de justo valor de um activo ou passivo ("fair value hedge"), o valor de balanço desse activo ou passivo, determinado com base na

respectiva política contabilística, é ajustado de forma a reflectir a variação do seu justo valor atribuível ao risco coberto. As variações do justo valor dos derivados de cobertura são reconhecidas em resultados conjuntamente com as variações de justo valor dos activos ou dos passivos cobertos atribuíveis ao risco coberto. Numa operação de cobertura da exposição à variabilidade de fluxos de caixa futuros de elevada probabilidade (“cash flow hedge”), a parte eficaz das variações de justo valor do derivado de cobertura é reconhecida em reservas, sendo transferida para resultados nos períodos em que o respectivo item coberto afecta resultados. A parte ineficaz da cobertura é registada em resultados no momento em que ocorre.

### 3.2.7 Inventários

Os inventários da TRATOLIXO referem-se a:

- (i) materiais utilizados nas actividades internas de manutenção, conservação e combustíveis para a movimentação dos equipamentos de carga e transporte;
- (ii) produtos recuperados (embalagens) ou produzidos (composto) a partir do tratamento dos resíduos recebidos;
- (iii) equipamento de protecção individual (EPIS), fardamentos e consumíveis diversos.

Os materiais são mensurados inicialmente ao custo de aquisição, o qual inclui todas as despesas suportadas com a compra.

Os produtos são mensurados ao custo de produção ou ao preço estimado de venda. Apenas os produtos acabados, cujo custo de produção excede o valor da venda, se encontram valorizados ao preço de mercado.

Nos períodos subsequentes, os inventários são valorizados ao menor entre o custo de aquisição e o valor líquido de realização. O método de custeio utilizado é o custo médio ponderado.

### 3.2.8 Clientes e Outras contas a receber

As rubricas de Clientes e Outras contas a receber são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo, subsequentemente, mensuradas ao custo amortizado

deduzido de ajustamentos por imparidade (se aplicável). As perdas por imparidade dos Clientes e Outras contas a receber são registadas sempre que exista evidência objectiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transacção. As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em "Imparidade de dívidas a receber", sendo, subsequentemente, revertidas por resultados caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

### **3.2.9 Caixa e Equivalentes de caixa**

Caixa e Equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de liquidez elevada e com maturidades iniciais até 3 meses com risco de flutuação de valor reduzido. Os descobertos bancários são apresentados no balanço, no passivo corrente, na rubrica "Financiamentos obtidos", e são considerados na demonstração dos fluxos de caixa como Caixa e Equivalentes de caixa.

Os fluxos de caixa respeitantes às empreitadas com empresas construtoras no âmbito de contratos de construção são, no âmbito da IFRIC 12 e, de uma clarificação emitida pela IFRS Interpretation Committee, registados como um fluxo operacional na demonstração dos fluxos de caixa.

### **3.2.10 Capital social**

As acções ordinárias são classificadas no Capital próprio. Os custos directamente atribuíveis à emissão de novas acções ou opções são apresentados no Capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

### **3.2.11 Passivos financeiros**

O conselho de administração determina a classificação dos passivos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com a NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os passivos financeiros são classificados/ mensurados:

(a) Ao custo, ou ao custo amortizado, menos qualquer perda por imparidade; ou

(b) Ao justo valor com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na demonstração dos resultados.

A TRATOLIXO classifica e mensura ao custo, ou ao custo amortizado, os passivos financeiros: (i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; (ii) cuja remuneração seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e (iii) que não possuam cláusula contratual da qual possa resultar uma alteração à responsabilidade pelo reembolso do valor nominal e do juro acumulado a pagar.

Para os passivos registados ao custo amortizado, os juros a pagar a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efectiva, que corresponde à taxa que desconta os pagamentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

São registados ao custo, ou ao custo amortizado, os passivos financeiros que constituem financiamentos obtidos, contas a pagar (fornecedores, outros credores, etc.) e instrumentos de capital próprio, bem como quaisquer contratos derivados associados que não sejam negociados em mercado activo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

A TRATOLIXO desreconhece um passivo financeiro (ou parte de um passivo financeiro) apenas quando este se extinguir, isto é, quando a obrigação estabelecida no contrato seja liquidada, cancelada ou expire.

### **3.2.12 Financiamentos obtidos**

Os Financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido de custos de transacção e montagem incorridos. Os financiamentos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado sendo a diferença, entre o valor nominal e o justo valor inicial, reconhecida na demonstração dos resultados ao longo do período do empréstimo utilizando o método da taxa de juro efectiva.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente, excepto se a TRATOLIXO possuir um direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por,

pelo menos, 12 meses após a data do balanço, sendo, neste caso, classificados no passivo não corrente.

### **3.2.13 Imposto sobre o rendimento**

O Imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, excepto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos directamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor.

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo com base no balanço, considerando as diferenças temporárias resultantes da diferença entre a base fiscal de activos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada à data do balanço e, que se estima, que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos activos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos na medida em que seja provável que existam lucros tributáveis futuros disponíveis para a sua utilização. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, excepto as relacionadas com o reconhecimento inicial de activos e passivos que não resultem de uma concentração de actividades e que, à data da transacção, não afectem o resultado contabilístico ou fiscal.

### **3.2.14 Provisões**

As provisões são reconhecidas quando a TRATOLIXO tem: (i) uma obrigação presente legal ou construtiva resultante de eventos passados; (ii) para a qual é mais provável, do que não, que seja necessário um dispêndio de recursos internos no pagamento dessa obrigação; e (iii) o montante possa ser estimado com razoabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido, ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a TRATOLIXO divulga tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para pagamento do mesmo seja

considerada remota.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos dispêndios estimados para regularizar a obrigação utilizando uma taxa antes de impostos, que reflecte a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

#### Provisões para recuperação ambiental

Para fazer face às responsabilidades previstas no DL n.º 183/2009, de 10 de Agosto, no exercício de 2016 foi constituída uma provisão no valor de 2.550 mil euros, conforme custo estimado com a selagem das Células de Confinamento Técnico da Abrunheira, sendo que se estima o seu encerramento em 2026. Em 2022, tendo em consideração a melhor estimativa à data, procedeu-se ao reforço desta provisão em 750 mil euros, totalizando a mesma no final desse ano 3.300 mil euros, montante que em 2023 se considera adequado para os custos com a selagem deste equipamento.

#### Provisões para monitorização de aterro, lixeiras e células de confinamento técnico

A TRATOLIXO tem atribuída a responsabilidade de monitorização de diversas infra-estruturas e das lixeiras encerradas que integram o sistema multimunicipal objecto do contrato de gestão delegada. Esta é uma medida de protecção ambiental, exigida pelas autoridades competentes, e que pretende avaliar os impactos causados por estas infra-estruturas ao nível dos recursos naturais.

As provisões registadas resultam do plano de monitorização definido pela TRATOLIXO para o período de responsabilidade assumida (30 anos desde a data de encerramento) estando sujeitas a revisão anual consoante as acções de monitorização desenvolvidas. As provisões são mensuradas ao valor presente da estimativa efectuada descontada à taxa de juro que reflecte o risco do passivo.

### **3.2.15 Subsídios e apoios do Governo**

A TRATOLIXO reconhece os subsídios do Estado Português, da União Europeia ou organismos similares pelo seu justo valor quando existe uma certeza razoável de que o subsídio será recebido, independentemente da data do seu recebimento.

Quando em período subsequente, por condicionalismos não previstos, se venha a verificar o não recebimento do valor de subsídios registado, há lugar ao desconhecimento da parcela que não será recebida.

Os subsídios ao investimento não reembolsáveis são reconhecidos inicialmente na rubrica de capital próprio “Outras variações de capital” (deduzidos de um ajustamento respeitante ao imposto fiscal futuro, reconhecido por contrapartida de um passivo), sendo subsequentemente creditados na demonstração dos resultados numa base pro-rata da amortização dos activos a que estão associados. No que se refere aos subsídios associados às infra-estruturas da concessão estes são amortizados de acordo com o prazo da concessão.

Os subsídios à exploração são reconhecidos como rendimentos na demonstração dos resultados no mesmo período em que os gastos associados são incorridos e registados.

### **3.2.16 Locações**

Locações de activos fixos tangíveis, relativamente às quais a TRATOLIXO detém substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do activo são classificados como locações financeiras. São igualmente classificadas como locações financeiras os acordos em que a análise de uma ou mais situações particulares do contrato aponte para tal natureza. Todas as outras locações são classificadas como locações operacionais.

As locações financeiras são capitalizadas no início da locação pelo menor entre o justo valor do activo locado e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação, determinado à data de início do contrato. A dívida resultante de um contrato de locação financeira é registada líquida de encargos financeiros, na rubrica de financiamentos obtidos. Os encargos financeiros incluídos na renda são reconhecidos na demonstração dos resultados no período a que dizem respeito.

Os activos tangíveis adquiridos através de locações financeiras são depreciados pelo menor entre o período de vida útil do activo e o período da locação quando

a TRATOLIXO não tem opção de compra no final do contrato ou, pelo período de vida útil estimado quando a TRATOLIXO tem a intenção de adquirir os activos no final do contrato.

Nas locações consideradas operacionais, as rendas a pagar são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear durante o período da locação.

### **3.2.17 Gastos e rendimentos**

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. As diferenças, entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos, são reconhecidas como activos ou passivos se qualificarem como tal.

### **3.2.18 Rédito**

O rédito corresponde ao justo valor do montante recebido, ou a receber, relativo à venda de produtos e/ou prestações de serviços no decurso da actividade da TRATOLIXO. O rédito é registado líquido de quaisquer impostos ou descontos atribuídos.

O rédito da venda de produtos da TRATOLIXO corresponde à venda de resíduos de embalagem provenientes da triagem de resíduos recolhidos selectivamente, bem como, aos produtos resultantes do tratamento de resíduos indiferenciados, como sejam os recicláveis decorrentes da triagem manual da CITRS, da electricidade gerada a partir do biogás produzido nos biodigestores, e do composto produzido na Central de Digestão Anaeróbia. Acrescem, ainda, a estes produtos, os materiais recicláveis recuperados no Ecocentro provenientes das entregas de monstros pelos municípios que compõem a AMTRES.

O Rédito da venda de produtos é reconhecido quando: (i) o valor do rédito pode ser estimado com fiabilidade; (ii) é provável que benefícios económicos fluam para a TRATOLIXO; e (iii) parte significativa dos riscos e benefícios tenha sido transferido para o comprador.

No caso da venda dos resíduos de embalagem às Entidades Gestoras do Sistema Integrado de Resíduos de Embalagem (SIGRE), Sociedade Ponto Verde; Novo Verde e Electrão o rédito é reconhecido após a entrega aos retomadores e conforme comunicação do resultado dos leilões efectuados por estas entidades aplicável à fracção não embalagem dos lotes de materiais mistos (embalagem e não embalagem).

O rédito das prestações de serviços refere-se a duas actividades:

(i) Tratamento de resíduos - o rédito é reconhecido de acordo com as toneladas de resíduos entradas no sistema multimunicipal e as tarifas definidas pela AMTRES. O valor correspondente às toneladas de resíduos entradas é facturado directamente aos Municípios.

(ii) Serviços de construção de infraestruturas da concessão, reconhecidos no âmbito da aplicação da IFRIC 12 – Acordos de concessão de serviços - o rédito reconhecido corresponde ao valor de investimento concordado com a AMTRES, em termos de equipamentos a construir/ adquirir para expansão/ requalificação/ renovação/ substituição, tendo por base os custos estimados de construção/aquisição pela TRATOLIXO, os quais incluem: (a) o custo de aquisição (ex: empreitadas) e (b) os custos orgânicos, directa ou, indirectamente, relacionados com a fiscalização dos investimentos.

O Rédito da prestação de serviços é reconhecido de acordo com a percentagem de acabamento ou com base no período do contrato quando a prestação de serviços não esteja associada à execução de actividades específicas, mas à prestação contínua do serviço.

### **3.3 Matérias ambientais**

São reconhecidas provisões para matérias ambientais sempre que a TRATOLIXO tenha uma obrigação legal, ou construtiva, como resultado de acontecimentos passados, relativamente à qual seja provável que uma saída de recursos se torne necessária para a regularizar, e possa ser efectuada uma estimativa fiável do montante dessa obrigação.

A TRATOLIXO incorre em dispêndios e assume passivos de carácter ambiental. No âmbito do desenvolvimento da sua actividade, a TRATOLIXO incorre em diversos encargos de carácter ambiental, os quais, dependendo da sua origem, estão a ser capitalizados (obrigação contratual de requalificação) ou reconhecidos como

gasto nos resultados operacionais do exercício.

### **3.4 Principais estimativas e julgamentos apresentados na elaboração das demonstrações financeiras**

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da TRATOLIXO são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa do conselho de administração tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de activos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

#### **Estimativas contabilísticas relevantes**

##### **3.4.1 Provisões**

A TRATOLIXO analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objecto de reconhecimento ou divulgação.

A subjectividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

No exercício de 2022 procedeu-se à avaliação dos critérios técnicos que sustentaram o reconhecimento das provisões relativas às infraestruturas sujeitas a monitorização por imposição das autoridades competentes. Decorrente dessa avaliação foram revistas as estimativas e na sequência do apuramento final das

operações efectuou-se a reexpressão da informação financeira relativa ao exercício de 2021 em conformidade com o princípio da aplicação retrospectiva previsto na NCRF 4.

### 3.4.2 Activos intangíveis

Dado o modelo de negócio da TRATOLIXO (concessão de serviço público) e a contabilização exigida pela IFRIC 12, a definição do método de amortização do activo intangível, que consubstancia o direito de concessão e outros, é essencial para determinar o montante das amortizações a reconhecer na demonstração dos resultados de cada exercício ao longo da concessão.

Por se tratar de um direito contratual sujeito a regulação (fixação de tarifa) a amortização praticada tem que reflectir o consumo do benefício económico subjacente ao direito de explorar a concessão, o que se consubstancia no valor da amortização elegível para efeitos de determinação das tarifas. De acordo com as condições contratuais em vigor (“Contracto de gestão delegada”) enquanto o Regulamento Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos não for aplicável à TRATOLIXO, estas são similares às do “contrato-programa” que vigorava anteriormente e que considerava como base para a recuperação dos custos e encargos da concessão o “custo de amortização de todos os investimentos iniciais, de expansão e de substituição”.

Assim, a amortização do direito de concessão é efectuada de forma linear pelo prazo do contrato de gestão delegada, não contemplando a vida útil efectiva dos activos que integram o estabelecimento da concessão nem as necessidades de renovação/substituição destes activos.

Na data em que o Regulamento Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos tiver de ser adoptado pela TRATOLIXO, este método de amortização poderá ter de ser revisto/ alterado, o que poderá originar diferenças transitórias significativas nas demonstrações financeiras da TRATOLIXO, e conseqüentemente potenciais necessidades de reequilíbrio da concessão ou equilíbrio financeiro da TRATOLIXO.

### 3.4.3 Imparidade de activos

Os activos tangíveis e intangíveis firmes são avaliados relativamente à existência de imparidades quando existem indicadores de que os mesmos não serão recuperáveis no prazo do contrato de gestão delegada. Relativamente aos activos intangíveis em curso, o conselho de administração procede anualmente à avaliação da recuperabilidade do seu valor, com base no EVEF associado ao contrato de gestão delegada e nos pressupostos que considera mais prováveis de ocorrerem no futuro.

### 3.4.4 Impostos

Os montantes reconhecidos como imposto corrente, créditos de imposto e imposto diferido, que constituem a melhor estimativa do conselho de administração, têm em conta a legislação em vigor e o potencial de gerar resultados tributáveis futuros, podendo, contudo, existir correcções por parte da administração fiscal que se traduzam em alterações/ correcções a estes valores que não se encontram registados.

### 3.4.5 Prazo da concessão

O prazo da concessão corresponde ao período em que a TRATOLIXO prestará o serviço público. Quaisquer alterações no prazo da concessão têm impactos significativos nas demonstrações financeiras da TRATOLIXO, nomeadamente, nas rubricas de amortização de activos intangíveis (direito da concessão), reconhecimento de amortização do subsídio ao investimento ou no valor da tarifa a praticar (com impacto na determinação da recuperabilidade dos activos intangíveis).

Em 20 de Novembro de 2015, a AMTRES e a TRATOLIXO assinaram o contrato de gestão delegada, visado pelo Tribunal de Contas em 30 de Junho de 2016, onde ficou definida a alteração do fim do prazo da concessão de 31 de Dezembro de 2028 para 31 de Dezembro de 2043.

## 4 FLUXOS DE CAIXA

### 4.1 - Caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

A TRATOLIXO não possui caixa ou equivalentes de caixa para os quais existam restrições sobre a sua utilização, excepto no que respeita: (i) à conta de reserva de serviço da dívida, no montante de 5 milhões de euros, que se destina ao pagamento do serviço da dívida do primeiro semestre de 2024; e (ii) aos depósitos obrigatórios constituídos como garantia aos pagamentos do Programa Operacional de Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR).

### 4.2 - Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022, o detalhe de caixa e depósitos bancários apresenta os seguintes valores:

	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
Caixa	3 250	3 250
Depósitos bancários	12 168 286	17 966 163
<b>Caixa e depósitos bancários</b>	<b>12 171 536</b>	<b>17 969 413</b>

O detalhe do montante considerado como saldo final na rubrica de “Caixa e equivalentes de caixa” para efeitos da elaboração da demonstração de fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 é como segue:

	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
<b>Numerário</b>		
- Caixa	3 250	3 250
Depósitos bancários		
- Depósitos à ordem	11 531 872	17 734 232
- Depósitos a prazo	213 452	231 931
- Depósitos obrigatórios	422 962	-
	12 168 286	17 966 163
Caixa e equivalentes de caixa (activo)	12 171 536	17 969 413
<b>Equivalentes de caixa (passivo)</b>	-	-
<b>Total</b>	<b>12 171 536</b>	<b>17 969 413</b>

## 5 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

### 5.1 Alterações nas políticas contabilísticas

Não se verificaram quaisquer alterações às políticas contabilísticas adoptadas, para os períodos apresentados.

### 5.2 Alterações nas estimativas contabilísticas

Não se verificaram quaisquer alterações às estimativas contabilísticas adoptadas, para os períodos apresentados.

### 5.3 Erros de períodos anteriores

Não foram detectados erros com referência a períodos anteriores.

## 6 GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

A exposição da TRATOLIXO a riscos financeiros refere-se principalmente a riscos de taxa de juro e riscos de crédito.

### Risco da taxa de juro

A TRATOLIXO tem contratado um financiamento remunerado a taxas de juro variáveis, o que se traduz na exposição da Empresa à flutuação das taxas de juro no mercado.

### Risco de crédito

A TRATOLIXO é um sistema multimunicipal de tratamento de resíduos, que tem como clientes, quase que exclusivos, os Municípios integrados no sistema multimunicipal. Esta situação configura uma elevada concentração de risco de crédito, que é mitigada pelo facto de se tratarem de entidades do Governo local, ou seja, Estado. Os restantes clientes são a SU Electricidade, a Sociedade Ponto Verde, a Novo Verde, e outros retomadores de recicláveis, para os quais a TRATOLIXO efectua uma avaliação regular de risco de crédito.

## 7 ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 os movimentos registados em rubricas do activo fixo tangível foram como segue:

	<b>Equipamento administrativo</b>	
	<b>2023</b>	<b>2022</b>
<b>1 de Janeiro</b>		
Custo de aquisição	1 002 854	985 893
Depreciações acumuladas	(973 604)	(889 677)
<b>Valor líquido</b>	<b>29 251</b>	<b>96 216</b>
<b>31 de Dezembro</b>		
Adições	31 145	18 601
Alienações e abates	-	(1 640)
Transferências / regularizações	-	-
Depreciação - exercício	(37 551)	(85 567)
Depreciação - alienações	-	1 640
Activos fixos tangíveis em curso	-	-
Depreciação- reg. transf. e abates	-	-
<b>Valor líquido</b>	<b>22 845</b>	<b>29 251</b>
<b>31 de Dezembro</b>		
Custo de aquisição	1 034 000	1 002 854
Depreciações acumuladas	(1 011 154)	(973 604)
<b>Valor líquido</b>	<b>22 845</b>	<b>29 251</b>

As adições registadas nesta rubrica referem-se, essencialmente a equipamento social e equipamentos electrónicos.

## 8 ACTIVOS INTANGÍVEIS

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022, a evolução registada na rubrica dos activos intangíveis, é como segue:

	Programas computador	Direito concessão	Direito concessão em curso	Total
<b>A 1 de Janeiro de 2022 (Reexpresso)</b>				
Custo de aquisição	625 180	208 902 163	2 370 225	211 897 568
Amortizações acumuladas	(590 776)	(56 032 555)	-	(56 623 331)
<b>Valor líquido</b>	<b>34 404</b>	<b>152 869 608</b>	<b>2 370 225</b>	<b>155 274 237</b>
<b>31 de Dezembro</b>				
Adições	18 800	4 581 042	2 694 606	7 294 448
Alienações e abates	-	(4 746 493)	-	(4 746 493)
Regularizações	(1 260)	(325 015)	-	(326 275)
Transferências	-	1 772 660	(1 772 660)	-
Amortizações - exercício	(33 650)	(7 194 740)	-	(7 228 390)
Amortizações - reg/alienações	1 260	4 131 946	-	4 133 206
<b>Valor líquido</b>	<b>19 554</b>	<b>151 089 008</b>	<b>3 292 171</b>	<b>154 400 734</b>
<b>31 de Dezembro de 2022</b>				
Custo de aquisição	642 720	210 184 358	3 292 171	214 119 248
Amortizações acumuladas	(623 165)	(59 095 349)	-	(59 718 515)
<b>Valor líquido</b>	<b>19 554</b>	<b>151 089 008</b>	<b>3 292 171</b>	<b>154 400 734</b>
<b>A 1 de Janeiro de 2023</b>				
Custo de aquisição	642 720	210 184 358	3 292 171	214 119 248
Amortizações acumuladas	(623 165)	(59 095 349)	-	(59 718 515)
<b>Valor líquido</b>	<b>19 554</b>	<b>151 089 008</b>	<b>3 292 171</b>	<b>154 400 734</b>
<b>31 de Dezembro</b>				
Adições	500	1 798 664	5 993 826	7 792 990
Alienações e abates	-	-	-	-
Regularizações	-	-	(164 704)	(164 704)
Transferências	-	378 322	(378 322)	-
Amortizações - exercício	(13 454)	(7 299 662)	-	(7 313 116)
Amortizações - reg/alienações	-	-	-	-
<b>Valor líquido</b>	<b>6 601</b>	<b>145 966 332</b>	<b>8 742 971</b>	<b>154 715 904</b>
<b>31 de Dezembro de 2023</b>				
Custo de aquisição	643 220	212 361 344	8 742 971	221 747 535
Amortizações acumuladas	(636 619)	(66 395 012)	-	(67 031 631)
<b>Valor líquido</b>	<b>6 601</b>	<b>145 966 332</b>	<b>8 742 971</b>	<b>154 715 904</b>

## **Direito de concessão e Direito de concessão em curso**

Em 2023 procedeu-se à transferência dos seguintes investimentos em curso para o activo intangível direito da concessão: (i) Nova Portaria Operacional do Ecoparque Trajouce, cujo custo de aquisição ascendeu a 1.051.507 euros e (ii) terreno de Trajouce relacionado com o passivo ambiental, no valor de 250.314 euros, com base nos resultados das análises efectuadas àqueles solos, concluiu-se pelo encerramento do processo de saneamento dos terrenos sul.

As adições directas registadas em 2023 no direito da concessão referem-se, essencialmente a: (i) empreitadas de requalificação, no montante de 591.416 euros; (ii) uma escavadora hidráulica de rastos no valor de 86.500 euros; (iii) uma cisterna e um veículo Pick Up Isuzu cujo custo de aquisição total foi de 71.134 euros e (iv) uma plataforma elevatória, no montante de 34.600 euros.

A regularização apresentada no direito da concessão em curso refere-se ao desreconhecimento do valor capitalizado de dispêndios que se estimava incorrer com o saneamento do passivo ambiental, nos termos da norma ASC 980 – Regulated Operations emitida pelo FASB (que substitui a anterior SFAS 71). O valor de 164.704 euros foi na totalidade regularizado em 2023, dado que, pela análise dos resultados das análises efectuadas aos solos, se concluiu pelo encerramento do processo de saneamento dos terrenos sul.

As adições no direito da concessão em curso resultam da permuta da prestação de serviços de construção pelo direito da concessão (ver nota 22).

Os valores incluídos na rubrica de “Direito de concessão em curso” referem-se às seguintes obras:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Recuperação dos Terrenos Sul	-	164 704
Terrenos requalificação ambiental	-	250 314
Central Tratamento Mecânico	5 368 157	2 569 160
Nova Portaria Trajouce	-	128 008
Projeto 4º motogerador	27 600	27 600
Edifício Social e Armazém Abrunheira	72 652	72 503
Ampliação Capacidade CDA - RUB	3 233 257	76 522
Plataforma Careview	3 360	3 360
Empreitada da desenfumagem da CDA	21 945	-
Empreitada da desenfumagem na CT Trajouce	16 000	-
	<u><b>8 742 971</b></u>	<u><b>3 292 171</b></u>

As amortizações dos activos intangíveis estão reconhecidas na rubrica “Gastos/reversões de depreciações e amortizações” da demonstração dos resultados, pela sua totalidade.

### Projectos de Pesquisa e Desenvolvimento

Em 2023, deu-se continuidade ao Projecto MAFRA Reciclar a valer +. O projecto MAFRA Reciclar a valer +, promovido pela Câmara Municipal de Mafra, tem como parceiros a TRATOLIXO, a Novo Verde, a Electrão, o Instituto Superior Técnico e a 3drivers e tem como objectivo criar um laboratório vivo de sistemas de incentivo, que permita testar diferentes soluções tecnológicas e monitorizar os seus resultados, contribuindo para aumentar o conhecimento sobre estes sistemas e promover a sua eficácia e eficiência económica no sentido de preparar a implementação do sistema de depósito.

Foi constituído por vários elementos:

1) Diferentes tipologias de equipamentos de depósito, de forma a identificar aqueles mais adequados para diferentes localizações e diferentes grupos de utilizadores;

2) Tecnologias de sensorização e de inteligência artificial que permitam obter informação sobre a eficácia e eficiência do sistema;

3) Plataforma de monitorização da rede de equipamentos em tempo real, com gestão automática das operações de recolha.

O projecto engloba a recolha de embalagens de PET e metal através do sistema de incentivo de embalagens (máquinas de reverse vending), que decorre em diferentes pontos do Município de Mafra, como escolas e superfícies comerciais. O projecto visa ainda promover a correcta utilização destes sistemas através de uma campanha de sensibilização que percorrerá o concelho de Mafra com eventos em lojas e mercados, em escolas e outros locais junto das comunidades próximas. Este projecto permite recolher indicadores de percepção dos cidadãos relativamente às soluções e responder a questões chave como o valor associado ao incentivo, acessibilidade dos equipamentos, entre outras. Pretende-se ainda que o conhecimento acumulado seja disponibilizado de forma aberta a todos os interessados, promovendo o desenvolvimento e implementação de redes ou sistemas de depósito mais eficazes e eficientes. O Projecto inicial teve um investimento total de 840,000.00€ e obteve a aprovação dos EEA Grants com um financiamento global de 642.000,00€. O financiamento dos EEA Grants terminou em Julho de 2022, tendo-se celebrado novo protocolo entre os parceiros por forma a dar sucessão ao Projecto Piloto inicial com o intuito de dar seguimento ao estudo dos sistemas de incentivo, testando diferentes soluções tecnológicas e logísticas, monitorizando os resultados e contribuindo para o aumento do conhecimento sobre estes sistemas, promovendo assim a sua eficiência e eficácia.

A TRATOLIXO participa também no Projecto-piloto Mafra Reciclar a Valer+ Rua a Rua. Este Projecto vem complementar o Projecto MAFRA Reciclar a valer + e apresenta uma solução inovadora no âmbito da economia circular. Este projeto consiste, essencialmente, na instalação de um aro, equipado com sensores, capaz de ler o tipo de embalagem de plástico, de metal ou de vidro colocado no ecoponto. Por cada embalagem introduzida nestes ecopontos é atribuído um incentivo, que pode ser monetário ou de outro tipo (por exemplo, pontos). Este projeto irá arrancar, em fase de projecto-piloto, numa área previamente estabelecida e de onde se poderão retirar ilações para próximos investimentos do sistema tipo SAYT (save as you throw). A TRATOLIXO ficará responsável pela actividade de monitorização, efectuando as necessárias caracterizações dos resíduos recebidos no âmbito deste projecto. Este Projecto tem a duração estimada de 14 meses, já foi celebrado um protocolo de cooperação pelos diversos parceiros. O Projecto-piloto Mafra Reciclar a Valer+ Rua a Rua tem a duração estimada de 14 meses e terá

início em 2024 com a instalação física e configuração dos dispositivos nos ecopontos instalados / a instalar no município de Mafra, dando-se início à utilização dos mesmos pelos cidadãos e subsequente recolha selectiva dos resíduos de embalagem alvo do projecto, tendo sido já celebrado um protocolo de cooperação pelos diversos parceiros.

O Projecto SimRecicla (anteriormente designado de Circular SimTech), tem como objectivos promover a Economia Circular com simuladores de processos e tecnologias de produção, recolha, processamento de resíduos e de reciclagem na área de abrangência da TRATOLIXO e mereceu parecer favorável e, por conseguinte, a aprovação de um financiamento pela Sociedade Ponto Verde, no montante total de 101.304,0€. O projecto promovido pela TRATOLIXO conta a parceria do Centro de Estudos em Inovação, Tecnologia e Políticas de Desenvolvimento do Instituto Superior Técnico e a empresa da 3drivers, e tem como objectivo promover a economia circular, a descarbonização da gestão de resíduos e o uso eficiente dos recursos, através do desenvolvimento e da disponibilização de simuladores, com grande detalhe na modelação de todos os processos tecnológicos envolvidos na cadeia de valor de processamento dos resíduos urbanos (RU).

O SimRecicla consiste num conjunto de 3 simuladores que ajudam a conhecer de forma detalhada e completa todo o processo de gestão de resíduos e o ciclo de vida das embalagens. Na categoria "Onde coloco a minha embalagem" a ferramenta permite calcular o impacte das práticas de separação e encaminhamento dos resíduos de embalagens; enquanto na opção "Quero melhorar a reciclabilidade de uma embalagem" o simulador avalia o impacte das opções de produção, materiais e componentes adotados e, por fim, no item "Quero otimizar uma linha de triagem" faz as contas a recuperação de materiais numa linha de triagem de embalagens, de acordo com a sequenciação de diferentes operações e equipamentos. Os simuladores SimRecicla baseiam-se em informação real e de base científica, o que permite que esta seja utilizada não só no contexto da literacia sobre reciclagem, mas também para o planeamento e a tomada de decisões por parte dos embaladores e de quem gere os resíduos. A inovação e a digitalização são fundamentais para o desenvolvimento da economia circular e desde logo da reciclagem das embalagens. O projecto SimRecicla é uma solução inovadora e aproxima a reciclagem dos cidadãos, ao mesmo tempo que promove a gestão de resíduos e o uso eficiente dos recursos. O desenvolvimento dos simuladores terminou no final de 2023 e foi feito pela TRATOLIXO o último pedido de pagamento associado ao Projecto, no valor de 8.289€.

A TRATOLIXO é parceira num projecto pioneiro (Blue Circular Postbranding Project) de recolha e encaminhamento para reciclagem de redes de pesca de dois portos nacionais: Cascais e Ericeira. O Blue Circular Post Branding Project, é um projecto da UNIDCOM/IADE em parceria com o projecto “A Pesca por um Mar sem lixo”, promovido pelo Ministério do Mar e desenvolvido pela Docapesca / Associação Portuguesa do Lixo Marinho (APLM). Os objectivos do projecto baseiam-se na transmissão da ideia de que, ao abrigo de um processo transparente, há vida no plástico recolhido dos oceanos, (re)transformando-o em novos produtos. Nos portos de pesca de Cascais e da Ericeira a comunidade piscatória é convidada a colocar, quer as redes e os artefactos de pesca, quer o lixo marinho recolhido a bordo das suas embarcações em Ecopontos Marítimos criados para o efeito. Este projecto conta com diversos parceiros nomeadamente: Universidade Europeia/IADE, TRATOLIXO, VEOLIA e AMBIBERICA. Os dois primeiros parceiros fazem o armazenamento e o transporte e a AMBIBERICA é a entidade final, responsável pela reciclagem deste material. No âmbito deste projecto foram já recolhidos pelos pescadores e encaminhados para reciclagem mais de 1000 kg de redes de pesca. Em 2023 deu-se igualmente continuidade ao projecto Green Cork, iniciado em 2021. O “Green Cork” é um projecto desenvolvido pela QUERCUS em parceria com a Corticeira Amorim para recolha de rolhas de cortiça destinadas a reciclagem e possibilita que as verbas sejam destinadas à plantação de árvores através do projecto FLORESTA COMUM. Decorrente do protocolo celebrado em 2021 entre a QUERCUS, a TRATOLIXO e a CASCAIS AMBIENTE foram já recolhidas mais de 1500 Kg de rolhas de cortiça para serem encaminhadas para reciclagem, tendo todos os parceiros e munícipes envolvidos contribuído para a reflorestação no país podendo ser plantadas cerca de 4000 árvores. Esta iniciativa contribui igualmente para a mitigação das alterações climáticas, para a promoção da economia circular, para a redução das emissões do CO<sub>2</sub> e manutenção da biodiversidade.

## **9      ACTIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS**

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022, os saldos reconhecidos relativamente a impostos diferidos são apresentados no balanço pelo seu valor bruto.

O impacto dos movimentos nas rubricas de impostos diferidos, ocorrido para os exercícios apresentados, foi como se segue:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
<b>Demonstração dos resultados</b>		
Imposto diferido	(126 606)	(52 693)
imposto Corrente (nota 31)	<u>(380 025)</u>	<u>(3 256)</u>
	<b><u>(506 631)</u></b>	<b><u>(55 949)</u></b>

Impacto dos movimentos nas rubricas de Impostos diferidos

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
<b>Impacto na demonstração dos resultados</b>		
Activos por impostos diferidos	(154 272)	87 893
Passivos por impostos diferidos	<u>27 667</u>	<u>(140 587)</u>
	<b><u>(126 606)</u></b>	<b><u>(52 693)</u></b>

Os movimentos ocorridos nas rubricas de activos e passivos por impostos diferidos para os exercícios apresentados são como se segue:

#### Activos por impostos diferidos - Movimentos do ano

	<u>Provisões de monitorização</u>	<u>Provisão de selagem das CCT</u>	<u>Diferimento rendimentos SFAS71</u>	<u>Prejuízos fiscais</u>	<u>Justo valor Fundo Comp. Trabalho</u>	<u>Total</u>
<b>A 1 de Janeiro de 2022 (Reexpresso)</b>	<b>15 907</b>	<b>260 796</b>	<b>37 058</b>	<b>23 043</b>	<b>92</b>	<b>336 896</b>
Reversão por resultados	(1 999)	(52 159)	-	-	(28)	(54 186)
Constituição por resultados	-	135 000	-	6 682	397	142 079
<b>Movimento do período</b>	<b><u>(1 999)</u></b>	<b><u>82 841</u></b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>6 682</u></b>	<b><u>369</u></b>	<b><u>87 893</u></b>
<b>A 31 de Dezembro de 2022</b>	<b><u>13 908</u></b>	<b><u>343 636</u></b>	<b><u>37 058</u></b>	<b><u>29 725</u></b>	<b><u>461</u></b>	<b><u>424 789</u></b>

	Provisões de monitorização	Provisão de selagem das CCT	Diferimento rendimentos SFAS71	Prejuízos fiscais	Justo valor Fundo Comp. Trabalho	Total
<b>A 1 de Janeiro de 2023</b>	<b>13 908</b>	<b>343 636</b>	<b>37 058</b>	<b>29 725</b>	<b>461</b>	<b>424 789</b>
Reversão por resultados	(2 973)	(85 909)	(37 058)	(29 725)	(461)	(156 127)
Constituição por resultados	1 855	-	-	-	-	1 855
<b>Movimento do período</b>	<b>(1 118)</b>	<b>(85 909)</b>	<b>(37 058)</b>	<b>(29 725)</b>	<b>(461)</b>	<b>(154 272)</b>
<b>A 31 de Dezembro de 2023</b>	<b>12 790</b>	<b>257 727</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>270 517</b>

O imposto diferido activo diz respeito às provisões de monitorização das infra-estruturas que existem nos municípios do sistema concessionado à TRATOLIXO, e à provisão da selagem das células de confinamento técnico da Abrunheira (ver nota 18);

O ajustamento por resultados está relacionado com os ajustamentos efetuados às provisões de monitorização conforme descrito na nota 5.

## Passivos por impostos diferidos - Movimentos do ano

	Reavaliação normativo anterior	Selagem CCT	Justo valor Fundo Compensação Trabalho	Total
<b>A 1 de Janeiro de 2022</b>	<b>(27)</b>	<b>(450 804)</b>	-	<b>(450 831)</b>
Constituição/reversão por capital	-	-	-	-
Constituição por resultados	-	(161 080)	-	(161 080)
Alteração de taxa de imposto	-	-	-	-
Reversão por resultados	2	20 491	-	20 493
<b>Movimentos do período</b>	<b>2</b>	<b>(140 588)</b>	-	<b>(140 587)</b>
<b>A 31 de Dezembro de 2022</b>	<b>(25)</b>	<b>(591 392)</b>	-	<b>(591 417)</b>
	Reavaliação normativo anterior	Selagem CCT	Justo valor Fundo Compensação Trabalho	Total
<b>A 1 de Janeiro de 2023</b>	<b>(25)</b>	<b>(591 392)</b>	-	<b>(591 417)</b>
Constituição/reversão por capital	-	-	-	-
Constituição por resultados	-	-	(497)	(497)
Reversão por resultados	2	28 161	-	28 163
<b>Movimentos do período</b>	<b>2</b>	<b>28 161</b>	<b>(497)</b>	<b>27 667</b>
<b>A 31 de Dezembro de 2023</b>	<b>(23)</b>	<b>(563 231)</b>	<b>(497)</b>	<b>(563 751)</b>

O imposto diferido passivo diz respeito (i) às reavaliações efectuadas no âmbito do normativo anterior, resultam da actualização do valor dos activos, efectuada no normativo POC, com base em diplomas do Governo onde são definidos os coeficientes de desvalorização monetária. O efeito destes impostos diferidos reflecte a não dedução fiscal de 40% da reavaliação efectuada; (ii) dispêndios que se estimam com a selagem capitalizados nas células de confinamento técnico da Abru-

nheira; (iii) ao justo valor do Fundo de Compensação do Trabalho.

## 10 INVENTÁRIOS

O detalhe de inventários em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 é como segue:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo		
Gasóleo	33 062	33 666
Arame	110 702	98 958
EPI's e Fardamentos	95 986	88 972
Outros consumíveis	1 295 898	1 307 261
Produtos acabados	126 662	87 124
Adiantamentos por conta de compras	-	-
Imparidade de inventários	(13 221)	(13 707)
<b>Total inventários</b>	<b><u>1 649 088</u></b>	<b><u>1 602 274</u></b>

**Variação dos Inventários de produção**

**39.538**

**15.650**

O custo dos inventários reconhecido, em 2023, incluído na rubrica "Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas" (ver nota 23) diz respeito ao consumo de arame e de gasóleo.

Os EPIS, Fardamentos e Outros Consumíveis, estão a ser relevados na rubrica de inventários. O consumo dos EPIS e Fardamentos é reconhecido em gastos com o pessoal e o consumo dos Outros Consumíveis em fornecimentos e serviços externos (ver nota 24), maioritariamente na rubrica de conservação e reparação.

## Imparidade de Inventários

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
<b>A 1 de Janeiro</b>	<b>13 707</b>	<b>14 492</b>
Reforço	-	-
Utilizações	-	-
Reversão	(486)	(785)
<b>A 31 de Dezembro</b>	<b>13 221</b>	<b>13 707</b>

A reversão justificou-se pela utilização de consumíveis/equipamentos que não eram requisitados há muito tempo e cuja utilização se revelou necessária.

## 11 CLIENTES

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022, a decomposição da rubrica de Clientes, é como se segue:

	<u>31/12/2023</u>			<u>31/12/2022</u>		
	<b>Corrente</b>	<b>Não corrente</b>	<b>Total</b>	<b>Corrente</b>	<b>Não corrente</b>	<b>Total</b>
Clientes - grupo i)	4 869 613	-	4 869 613	1 900 323	-	1 900 323
Clientes - outros ii)	1 691 942	-	1 691 942	1 545 737	-	1 545 737
Clientes de cobrança duvidosa	278 933	-	278 933	278 933	-	278 933
	<u>6 840 488</u>	<u>-</u>	<u>6 840 488</u>	<u>3 724 993</u>	<u>-</u>	<u>3 724 993</u>
Imparidade de clientes	(278 933)		(278 933)	(278 933)		(278 933)
<b>Total Clientes</b>	<b>6 561 555</b>	<b>-</b>	<b>6 561 555</b>	<b>3 446 060</b>	<b>-</b>	<b>3 446 060</b>

i) Clientes – grupo: esta rubrica refere-se, essencialmente, aos saldos a receber dos municípios por conta do serviço de tratamento de resíduos prestados no âmbito do contrato de gestão delegada.

ii) Clientes – outros: nesta rubrica encontram-se registados os saldos a receber de clientes decorrentes da venda de produtos recicláveis e da prestação de serviços de recepção e tratamento de resíduos provenientes de particulares.

### Imparidade de clientes

	<b>2023</b>	<b>2022</b>
<b>A 1 de Janeiro</b>	278 932	94 361
Aumentos	-	187 788
Utilizações	-	-
Reduções	-	3 216
<b>A 31 de Dezembro</b>	<b>278 932</b>	<b>278 932</b>

Para os períodos apresentados não existem diferenças entre os valores contabilísticos e o seu justo valor.

## 12 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022, os saldos de impostos a liquidar/recuperar referem-se a:

	31/12/2023		31/12/2022	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Imposto s/ rendimento - IRC	936	378 218	2 537	-
Impostos s/ rendimento - IRS	-	70 050	-	71 374
Imposto s/ valor acrescentado - IVA	240 257	-	449 420	-
Contribuições p <sup>a</sup> segurança social / C.G.A.	-	173 353	-	152 118
Descontos ADSE	-	-	-	-
Fundos de compensação do trabalho	-	1 279	-	1 146
	<b>241 193</b>	<b>622 900</b>	<b>451 957</b>	<b>224 638</b>
Saldo corrente	241 193	622 900	451 957	224 638
Saldo não corrente	-	-	-	-
	<b>241 193</b>	<b>622 900</b>	<b>451 957</b>	<b>224 638</b>

O montante de 240.257 euros refere-se ao valor de IVA a recuperar à data de 31 de Dezembro de 2023.

Para os períodos apresentados o saldo de IRC tem a seguinte decomposição:

	31/12/2023	31/12/2022
Pagamentos por conta	-	3 090
Retenções na fonte	2 744	2 704
Estimativa de IRC	(380 025)	(3 256)
<b>Total</b>	<b>(377 281)</b>	<b>2 537</b>

## 13 OUTRAS CONTAS A RECEBER

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022, a decomposição da rubrica de Outras contas a receber, é como segue:

	31/12/2023			31/12/2022		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Outros devedores	1 039 595	-	1 039 595i)	5 706 429	-	5 706 429
Imparidade Outros devedores	-	-	-	-	-	-
	<b>1 039 595</b>	<b>-</b>	<b>1 039 595</b>	<b>5 706 429</b>	<b>-</b>	<b>5 706 429</b>
Accionista						
Transf. Financeira Equilíbrio	2 134 869	-	2 134 869	-	-	-
Devedores por acréscimo rendimento						
Faturação a emitir	218 708	-	218 708ii)	204 052	-	204 052
Diferencial tarifário a receber	-	-	--	-	-	-
Adiantamentos a fornecedores	24 511	-	24 511iii)	24 511	-	24 511
<b>Outras contas a receber</b>	<b>3 417 682</b>	<b>-</b>	<b>3 417 682</b>	<b>5 934 991</b>	<b>-</b>	<b>5 934 991</b>

i) O saldo relevado em outros devedores diz, essencialmente, respeito ao valor de 928 mil euros a receber de subsídios atribuídos ao abrigo do Programa Operacional de Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR).

ii) Nos termos do art.º 40º, da Lei 50/2012, de 31 de Agosto, com vista ao equilíbrio das contas de 2023, registou-se o valor a receber do único acionista, a AMTRES, pelo montante de 2,9 milhões de euros. O valor em saldo refere-se à verba por receber em 31/12/2023, montante que foi integralmente recebido nos primeiros dias de 2024.

iii) Este saldo refere-se, na sua maior parte, à energia a facturar à SU Electricidade no montante de 170 mil euros.

iv) Refere-se ao valor em saldo relativo ao adiantamento efectuado ao empreiteiro das Células de Confinamento Técnico da Abrunheira.

Para os períodos apresentados não existem diferenças entre os valores contabilísticos e o seu justo valor.

## 14 DIFERIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022, a TRATOLIXO tem registado na rubrica de diferimentos os seguintes saldos:

	31/12/2023	31/12/2022
Seguros	225 358	502
Outros serviços	12 413	22 230
Subsídios à exploração	-	12 321
<b>Gastos a reconhecer</b>	<b>237 772</b>	<b>35 054</b>
Faturação antecipada	-	164 704
Outros rendimentos	-	15 466
<b>Rendimentos a reconhecer</b>	<b>-</b>	<b>180 170</b>

Os gastos a reconhecer dizem, sobretudo, respeito a pré-pagamentos de serviços contratados e ainda não recebidos.

Em rendimentos a reconhecer, o valor de 164 mil que se encontrava diferido, a aguardar a concretização dos gastos associados, nos termos da norma ASC 980 – Regulated Operations emitida pelo FASB (que substitui a anterior SFAS 71), foi na totalidade regularizado em 2023, dado que, pela análise dos resultados das análises efectuadas aos solos, se concluiu pelo encerramento do processo de saneamento dos terrenos sul.

## 15 CAPITAL

### Capital realizado

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022, o capital social da TRATOLIXO, encontrava-se totalmente subscrito e realizado, sendo representado por 1.402.000 acções com o valor nominal de cinco euros cada.

O detalhe do capital social a 31 de Dezembro de 2023 e 2022 é como segue:

	<b>Número de acções</b>	<b>Capital Social</b>
<b>Capital Social</b>	1.402.000	7.010.000

## 16 RESERVAS

A rubrica de Capital próprio - Reservas legais, não registou movimentos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022, mantendo-se em 30.000 euros.

A Reserva legal não está ainda totalmente constituída nos termos da lei (20% do capital social). Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou no aumento do Capital social.

## 17 OUTRAS VARIAÇÕES DE CAPITAL

A rubrica Outras variações no capital próprio corresponde a subsídios ao investimento, os quais são inicialmente reconhecidos no capital próprio, sendo depois reconhecidos em resultados como rendimentos numa base sistemática de forma a balanceá-los com os gastos a que dizem respeito.

Nesta rubrica encontram-se reconhecidos os subsídios seguintes:

- (i) Subsídio atribuído pelo Fundo Coesão à TRATOLIXO para o projecto de “construção de uma Unidade de Digestão Anaeróbia para Tratamento de Resíduos Orgânicos”;
- (ii) Subsídio do Programa Operacional de Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR), para a construção de uma Central de Triagem para resíduos

de embalagem de papel/cartão e plástico, metal e ECAL proveniente da recolha selectiva;

(iii) Subsídio do POSEUR respeitante à empreitada de requalificação do novo edifício social e de serviços do Ecoparque de Trajouce;

(iv) Subsídio do Fundo Ambiental para a aquisição de três viaturas eléctricas e três subsídios do Fundo de Eficiência Energética direccionados para a CDA;

(v) Subsídio do POSEUR referente à Concepção/Construção de Adaptação do Tratamento Mecânico de Trajouce à recolha selectiva de biorresíduos;

(vi) Subsídio do POSEUR para uma Central de Compostagem de Resíduos Verdes oriundos da recolha selectiva. Esta operação inclui a aquisição de equipamentos móveis associados às etapas pelas quais os resíduos verdes passam desde que são recepcionados na Estação de Compostagem até à saída do composto.

vii) Subsídio do POSEUR para a nova portaria operacional do ecoparque de Trajouce.

	<b>Subsídios ao Investimento</b>	<b>Ajustamento efeito fiscal futuro</b>	<b>Total</b>
<b>1 de Janeiro de 2022</b>	<b>31 395 615</b>	<b>(7 064 014)</b>	<b>24 331 601</b>
Adições	55 280	(12 438)	42 842
Regularização por resultados exercício	(1 125 201)	253 170	(872 031)
Regularização por resultados transitados	-	-	-
Alienações / Diminuições	(684 602)	154 035	(530 566)
Alteração da taxa de imposto	-	-	-
<b>31 de Dezembro de 2022</b>	<b>29 641 093</b>	<b>(6 669 246)</b>	<b>22 971 847</b>
Adições	-	-	-
Regularização por resultados exercício	(1 147 446)	258 175	(889 271)
Regularização por resultados transitados	-	-	-
Alienações / Diminuições	(2 823)	635	(2 188)
Alteração da taxa de imposto	-	-	-
<b>31 de Dezembro de 2023</b>	<b>28 490 824</b>	<b>(6 410 436)</b>	<b>22 080 388</b>

Em 2023 iniciou o reconhecimento do subsídio respeitante à nova portaria operacional do ecoparque de Trajouce.

À semelhança dos outros subsídios, relacionados com investimentos em obras e equipamentos que constituem o direito da concessão, o subsídio foi reconhecido considerando-se o prazo da concessão até 2043.

## 18 PROVISÕES

A evolução registada na rubrica das Provisões em 2023 e 2022 é como segue:

	<b>Provisões ambientais</b>	<b>Provisões monitorização</b>	<b>Provisões selagem</b>	<b>Outras Provisões</b>	<b>Total</b>
<b>A 1 de Janeiro de 2022 (reexpresso)</b>	<b>164 704</b>	<b>179 441</b>	<b>2 550 000</b>	<b>4 400</b>	<b>2 898 545</b>
Dotação	-	-	750 000	1 530	751 530
Utilização	-	-	-	-	-
Redução	-	(12 805)	-	(2 000)	(14 805)
<b>A 31 de Dezembro de 2022</b>	<b>164 704</b>	<b>166 636</b>	<b>3 300 000</b>	<b>3 930</b>	<b>3 635 270</b>
Saldo corrente	-	-	-	-	-
Saldo não corrente	164 704	166 636	3 300 000	3 930	3 635 270
	<b>164 704</b>	<b>166 636</b>	<b>3 300 000</b>	<b>3 930</b>	<b>3 635 270</b>

	<b>Provisões ambientais</b>	<b>Provisões monitorização</b>	<b>Provisões selagem</b>	<b>Outras Provisões</b>	<b>Total</b>
<b>A 1 de Janeiro de 2023</b>	<b>164 704</b>	<b>166 636</b>	<b>3 300 000</b>	<b>3 930</b>	<b>3 635 270</b>
Dotação	-	4 491	-	9 500	13 991
Utilização	-	(11 427)	-	-	(11 427)
Redução	(164 704)	(18 836)	-	(1 530)	(185 070)
<b>A 31 de Dezembro de 2023</b>	<b>0</b>	<b>140 863</b>	<b>3 300 000</b>	<b>11 900</b>	<b>3 452 763</b>
Saldo corrente	-	-	-	-	-
Saldo não corrente	0	140 863	3 300 000	11 900	3 452 763
	<b>0</b>	<b>140 863</b>	<b>3 300 000</b>	<b>11 900</b>	<b>3 452 763</b>

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022, a TRATOLIXO apresentava as seguintes provisões:

18.1 Provisão ambiental: a provisão que se encontrava constituída em 2022 para a recuperação ambiental decorrente da responsabilidade do plano de reabilitação do Ecoparque de Trajouce, devido à deposição de resíduos em área não impermeabilizada, no montante de 164 mil euros, foi em 2023 desreconhecida dado que, pela análise dos resultados das análises efectuadas aos solos, se concluiu pelo encerramento do processo de saneamento dos terrenos sul.

18.2 Provisões monitorização: dizem respeito à melhor estimativa à data, da responsabilidade futura, atribuída à TRATOLIXO, para a monitorização das células de confinamento técnico, do aterro de Trajouce e das quatro lixeiras que existem nos municípios integrados no sistema.

18.3 Provisão para a selagem das células de confinamento técnico (CCT) da Abrunheira. Nos termos do DL nº 183/2009, de 10 de Agosto, registou-se a responsabilidade futura com a selagem das CCT, no montante de 3.300 mil euros, que corresponde ao custo estimado com o seu encerramento em 2026, tendo em conta a tecnologia existente à data.

18.4 Outras provisões: provisões para processos de contraordenação do Instituto da Mobilidade e dos Transportes (IMT), Autoridade Nacional para a segurança Rodoviária (ANSR) e a um processo judicial em curso.

## 19 FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022, o detalhe dos financiamentos obtidos quanto ao prazo (corrente e não corrente) e natureza, é como segue:

	31/12/2023			31/12/2022		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Empréstimos bancários	3 968 324	122 490 783	126 459 107	3 968 324	126 459 107	130 427 431
Descobertos bancários	-	-	-	-	-	-
	3 968 324	122 490 783	126 459 107	3 968 324	126 459 107	130 427 431
Locações financeiras	-	-	-	-	-	-
Juros e encargos a pagar - especialização	258 077	-	258 077	232 016	-	232 016
Custos incrementais	-	(348 363)	(348 363)	-	(364 612)	(364 612)
	<b>4 226 400</b>	<b>122 142 420</b>	<b>126 368 820</b>	<b>4 200 339</b>	<b>126 094 495</b>	<b>130 294 834</b>

A rubrica de empréstimos bancários refere-se ao financiamento obtido, em 17 de Agosto de 2005, junto do sindicato bancário formado pelo BPI, BES/Novo Banco, BCP, CGD e Caixa BI, em regime de “project finance”, para a construção de infra-estruturas do sistema multimunicipal de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra.

Em 29 de Junho de 2015, decorrente das negociações com as entidades bancárias, firmaram-se os novos Contratos Financeiros. Nesta data, foi celebrado entre a TRATOLIXO e os Bancos um “Contrato de Reestruturação, Aditamento e Consolidação”, mediante o qual se procedeu à consolidação e reestruturação das dívidas assumidas pela TRATOLIXO ao abrigo de diversos Contratos Financeiros, sendo ademais concedida pelos Bancos à TRATOLIXO uma nova linha de financiamento, que tinha como finalidade financiar o pagamento de juros e o pagamento do imposto do selo relativo a tais juros, até 31/12/2017.

Em 15 de Dezembro de 2023, face à subida abrupta das taxas de juro, e na sequência das reuniões havidas com o sindicato bancário, firmou-se um novo aditamento ao contrato de financiamento que altera a definição de Margem, passando a constar: “Margem” significa (i) a partir do Período de Contagem de Juros que termina a 15 de Dezembro de 2025 (inclusivamente), 0,45%, e (ii) a partir do Período de Contagem de Juros que se inicia a 16 de Dezembro de 2025 e até à Data de vencimento, 1,685%”. (A definição de Margem que antes constava era a seguinte: “Margem” significa 1,35%).

De acordo com os termos acordados o financiamento apresenta a seguinte maturidade:

	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
Até 1 ano	3 968 324	3 968 324
Entre 1 e 5 anos	23 068 482	20 339 575
Mais de 5 anos	99 422 301	106 119 532
	<b>126 459 107</b>	<b>130 427 431</b>

No que diz respeito aos juros e encargos a pagar, procedeu-se à respectiva especialização atingindo os mesmos a 31 de Dezembro de 2023 o total de 258 mil euros, montante que reflecte já a alteração de Margem negociada em 2023 com o Sindicato Bancário.

Como forma de garantir o cumprimento integral e atempado de todas as obrigações garantidas emergentes do Contrato de Financiamento, a TRATOLIXO concordou em constituir a favor dos bancos que formam o sindicato bancário: (i) Penhor financeiro de primeiro e segundo grau, nos mais amplos termos em direito permitidos, sobre os saldos a crédito das contas do projecto; (ii) Penhor de primeiro grau, nos mais amplos termos em direito permitidos, sobre os direitos da TRATOLIXO resultantes de contratos, acordos ou garantias; (iii) Penhor de primeiro grau, nos mais amplos termos em direito permitidos, sobre todos os bens móveis desonerados susceptíveis de penhor; (iv) Penhor de primeiro e segundo grau, nos mais amplos termos em direito permitidos, sobre todos os bens móveis empenhados; (v) Hipoteca de primeiro e segundo grau, nos mais amplos termos em direito permitidos, sobre os terrenos de que é titular, bem como sobre todas as partes integrantes, acessões, benfeitorias, obras e construções edificadas.

Todos os financiamentos estão negociados em euros e a condições de mercado, pelo que o seu valor contabilístico se aproxima do justo valor.

Nos termos contratualmente previstos a TRATOLIXO liquidou no decorrer de 2023 o valor de 9,5 milhões de euros relativos ao serviço da dívida.

### Locações financeiras

A Empresa não celebrou contratos de locação financeira durante o exercício de 2023.

## 20 FORNECEDORES

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022, o detalhe dos fornecedores quanto ao prazo (corrente e não corrente) e natureza, é como segue:

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Fornecedores - Grupo		
Fornecedores - Terceiros	2 010 309	2 337 870
<b>Total saldo fornecedores - correntes</b>	<b>2 010 309</b>	<b>2 337 870</b>
<b>Total saldo fornecedores - não correntes</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>2 010 309</b>	<b>2 337 870</b>

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022, os saldos de fornecedores mais significativos referem-se às seguintes entidades:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Caterpillar Energy Solutions	-	262 652
Valorsul	-	154 171
Carmona, S.A.	58 799	74 370
Cimertex	104 327	114 275
Grandalvo - Empresa Trabalho Temporário	54 988	82 664
Resitejo	137 141	130 231
Strong	88 158	116 811
Petroibérica	118 611	87 287
Endesa	372 734	105 986
Metalomecânica 3 Triângulos, Lda	-	103 044
Transportes Libertário	137 385	92 856
Sinal Cabo Sistemas de comunicação	-	82 353
Sanestradas	-	66 039
DMCAR, LDA	51 451	-
Outros (saldos < 50.000 euros)	886 714	865 131
	<b>2 010 309</b>	<b>2 337 870</b>



## 21 OUTRAS CONTAS A PAGAR

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022, o detalhe da rubrica Outras contas a pagar é como segue:

	31/12/2023			31/12/2022		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
<b>Fornecedores investimentos</b>						
Fornecedores gerais	77 063	-	77 063	957 032	-	957 032
<b>Outros credores</b>						
Credores diversos i)	9 043 577	-	9 043 577	6 984 447	-	6 984 447
<b>Acréscimos de gastos</b>						
Férias e sub. férias	1 447 666	-	1 447 666	1 521 638	-	1 521 638
Outros ii)	426 768	-	426 768	1 133 462	-	1 133 462
<b>Outras contas a pagar</b>	<b>10 995 075</b>	<b>-</b>	<b>10 995 075</b>	<b>10 596 578</b>	<b>-</b>	<b>10 596 578</b>

i) Credores diversos – deste saldo, 8,2 milhões de euros refere-se ao valor da Taxa de Gestão de Resíduos a liquidar à Agência Portuguesa do Ambiente em 2024. O restante valor, 800 mil euros, refere-se, sobretudo, a cauções de fornecedores;

ii) Em 2023, foi introduzido no Regime Geral de Gestão de Resíduos (RGGR, Decreto-Lei n.º 102-D/2020, de 10 de Dezembro) um mecanismo de desagregamento à TGR pela fracção dos biorresíduos que os municípios demonstraram ter separado e reciclado na origem ou recolhido selectivamente (os biorresíduos incluem os resíduos verdes recolhidos selectivamente pelos Municípios) que resultou numa devolução da TGR a favor dos Municípios. Assim, passando a vigorar legalmente este mecanismo de bonificação à recolha selectiva de biorresíduos, que tem como objectivo fomentar e premiar as recolhas selectivas, a TRATOLIXO deixou de aplicar a bonificação da tarifa aos resíduos verdes o que justifica a variação desta rubrica face ao período homólogo.

## 22 VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

O montante de vendas e prestações de serviços reconhecido em 2023 e 2022 na demonstração dos resultados é detalhado como segue:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
<b>Vendas de Produtos</b>		
Composto	51 164	18 482
Recicláveis	7 543 089	7 570 244
Electricidade	2 255 985	2 414 911
<b>Sub-total</b>	<b><u>9 850 238</u></b>	<b><u>10 003 637</u></b>
<b>Prestação de Serviços</b>		
Tratamento de resíduos	i) 21 084 364	18 746 761
Outras prestações de serviços	-	44 800
Serviços de construção	ii) <u>7 792 490</u>	<u>6 553 007</u>
<b>Sub-total</b>	<b><u>28 876 854</u></b>	<b><u>25 344 567</u></b>
<b>Vendas e prestações de serviços</b>	<b><u>38 727 092</u></b>	<b><u>35 348 204</u></b>

As variações registadas no rédito em 2023, relativamente ao ano anterior, são, sobretudo, consequência:

da trajectória tarifária aprovada para o quinquénio 2021-2025, actualizada pelo efeito da inflação; e

da execução dos projectos de construção.

Resumo das principais obras de construção/aquisição de infra-estruturas para o sistema multimunicipal, no âmbito do contrato de gestão delegada:

<b>Descrição</b>	<b>Rédito 2023</b>	<b>Rédito 2022</b>
Equipamento Carga e Transporte	192 234	549 058
Central Triagem Trajouce	-	30 624
Requalificação da Central de compostagem	-	2 356 942
Adaptação da central de Tratamento Mecânico	2 798 997	2 569 160
Equipamento Industrial	36 431	695 390
Ampliação da capacidade de processamento de RUB - CDA	3 156 735	11 782
Nova Portaria Trajouce	923 499	102 334
Outros (< 200.000 €)	684 594	237 718
	<b>7 792 490</b>	<b>6 553 007</b>

## 23 CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

O detalhe dos custos com mercadorias vendidas e matérias consumidas nos exercícios de 2023 e 2022 é como segue:

	<b>Matérias-primas, subsidiárias e de consumo</b>	
	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Inventários iniciais	132.624	62.796
Compras	1.584.224	1.800.784
Regularização de existências	-	-
Inventário finais	143.764	132.624
<b>Custos no exercício</b>	<b>1.573.084</b>	<b>1.730.955</b>

Os valores incluídos nesta rubrica correspondem:

- (i) Aos gastos com gasóleo adquirido para consumo de máquinas pesadas utilizadas nas operações de tratamento e transporte de resíduos;
- (ii) Aos consumos de arame utilizado para fazer os fardos dos resíduos.

## 24 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

O detalhe dos custos com fornecimentos e serviços externos é como segue:

		<u>2023</u>	<u>2022</u>
Subcontratos	i)	10 399 491	8 309 869
Transporte e deposição RSU		2 160 072	1 244 819
Serviços de construção		7 792 490	6 553 007
Outros		446 929	512 043
Trabalhos especializados		1 053 932	874 632
Conservação e reparação		3 775 654	3 893 539
Eletricidade	ii)	1 181 212	480 761
Vigilância e Segurança		460 676	435 185
Rendas		771 578	771 317
Seguros		448 720	278 351
Água		123 821	120 994
Limpeza, higiene e conforto		227 525	208 675
Outros fluidos		293 046	429 189
Ferramentas e utensílios		104 177	130 886
Honorários		101 144	119 821
Outros (< 100.000 euros)		<u>206 149</u>	<u>194 481</u>
<b>Fornecimentos e serviços externos</b>		<b><u>19 147 125</u></b>	<b><u>16 247 700</u></b>

**i) Subcontratos:** deste saldo a) 7.792 mil euros referem-se à infra-estrutura da concessão a cargo da TRATOLIXO (2022: 6.553 mil euros); b) 2.160 mil euros referem-se ao transporte e deposição de resíduos (2022: 1.245 mil euros). A variação que se verifica, com impacto negativo no resultado líquido, deve-se, sobretudo, ao aumento das toneladas transportadas/depositadas em destinos externos, bem como ao aumento do custo de deposição e transporte, situação que impacta

positivamente na capacidade instalada do aterro; c) 447 mil euros, em "Outros", dizem respeito à subcontratação de trabalhadores temporários (2022: 512 mil euros).

ii) **Electricidade:** a variação que se verifica relativamente a 2022 deve-se, sobretudo, ao preço mais elevado do Kwh em 2023.

## 25 GASTOS COM PESSOAL

Os gastos com pessoal, incorridos durante o exercício de 2023 e 2022, foram como segue:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Remunerações		
Orgãos sociais	108 766	96 403
Pessoal	<u>6 735 729</u>	<u>6 244 955</u>
	<b><u>6 844 495</u></b>	<b><u>6 341 358</u></b>
Outros gastos		
Encargos sobre remunerações	1 630 506	1 494 514
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	168 104	151 916
Gastos de acção social	93 009	143 022
Fardamentos e EPI's	216 851	212 566
Outros	<u>275 100</u>	<u>307 929</u>
<b>Sub-total</b>	<b><u>2 383 569</u></b>	<b><u>2 309 946</u></b>
<b>Gastos com pessoal</b>	<b><u>9 228 064</u></b>	<b><u>8 651 303</u></b>

O número médio de trabalhadores em 2023 foi de 295.

## 26 PERDAS POR IMPARIDADE E REVERSÕES DO EXERCÍCIO

A decomposição da rubrica Perdas por imparidade e reversões do exercício, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022, é conforme segue:

<b>Perdas por imparidade e reversões</b>		
	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Perdas por imparidade de clientes	-	647
Perdas por imparidade em inventários	-	-
Outros	-	-
<b>Perdas por imparidade</b>	<b>-</b>	<b>647</b>
Reversões de perdas por imparidade de clientes	-	3 216
Reversões de perdas por imparidade em inventários	486	785
Outros	-	-
<b>Reversões de perdas por imparidade</b>	<b>486</b>	<b>4 001</b>
<b>Perdas por imparidade e reversões</b>	<b>486</b>	<b>3 354</b>

## 27 OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

A rubrica de outros rendimentos e ganhos pode ser apresentada como segue:

### **Outros rendimentos**

	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Imputação do subsídio (ver nota 17)	1 147 447	1 125 201
Rendimentos suplementares	128 962	11 637
Transferência de equilíbrio	i) 2 896 119	-
Outros	ii) 497 167	114 621
	<b>4 669 696</b>	<b>1 251 459</b>

i) Ao abrigo do art.º 40º, da Lei 50/2012, de 31 de Agosto, que aprova o regime jurídico da actividade local e das participações locais, registou-se nesta rubrica a transferência de equilíbrio a que o accionista se encontra vinculado com vista ao equilíbrio dos resultados de 2023.

ii) Em 2023 registou-se por intermédio de outros rendimentos o valor de 164 mil que se encontrava diferido, a aguardar a concretização dos gastos associados, dado que, pela análise dos resultados das análises efectuadas aos solos, se concluiu pelo encerramento do processo de saneamento dos terrenos sul. Registou-se, ainda, por intermédio desta rubrica, o desreconhecimento de 225 mil euros referente aos anos de 2017, 2018 e 2019, relativos aos encargos do SNS comunicados pela ACSS, por se considerar tratar-se de valores caducos.

## 28 SUBSÍDIOS AO INVESTIMENTO

O rédito relativo a subsídios ao investimento, reconhecido pela TRATOLIXO, em 31 de Dezembro de 2023 é detalhado conforme se segue:

Designação das entidades concedentes	Data da celebração/decisão	Objecto / finalidade	Montante total	Montante recebido	Montante por receber		Rédito Acumulado
Fundo de Coesão	2004-12-23	Construção de uma Unidade de Digestão Anaeróbia para Tratamento de Resíduos Orgânicos	18.426.885 €	18.426.885 €	- €		6.947.795 €
POSEUR	2016-06-24	Construção de uma Central de Triagem para resíduos de embalagem de papel/cartão e plástico, metal e ECAL proveniente da recolha selectiva	7.489.191 €	7.108.154 €	381.038 €		1.248.199 €
POSEUR	2018-10-02	Empreitada de requalificação do novo edifício social e de serviços do ecoparque de Trajouce	273.363 €	273.363 €	- €	10.935 €	54.673 €

Fundo Ambiental	2017-09-22	Financiamento dois veículos 100% eléctricos	20.000 €	20.000 €	- €	741 €	5.185 €
Fundo Eficiência Energética	2017-07-18	Financiamento de Permutador de Calor para aproveitamento de circuito de água quente dos motores da Central de Digestão Anaeróbia	65.415 €	65.415 €	- €	2.516 €	15.096 €
Fundo Eficiência Energética	2017-07-18	Financiamento para colocação de telhas translúcidas	3.744 €	3.744 €	- €	144 €	864 €
Fundo Eficiência Energética	2018-11-14	Financiamento de um veículo 100% eléctrico	2.250 €	2.250 €	- €	87 €	519 €
POSEUR	2019-12-30	Financiamento para adaptação das unidades de tratamento mecânico e de tratamento biológico à recolha selectiva de biorresíduos e da nova portaria operacional	6.502.787 €	6.177.647 €	325.139 €	43.183 €	73.797 €
POSEUR	2019-11-26	Financiamento de quiosques digitais	3.899 €	3.899 €	- €	1.300 €	3.899 €
POSEUR	2020-05-21	Financiamento para uma central de compostagem para resíduos verdes oriundos da recolha selectiva	4.492.476 €	4.285.226 €	207.250 €	202.538 €	439.159 €
		<b>TOTAL</b>	<b>37.280.009 €</b>	<b>36.366.582 €</b>	<b>913.427 €</b>	<b>1.147.446 €</b>	<b>8.789.184 €</b>

Os subsídios ao investimento, associados com activos, são reconhecidos na demonstração dos resultados na mesma cadência das amortizações do investimento a que respeitem.

## 29 OUTROS GASTOS E PERDAS

O detalhe da rubrica Outros gastos e perdas é apresentado no quadro seguinte:

### Detalhe de outros gastos

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Quotizações	18 452	21 989
Impostos	16 883	24 920
Donativos	15 789	11 402
Perdas em inventários	30 910	11 257
Alienação de ativos	-	586 770
Outros	56 856	45 114
	<u><b>138 889</b></u>	<u><b>701 451</b></u>

## 30 JUROS E GASTOS E RENDIMENTOS SIMILARES

O detalhe dos gastos e rendimentos financeiros dos exercícios de 2023 e 2022 é como segue:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
<b>Juros e gastos similares</b>		
Juros suportados	i) 5 533 662	1 769 025
Outros gastos e perdas de financiamento	77 894	74 647
	<u><b>5 611 556</b></u>	<u><b>1 843 672</b></u>
<b>Juros e rendimentos similares</b>		
Juros obtidos	-	-
Outros rendimentos similares	25 833	-
	<u><b>25 833</b></u>	<u><b>-</b></u>

i) Os juros suportados referem-se aos gastos incorridos com os juros do financiamento conforme previsto no Contrato de Financiamento.

A variação desfavorável, em relação a 2022, deve-se, sobretudo, à subida das taxas de juro, tendo-se verificado que no primeiro semestre do ano a taxa subiu de -0,547% para 0,108% e no segundo semestre de 2,479% para 3,794%. Acresce referir que, conforme já aludido na nota 19 deste anexo, decorrente das negociações com o sindicato bancário o spread contratualizado no segundo semestre de 2023 reduziu de 1,35% para 0,45%, o que possibilitou o desagravamento do encargo financeiro total neste período

## 31 IMPOSTO DO EXERCÍCIO

A decomposição do montante de imposto do exercício reconhecido nas demonstrações financeiras é conforme segue:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Imposto s/ rendimento corrente	(380 025)	(3 256)
Imposto s/ rendimento diferido	<u>(126 606)</u>	<u>(52 693)</u>
<b>Imposto sobre o rendimento</b>	<b>(506 631)</b>	<b>(55 949)</b>

A reconciliação do montante de imposto do exercício é conforme segue:

**RECONCILIAÇÃO TAXA EFECTIVA IMPOSTO**

	<b>2023</b>
Resultado antes de Imposto	506.681
Taxa de IRC	21,0%
	<b>106.403</b>
Gastos não dedutíveis	360.320
Rendimentos não tributáveis	(90.802)
Dif. temporárias imposto diferido	126.606
Prejuízos fiscais	(30.733)
Derrama municipal e estadual	31.079
Tributação autónoma	3.758
	<b>506.631</b>
Imposto s/ rendimento corrente	380.025
Imposto s/ rendimento diferido	126.606
	<b>506.631</b>
<b>Taxa efectiva de imposto</b>	<b>100,0%</b>

A taxa de imposto aplicada na determinação do montante de imposto do exercício nas demonstrações financeiras é conforme segue:

	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Taxa de imposto	21,00%	21,00%
Derrama	1,50%	1,50%
	<b>22,50%</b>	<b>22,50%</b>

## 32 COMPROMISSOS

Os compromissos assumidos pela TRATOLIXO, à data do balanço do exercício findo em 31 de Dezembro de 2023 e 2022, são como segue:

### Compromissos com locações operacionais

Resumo das rendas vincendas relacionadas com os contratos de locação operacional em vigor à data de 31 de Dezembro de 2022:

Rendas vincendas	< 1ano	1 - 5 anos	> 5 anos
Equipamento transporte	11 248	0	-
Equipamento informático	20 139	28 530	-
Equipamento industrial	555 218	837 711	-
	<b>586 605</b>	<b>866 241</b>	-

Resumo das rendas vincendas relacionadas com os contratos de locação operacional em vigor à data de 31 de Dezembro de 2023:

Rendas vincendas	< 1ano	1 - 5 anos	> 5 anos
Equipamento transporte	15 685	37 905	-
Equipamento informático	227 040	8 391	-
Equipamento industrial	506 307	419 884	-
	<b>749 032</b>	<b>466 181</b>	-

### 33 CONTINGÊNCIAS

A TRATOLIXO tem os seguintes passivos contingentes decorrentes das garantias bancárias prestadas, conforme segue:

<b>Beneficiário</b>	<b>Objecto</b>	<b>Início</b>	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Valorsul - Valorização e Tratamento de Resíduos de Lisboa e do Oeste., S.A	Garantir o pagamento da recepção e tratamento de resíduos, conforme contrato.	25/08/2003	412 500	412 500
Repsol Portuguesa, S.A.	Instalação de equipamento informático de gestão de frota	09/01/2003	-	6 700
BP Portugal - Comércio de Combustíveis Lubrificantes, SA	Caucionar os pagamentos ao abrigo do cartão frota	02/06/2009	2 000	2 000
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo	Assegurar o integral das obrigações relativas ao processo de encerramento e ao controlo e manutenção pós-encerramento do Aterro Sanitário de Trajouce	29/12/2016	82 890	82 890
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo	Assegurar o cumprimento das condições impostas na Licença de Exploração do Aterro Sanitário do Ecoparque da Abrunheira	29/12/2016	1 633 942	1 633 942
			<b>2 131 332</b>	<b>2 138 032</b>

#### Activos e Outros Passivos contingentes

Em 31 de Dezembro de 2023, encontra-se em curso uma Acção Administrativa, a correr no Tribunal Administrativo e Fiscal de Sintra, relativo ao seguinte processo:

A TO e a AMBITERMO, empresas do Consórcio que executou a “Empreitada de Conclusão do Aterro Sanitário do Ecoparque da Abrunheira” vieram impugnar as multas que a TRATOLIXO decidiu aplicar por violação dos prazos contratuais, no valor de € 585.163,52.

A TRATOLIXO veio contestar no sentido da manutenção da aplicação parcial das multas, no valor de € 355.042,98, bem como, em sede de pedido reconvenicional,

veio pedir que a TO e AMBITERMO fossem condenadas a indemnizar a TRATOLIXO pelo montante global de € 1.127.714,81, devido ao atraso na execução da empreitada.

A TO e a AMBITERMO contestaram este último pedido reconvenicional.

Em 29.05.2018, a Tomás de Oliveira, S.A. e a Ambitermo vieram apresentar em juízo um articulado superveniente no processo contendo uma ampliação do pedido inicialmente formulado, no qual vieram reclamar da TRATOLIXO indemnização por alegado reequilíbrio financeiro quanto às condições de execução da Empreitada, que judicialmente computaram em € 1.126.535,00, sendo o montante de € 192.979,41, relativo ao pagamento do montante de trabalhos a mais, dos quais a Tratolixo, de acordo com o Parecer da Fiscalização reconhece serem devidos apenas € 129.149,04, € 783.556,06, relativos à alegada indemnização para reposição do equilíbrio financeiro da empreitada e € 150.000,00, relativos a alegados danos não patrimoniais ou patrimoniais indirectos.

Este pedido, de forma mais genérica, já tinha sido reclamado extrajudicialmente, por valor um pouco superior, como consta da informação por N. prestada aos auditores no exercício de 2017 e terá em vista obter um acordo no processo.

O pedido de ampliação em causa relativo à indemnização por reequilíbrio financeiro do contrato e respectivos fundamentos foi objecto de contestação, tendo o processo terminado a fase dos articulados.

Realizou-se este ano a audiência preliminar e foi proferido a emissão de Despacho Saneador, no âmbito do qual a Juíza veio a indeferir o requerimento, de 29.05.2018, de aumento do pedido da Tomás de Oliveira, S.A. e a Ambitermo em mais € 1.126.535,00 (suprarreferido), conforme foi pela TRATOLIXO requerido na sua resposta.

Vieram a Tomás de Oliveira, S.A. e a Ambitermo apresentar recurso desta decisão em 19.06.2023, com efeito suspensivo, de que se aguarda despacho para subida para o Tribunal da Relação.

É opinião do Gabinete Jurídico da TRATOLIXO que nesta fase, e perante a complexidade probatória e jurídica do processo, é totalmente impossível tecer qualquer comentário previsional.

## 34 INFORMAÇÕES SOBRE MATÉRIAS AMBIENTAIS

A TRATOLIXO presta um serviço público aos Municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra no âmbito da gestão de resíduos, actividade esta que contempla outras responsabilidades acessórias no domínio do ambiente. No âmbito dos serviços prestados, a empresa consome recursos e matérias-primas, gera emissões e efluentes e tem impactes ambientais na ocupação dos solos associados à deposição de resíduos em destino final. Assim, a TRATOLIXO desenvolve um profundo trabalho de monitorização e acompanhamento constante da sua actividade processual, o que lhe permite ter um papel interventivo e de melhoria contínua do seu desempenho organizacional e ambiental, devidamente divulgado no seu Relatório de Sustentabilidade.

A TRATOLIXO não adopta uma posição passiva perante os diplomas legais vigentes tendo por princípio contribuir de uma forma proactiva, junto das respectivas entidades responsáveis, remetendo o seu entendimento sempre que solicitado ou entendido como pertinente. Destaca-se, em 2023:

A pronúncia conjunta da TRATOLIXO e dos 4 Municípios, em sede de audiência de interessados, à proposta de Plano Nacional de Gestão de Resíduos (PNGR 2030);

A pronúncia conjunta da TRATOLIXO e dos 4 Municípios, em sede de audiência de interessados, à proposta de Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos (PERSU 2030) que esteve em consulta pública até dia 5 de Maio, estando para breve a publicação da versão final do documento que irá nortear a actuação do sector nesta década;

A pronúncia conjunta da TRATOLIXO e dos Senhores Presidentes das quatro Câmaras Municipais relativamente ao Sistema de depósito de embalagens não reutilizáveis de bebidas em plástico, vidro, metais ferrosos e alumínio ao MAAC, SEA, APA, ERSAR e Grupos parlamentares;

A pronúncia relativa à proposta de Especificações Técnicas dos Resíduos de Embalagens provenientes da recolha selectiva e da recolha indiferenciada.

Assim, e conforme anteriormente referido, a TRATOLIXO não se limita ao mero cumprimento da legislação ambiental que lhe é aplicável, envidando esforços contínuos na procura de soluções que minimizem os impactes da sua actividade, sendo exemplos disso a valorização energética do biogás gerado no processo de digestão anaeróbia - que se tem vindo a tornar expressiva e a superar as perspectivas iniciais – e a reutilização, como água de processo, da água tratada resultante

do processo de tratamento das águas residuais geradas no Ecoparque da Abrunheira.

## **35 PARTES RELACIONADAS**

Em 31 de Dezembro de 2023, a TRATOLIXO é detida a 100% pela AMTRES.

### **35.1 Remuneração dos membros dos órgãos sociais**

O Conselho de Administração da TRATOLIXO foi considerado de acordo com a NCRF 5 como sendo os únicos elementos “chave” da gestão da Empresa. Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2023, as remunerações auferidas pelo Conselho de Administração da TRATOLIXO ascenderam a 108.766 euros (2022: 96.403 euros).

### **35.2 Transacções entre partes relacionadas**

(a) Natureza do relacionamento com as partes relacionadas:

Accionista:

AMTRES – Associação de Municípios de Cascais, Oeiras e Sintra para o Tratamento de Resíduos Sólidos

**Relacionadas com a accionista:**

Concelho de Cascais

Concelho de Mafra

Concelho de Oeiras

Concelho de Sintra

**(b) transacções e saldos pendentes**

**i) Accionistas e as suas partes relacionadas:**

Durante o exercício, a TRATOLIXO efectuou as seguintes transacções com aquelas entidades:

### Transacções

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
<b>Serviços prestados</b>		
AMTRES	-	44
Câmara Municipal de Cascais	7 703 742	6 842 670
Câmara Municipal de Mafra	3 358 682	2 897 365
Câmara Municipal de Oeiras	4 629 959	4 231 759
Câmara Municipal de Sintra	11 932 528	10 824 056
	<u><b>27 624 911</b></u>	<u><b>24 795 894</b></u>

### Transferência Financeira (art.º 40º, Lei 50/2012, 31 de Agosto)

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
<b>Reequilíbrio financeiro (Nota 27)</b>		
AMTRES	2 896 119	-

### Saldos devedores e credores

No final dos exercícios de 2023 e 2022, os saldos resultantes de transacções efectuadas com partes relacionadas são como segue:

<b>Saldos devedores</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
AMTRES	120	120
Câmara Municipal de Cascais	752 170	698 648
Câmara Municipal de Mafra	689 065	252 931
Câmara Municipal de Oeiras	1 297 148	426 231
Câmara Municipal de Sintra	2 131 111	522 394
<b>Clientes (Nota 11)</b>	<b>4 869 613</b>	<b>1 900 323</b>
<b>Saldos credores</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
AMTRES	27 790	27 790
<b>Outros credores (Nota 21)</b>	<b>27 790</b>	<b>27 790</b>
<b>Acréscimos Gastos</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
Câmara Municipal de Cascais	251	653 770
Câmara Municipal de Mafra	118	38 702
Câmara Municipal de Oeiras	159	43 494
Câmara Municipal de Sintra	421	163 093
<b>Outras contas a pagar (Nota 21)</b>	<b>949</b>	<b>899 059</b>

## Fluxos de Caixa

No final do exercício de 2023 e 2022, os fluxos de caixa resultantes de transacções efectuadas com partes relacionadas são como segue:

### **Fluxos de Caixa**

<b>Recebimentos</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
Câmara Municipal de Cascais	7 419 398	6 739 932
Câmara Municipal de Mafra	2 831 888	3 082 821
Câmara Municipal de Oeiras	4 306 431	4 306 431
Câmara Municipal de Sintra	10 866 885	11 500 046
	<b>25 424 602</b>	<b>25 629 230</b>

## 36 DISPOSIÇÕES LEGAIS

Principais diplomas legais aplicáveis ou que têm implicações no âmbito da actividade / natureza da TRATOLIXO, publicados em 2023:

- **Decreto-Lei n.º 11/2023, de 10 de Fevereiro, rectificado pela Declaração de Rectificação n.º 7-A/2023, Declaração de Reticificação n.º 12-A/2023 e Declaração de Retificação n.º 12-B/2023**

Procede à reforma e simplificação dos licenciamentos ambientais.

- **Portaria n.º 74-A/2023, de 07 de Março**

Determina as categorias de contratos públicos de aquisição de serviços a que é aplicável o regime excepcional e temporário no âmbito do aumento dos preços com impacto em contratos públicos.

- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 31/2023, de 24 de Março**

Aprova o Plano Nacional de Gestão de Resíduos 2030.

- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 30/2023, de 24 de Março**

Aprova o Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos 2030.

- **Lei n.º 13/2023, de 3 de Abril, retificado pela Declaração de Rectificação n.º 13/2023, de 29 de Maio**

Altera o Código do Trabalho e legislação conexas, no âmbito da agenda do trabalho digno.

- **Decreto-Lei n.º 49-A/2023, de 30 de Junho**

Prorroga até 31 de Dezembro de 2023 a vigência do regime excepcional e temporário no âmbito do aumento dos preços com impacto em contratos públicos e procede à revisão do factor de compensação aplicável aos casos de revisão por fórmula.

- **Decreto-Lei n.º 53/2023, de 5 de Julho**

Procede à regulamentação da Agenda do Trabalho Digno.

- **Despacho n.º 9830/2023, de 22 de Setembro**

Determina os valores de contrapartidas financeiras, devidos pela recolha selectiva, que visam cobrir os custos decorrentes das operações de recolha e triagem efectuadas pelos sistemas de gestão de resíduos urbanos.

- **Portaria n.º 318-A/2023, de 25 de Outubro, rectificada pela Declaração de Rectificação n.º 33-A/2023**

Procede à aprovação dos modelos de anúncios de acordo com formulários-tipo para a publicação de anúncios constantes do Regulamento de Execução (UE) 2019/1780, de 23 de Setembro de 2019.

- **Portaria n.º 318-B/2023, de 25 de Outubro, rectificada pela Declaração de Rectificação n.º 33-B/2023**

Procede à regulação do funcionamento e gestão do portal dos contratos públicos, denominado «portal BASE», previsto no Código dos Contratos Públicos (CCP) e à aprovação dos modelos de dados a transmitir ao portal BASE, para efeitos do disposto no CCP, revogando a Portaria n.º 57/2018, de 26 de Fevereiro.

- **Portaria n.º 358/2023, de 14 de Novembro**

Aprova o Regulamento do Controlo Metrológico Legal dos Manómetros para Pneumáticos de Veículos Automóveis.

- **Portaria n.º 359/2023, de 14 de Novembro**

Aprova o Regulamento do Controlo Metrológico Legal dos Manómetros, Vacuómetros e Manovacuómetros.

- **Portaria n.º 366/2023, de 15 de Novembro**

Aprova o Regulamento do Controlo Metrológico Legal dos Alcoolímetros.

- **Portaria n.º 369/2023, de 15 de Novembro**

Aprova o Regulamento do Controlo Metrológico Legal dos Tacógrafos.

- **Regulamento de Execução (UE) 2023/2884 da Comissão, de 20 de Dezembro**

Altera o Regulamento de Execução (UE) 2019/1780 que estabelece os formulários-tipo para a publicação de anúncios no âmbito dos processos de adjudicação dos contratos público.

- **Despacho n.º 13288-C/2023, de 29 de Dezembro**

Prorroga até 30 de Junho de 2024 os valores das contrapartidas financeiras devidos pela recolha selectiva de resíduos de embalagem e respectiva triagem, a pagar pelas entidades gestoras do Sistema Integrado de Gestão de Resíduos de Embalagens aos Sistemas de Gestão de Resíduos Urbanos.

## **37 DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS**

Os honorários do fiscal único no período de 2023 foram de 15.800 euros (2022: 14.375 euros), sendo que deste montante, 2.300 euros referem-se à emissão de Informação Económico – Financeira relativa ao 3º trimestre de 2023, dirigida ao órgão executivo e deliberativo da empresa, referente à confirmação do resultado líquido negativo, no âmbito da Transferência Financeira de Equilíbrio de 2023.

## 38 EVENTOS SUBSEQUENTES

Não existiram, até à data de aprovação das presentes demonstrações financeiras, quaisquer eventos subsequentes ocorridos a partir de 1 de Janeiro de 2024, que sejam do conhecimento do Conselho de Administração da TRATOLIXO e que, de acordo com a NCRF 24, devessem ser objecto de registo contabilístico ou de divulgação nas presentes demonstrações financeiras.

Trajouce, 28 de Fevereiro de 2024

O Contabilista Certificado

Ana Filipa Lanternas

O Conselho de Administração

Nuno Manuel Vicente Esteves Soares

João Filipe Crisóstomo Dias

Inês Folgado Diogo

# 7. CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

AF 47



**CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS**  
**RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**Opinião**

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de TRATOLIXO - Tratamento de Resíduos Sólidos, E.L.M. - Empresa Intermunicipal, S.A. (TRATOLIXO ou Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 179.339.953 euros e um total de capital próprio de 28.915.898 euros, incluindo um resultado líquido de 503. euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de TRATOLIXO em 31 de dezembro de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

**Bases para a opinião**

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da TRATOLIXO nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

**Ênfases**

Conforme nota 3.4.2 do anexo às demonstrações financeiras "Ativos Intangíveis", a amortização do direito de concessão é efetuada de forma linear pelo prazo do contrato de gestão delegada, não contemplando a vida útil efetiva dos ativos que integram o estabelecimento da concessão nem as necessidades de renovação/substituição destes ativos, estando a cobertura dos ativos de substituição/expansão assegurados pelas tarifas definidas no contrato.



De acordo com a nota 13 do anexo às demonstrações financeiras "Outras Contas a Receber", nos termos do art.º 40º, da Lei 50/2012, de 31 de agosto, com vista ao equilíbrio das contas de 2023, registou-se o valor a receber do único acionista, a AMTRES, pelo montante de 2,9 milhões de euros. O valor em saldo refere-se à verba por receber em 31/12/2023, montante que foi integralmente recebido nos primeiros dias de 2024.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

#### **Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras**

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da TRATOLIXO de acordo com Normas Contabilísticas e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilístico;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da TRATOLIXO de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

#### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de

não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da TRATOLIXO;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da TRATOLIXO para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar à que a TRATOLIXO descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

#### RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

##### Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a TRATOLIXO, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 07 de março de 2024

APPM-CALADO, MACHADO, FERREIRA, FILIPE, GOMES & ASSOCIADOS, SROC,  
LDA.

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas  
representada por:

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Ana Calado Pinto', written over a horizontal line.

Ana Calado Pinto  
(ROC nº 1103 e CMVM nº 20160715)



8.  
**RELATÓRIO E PARECER  
DO FISCAL ÚNICO**

As contas lidas em conjunto com o conteúdo da Certificação Legal de Contas, com o qual se concorda, proporcionam uma adequada compreensão da situação financeira e resultados da entidade.

O Fiscal Único concorda com as conclusões da Certificação Legal de Contas não modificada que apresenta duas ênfases.

Adicionalmente, dando cumprimento ao n.º 2 do artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, o Fiscal Único é de parecer que o Relatório de Governo Societário inclui os elementos maioritariamente exigíveis à TRATOLIXO, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada. Não obstante, recomendamos a adoção do modelo da UTAM disponível em cada ano, mesmo tendo aquela entidade informado que não abarca o acompanhamento das empresas locais.

#### **Parecer**

Face ao que antecede, e apreciado o Relatório de Gestão e Contas e o Relatório do Governo Societário da TRATOLIXO, tendo presente o conteúdo da Certificação Legal das Contas, o Fiscal Único é de parecer que a Assembleia Geral:

- a) Aprove os documentos de prestação de contas do exercício de 2023, tal como foram apresentados pelo Conselho de Administração;
- b) Aprove o Relatório do Governo Societário de 2023;
- c) Aprove a aplicação de resultados proposta pelo Conselho de Administração.

O Fiscal Único regista ainda com apreço a colaboração prestada pelo Conselho de Administração, bem como a disponibilidade sempre demonstrada, pelos responsáveis pelas Direções e Serviços e pelos colaboradores da TRATOLIXO, EIM, que teve necessidade de contactar no exercício das suas funções.

Lisboa, 07 de março de 2024

**APPM-CALADO, MACHADO, FERREIRA, FILIPE, GOMES & ASSOCIADOS,  
SROC, LDA.**

**Sociedade de Revisores Oficiais de Contas  
representada por:**

  
\_\_\_\_\_  
Ana Calado Pinto  
(ROC n.º 1103 e CMVM n.º 20160715)

2/2

As contas lidas em conjunto com o conteúdo da Certificação Legal de Contas, com o qual se concorda, proporcionam uma adequada compreensão da situação financeira e resultados da entidade.

O Fiscal Único concorda com as conclusões da Certificação Legal de Contas não modificada que apresenta duas ênfases.

Adicionalmente, dando cumprimento ao n.º 2 do artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, o Fiscal Único é de parecer que o Relatório de Governo Societário inclui os elementos maioritariamente exigíveis à TRATOLIXO, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada. Não obstante, recomendamos a adoção do modelo da UTAM disponível em cada ano, mesmo tendo aquela entidade informado que não abarca o acompanhamento das empresas locais.

#### **Parecer**

Face ao que antecede, e apreciado o Relatório de Gestão e Contas e o Relatório do Governo Societário da TRATOLIXO, tendo presente o conteúdo da Certificação Legal das Contas, o Fiscal Único é de parecer que a Assembleia Geral:

- a) Aprove os documentos de prestação de contas do exercício de 2023, tal como foram apresentados pelo Conselho de Administração;
- b) Aprove o Relatório do Governo Societário de 2023;
- c) Aprove a aplicação de resultados proposta pelo Conselho de Administração.

O Fiscal Único regista ainda com apreço a colaboração prestada pelo Conselho de Administração, bem como a disponibilidade sempre demonstrada, pelos responsáveis pelas Direções e Serviços e pelos colaboradores da TRATOLIXO, EIM, que teve necessidade de contactar no exercício das suas funções.

Lisboa, 07 de março de 2024

**APPM-CALADO, MACHADO, FERREIRA, FILIPE, GOMES & ASSOCIADOS,  
SROC, LDA.**

**Sociedade de Revisores Oficiais de Contas  
representada por:**

  
\_\_\_\_\_  
Ana Calado Pinto  
(ROC n.º 1103 e CMVM n.º 20160715)

2/2

## FICHA TÉCNICA

### ELABORAÇÃO

Patrícia Gomes – Direcção de Planeamento Estratégico

Cristiana Santos – Direcção de Planeamento Estratégico

Filipa Lanternas – Direcção Financeira

### EDIÇÃO E PAGINAÇÃO

Cláudia Quadros - Gabinete de Comunicação

### CRÉDITOS FOTOGRÁFICOS

Arquivo TRATOLIXO, Municípios de Cascais, Mafra, Oeiras e Sintra

# RELATÓRIO &CONTAS

---

## 2023

Contacte-nos

—

Estrada 5 de Junho, nº 1 Trajouce  
2785-155 São Domingos de Rana  
t. +351 21 445 95 00  
residuos@tratolixo.pt

